

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

Izabella Gamaliel de Souza e Lúcio

**DETENTAS MINEIRAS  
E AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DO TV CELA**

Belo Horizonte  
2013

Izabella Gamaliel de Souza e Lúcio

**DETENTAS MINEIRAS  
E AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DO TV CELA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Luisa de Castro Almeida

Coorientador: Prof. Dr. Mozahir Salomão Bruck

Belo Horizonte  
2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

L938d Lucio, Izabella Gamaliel de Souza e  
Detentas mineiras e as representações midiáticas do TV Cela / Izabella  
Gamaliel de Souza e Lucio. Belo Horizonte, 2013.  
117f.: il.

Orientadora: Ana Luisa de Castro Almeida  
Coorientador: Mozahir Salomão Bruck  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social.

1. Prisioneiras – Minas Gerais. 2. Prisão - Mulheres. 3. Televisão –  
Pogramas. 4. Mídia social. I. Almeida, Ana Luisa de Castro. II. Bruck, Mozahir  
Salomão. III. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de  
Pós-Graduação em Comunicação Social. IV. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 343.24(814.1)

Izabella Gamaliel de Souza e Lúcio

**DETENTAS MINEIRAS  
E AS REPRESENTAÇÕES MUDIÁTICAS DO TV CELA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

---

Ana Luisa de Castro Almeida (Orientadora) – PUC Minas

---

Mozahir Salomão Bruck (Coorientador) – PUC Minas

---

Ércio Senna

---

Júlio Pinto

Belo Horizonte, 18 de março de 2013

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais José Lúcio e Rosário Gamaliel e à minha irmã Tatiana Gamaliel pelo apoio, pelo incentivo, pelo amor e pela tão verdadeira amizade.

À Martinha Gamaliel pela amizade, pelo auxílio, pelo carinho.

Aos meus orientadores Ana Luísa e Mozahir Salomão tão imprescindíveis nessa caminhada.

Ao senhor Helil Bruzadelli, que, à frente da SAP, permitiu que a pesquisa fosse realizada e colaborou ao máximo para que isso acontecesse. Pelas palavras de incentivo e entusiasmo.

A Luciana Lopez, jornalista e idealizadora do TV Cela, que disponibilizou todo o material para o estudo.

Ao senhor Rogério Coelho, da DEP, que acompanhou a fase inicial da pesquisa.

Às presas da PIEP, já que sem elas a realização desse trabalho não seria possível.

Por fim, a todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, se fizeram presentes nessa caminhada.

## RESUMO

O objetivo geral consistiu em observar, principalmente, os efeitos relacionados aos conteúdos veiculados nos Programas TV Cela e como as detentas do Complexo Penitenciário Estevão Pinto (Ex-Penitenciária Industrial Estevão Pinto PIEP), de Belo Horizonte, processariam sua recepção, identificando como gostariam de se ver representadas. O TV Cela é um programa produzido por mulheres aprisionadas na cadeia pública de Votorantim, São Paulo. Uma equipe pioneira paulista se interessou em problematizar o cotidiano das detentas, criando e implementando um programa midiático, entendido como espaço social que as presas têm para manifestar seu discurso, dar voz a quem não a tem, promovendo inclusão pela comunicação. O TV Cela foi apresentado para as detentas da PIEP e foram feitos grupos de discussão. Metodologicamente, esta não é uma pesquisa aplicada, mesmo porque os objetivos secundários foram perceber como trinta e uma detentas da PIEP de Belo Horizonte gostariam de ser vistas, de se fazer representar e como gostariam de expressar seu universo, analisar seus processos discursivos produzidos e buscar identificar as necessidades de suas manifestações cidadãs, além de identificar sua necessidade de voz por meio de algum canal de mídia.

Palavras-chave: Detentas. Prisão feminina. TV Cela. Representação Midiática.

## **ABSTRACT**

The overall objective was to observe, especially, the effects related to the aired content TV Celas programs and as inmates of the Complexo Penitenciário Estevão Pinto (Ex-Penitenciária Industrial Estevão Pinto PIEP), Belo Horizonte, process their receipt, identifying how they would like to see themselves represented. The TV Celas is a program produced by imprisoned women in the Votorantim public jail, São Paulo. A pioneering São Paulo team became interested in discussing the inmates everyday life, designing and implementing a media program, understood as a social space which imprisoned women have to manifest their discourse, giving voice to those who do not have it, promoting inclusion thru communication. The TV Celas was presented to the inmates of PIEP were made and discussion groups. Methodologically, this is not an applied research, even because the secondary objectives were to realize how thirty-one inmates of Belo Horizonte PIEP would like to be seen, to be represented and how they would like to express their universe, analyze their produced discursive processes and seek to identify the needs of their citizen manifestations, and identify their need of voice through any media channel.

**Keywords:** Inmates. Female prison. TV Celas. Media Representation.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Penitenciária Industrial Estevão Pinto. Vista do pátio interno do prédio original.....	60
FIGURA 2 – Cella coletiva da PIEP.....	61
FIGURA 3 – Alguns instantâneos de interação no TV Cella.....	73
FIGURA 4 – Duas profissionais da produção do programa TV Cella .....	74
FIGURA 5 – Espaço físico mostrada no TV Cella.....	83
FIGURA 6 – Maquiagem e amamentação mostrada no TV Cella .....	86

## LISTA DE SIGLAS

CMCDA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte  
CNJ - Conselho Nacional de Justiça  
DEPE – Diretoria de ensino e Profissionalização  
DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional  
DI – Departamento de Investigação  
FUNPEN - Fundo Penitenciário Nacional  
GRPCOM- Grupo Paranaense de Comunicação  
IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OEA - Organização dos Estados Americanos.  
PIEP – Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Ex-Penitenciária Industrial Estevão Pinto)  
PIG - Penitenciária Industrial de Guarapuava  
SAP – Superintendência de Atendimento ao Preso  
SEDS – Secretaria de Desenvolvimento de Defesa Social  
WACC - *World Association for Christian Communication* (Associação Mundial para a Comunicação Cristã)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 VOZ E CIDADANIA NA MÍDIA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Intuição total e processos de subjetivação .....	17
2.2 A representação social e o ideal de projeção .....	22
2.2.1 <i>A representação social de detentas...</i> .....	25
2.3 A voz de um grupo e sua representação .....	29
2.4 Voz e cidadania na mídia .....	31
2.5 O gênero feminino na mídia.....	34
<b>3 MEDIATIZAÇÃO E VISIBILIDADE.....</b>	<b>37</b>
3.1 Mediaticização e sociedade.....	38
3.2 Mídia e inserção social .....	41
3.3 A construção social do discurso .....	45
3.4 TV Cela: uma construção discursiva sobre o cárcere feminino .....	50
3.4.1 <i>A recepção do TV por presidiárias do PIEP</i> .....	57
<b>4 MÉTODO INVESTIGATIVO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS .....</b>	<b>59</b>
4.1 O local de investigação.....	59
4.2 O método de abordagem .....	63
4.3 A coleta de dados.....	64
4.4 O tratamento dos dados.....	67
<b>5 Discussão e análise de dados .....</b>	<b>71</b>
5.1 Os programas do TV Cela .....	71
5.2 A recepção dos programas.....	76
5.2.1 <i>O espaço físico</i> .....	78
5.2.2 <i>O lado feminino</i> .....	83
5.2.3 <i>Identificação e representação</i> .....	87
5.2.4 <i>Importância do TV Cela</i> .....	91
5.2.5 <i>TV Cela mineiro: propostas</i> .....	97
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atividades relacionadas a tóxicos, roubo, homicídio, furto e lesão corporal, entre outros crimes, sempre foram ameaças à sociedade, e os indivíduos que as praticam são considerados nocivos a ela. Em geral, essas pessoas são retiradas do convívio mais amplo e mantidas sob controle de uma instituição punitiva, disciplinadora e, eventualmente, reeducativa. A prisão assume então a função de “recuperar” esses indivíduos para o conjunto da sociedade à qual pretendem retornar.

Entendida e classificada por Goffman (1978, p.11) como instituição total, "local de residência e trabalho no qual um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada", a prisão se configura como o principal mecanismo de punição do sistema de execução penal, em que a privação dos direitos e da liberdade caracteriza o grau de punibilidade da nova forma de administrar juridicamente as penas e seu grau de efetividade junto aos desviantes.

Na sociedade moderna, a prisão pretende ser o local entre o mundo da criminalidade e o restante da sociedade. Nessa perspectiva, a prisão se configura como o aparelho administrativo do Estado com a função de modificar os condenados em seu foro mais íntimo, com o objetivo de eles retornarem ao convívio social teoricamente ressocializados e reeducados. Sob a ótica da ressocialização entre muralhas, as prisões se configuram em espaço físico onde o Estado consolida e legitima sua política pública de controle e repressão aos desviantes. Para a sociedade, as prisões estão legitimadas como espaço pedagógico necessário de punição e de proteção a sua própria segurança e sobrevivência (CUNHA, 2010).

Cerca de 7% da população carcerária brasileira é composta por mulheres. Cumprindo pena em situação de privação da liberdade, as mulheres são denominadas pela literatura com diferentes termos: presa, detenta, encarcerada, reeducanda e ressocializanda. Pode-se dizer que reeducanda, ressocializanda e detenta são termos jurídicos, ao passo que presa é termo usualmente utilizado na linguagem popular. Na perspectiva dos direitos humanos, reeducanda e ressocializanda têm como função trazer para a discussão atual o redimensionamento da política prisional e o grau de sua efetividade na redução dos danos sociais (CUNHA, 2010). O termo reeducanda reforça e comprova a atribuição socialmente e politicamente dada às “instituições totais” de educar novamente, constituir um novo indivíduo no ambiente prisional. No Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa, encontra-se que encarcerada significa "encerrada ou presa em cárcere; separada do trato social; enclausurada". A

utilização, nesse trabalho, ora de um termo, ora de outro, não implicará para a complexificação do entendimento, visto que todos os termos visam designar a população estudada.

A pesquisa analisou como 31 detentas do Complexo Penitenciário Estevão Pinto (PIEP<sup>1</sup>), em Belo Horizonte, a partir da representação veiculada no programa TV Cela, identificam essa representação como parte do seu universo, ou não. O TV Cela é um programa televisivo produzido pelas detentas em uma penitenciária paulistana - Cadeia Feminina Municipal de Votorantim. As mulheres que o constroem manifestam suas prioridades, abordagens, definem matérias e cobrem assuntos de seus interesses. Assim, a proposta foi verificar se o olhar das presas mineiras encontra consonância com a representação apresentada pelas presas paulistas e se o que é colocado pelas detentas paulistas faz sentido para as detentas da PIEP. Para isso, foram apresentados alguns programas do TV Cela para as presas em Belo Horizonte por meio de grupos de discussão que, com suporte de um roteiro semiestruturado, permitiram compreender o que as presas mineiras apreenderam sobre o programa TV Cela.

Perceber as possibilidades do fenômeno da comunicação em suas diferentes modalidades de circulação social é, na opinião de Sodré (2006, p.7), muito reconfortante para um pesquisador em comunica o. Para o autor, “a m dia   um enraizamento social que vinga, precisamente, porque implica uma nova esfera existencial [...] onde a tecnologia, o mercado e as imagens investem a trama das rela es intersubjetivas, passando a competir com a vincula o comunitária”. Ainda, segundo o autor, a esse nexos intersubjetivo da vincula o comunitária se sobrepõe um processo de constitui o de uma forma de vida própria que tem sido chamada de midiatiza o, ou seja, “a articula o da vida social por m dia”.

Entende-se existir uma forte rela o do Programa TV Cela com a midiatiza o no sentido proposto por Sodré pelos contatos firmados extramuros por meio do TV Cela.

Há dois lados sobre a abordagem criminal. Para Rolim (2006), se, por um lado, a imprensa denuncia os maus tratos a que são submetidos os presos e apela para melhores condi es do sistema carcerário, por outro há uma m dia especializada em espetacularizar o crime e disseminar a insegurança. Pode-se dizer que crime e violência sempre foram temas importantes também porque tratam de realidades extraordinárias e incomuns.

Pinto e Serelle (2006, p. 9) fundamentam e caracterizam o ponto mais importante deste estudo – a midiatiza o, que “não se exaure nos tradicionais suportes de veicula o de

---

<sup>1</sup> Ex-Penitenciária Industrial Estevão Pinto, da  a sigla.

informações, imiscui-se na cotidianidade como coerência organizadora das interações ou mesmo de um modo de vida, construindo imaginários, educando percepções".

Sabe-se que a mediação pode ser pensada como uma tecnologia de sociabilidade, de relações sociais, como afirma Sodré (2006) e, nesse sentido, questionam-se, neste trabalho, quais aspectos as presas priorizam em seu cotidiano e desejariam comunicar à sociedade e se o conteúdo veiculado no programa TV Cela veicula o que as detentas do PIEP desejariam ver retratado. Deseja-se, então, saber como um grupo específico pode se expressar para ter voz e cidadania, e se a mídia TV Cela, de Votorantim (SP), de certa forma representa o universo das detentas do PIEP, de Belo Horizonte.

Neste trabalho defende-se a comunicação dialógica, interativa e como presença estruturadora da contemporaneidade. Rolim (2006, p.186) afirma, por exemplo, que “a cobertura jornalística não está voltada exatamente para a realidade, mas para aquilo que, dentro dela, aparece como surpreendente”. Contudo, aqui se pretende buscar a pessoa da detenta com seus medos, ansiedades, expectativas e suas representações da realidade.

Visitando o Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP) com um grupo de voluntários assistentes sociais, e lá passando um dia no mês de maio de 2011, a pesquisadora percebeu que as detentas têm um modo de fala peculiar, criam um vocabulário próprio que dita regras de conduta e convivência na prisão. As presas chamam, por exemplo, as instalações sanitárias de “boi”, metralhadora de “macaca”, café de “marroco”, cadáver de “cabrito”, cama de “jega”, além das inúmeras expressões que utilizam como “tirar cadeia”, que significa cumprir a pena, e “banho”, que significa dar um golpe em alguém. Estabelecem um vocabulário peculiar, um novo sistema de códigos imposto por aquela realidade em particular. Esse aspecto foi um dos grandes motivadores desta pesquisa, pois se desejou compreender esse universo e a construção de alternativas de um tipo de inclusão midiática no momento da privação da liberdade.

Sintetizando, pode-se dizer “que a televisão cumpre um papel social e psíquico de reconhecimento de si através de um mundo que se fez visível” (CHARAUDEAU, 2009, p. 112). Ou, como Claire Belisle (1984) citada pelo autor, essa semiotização do real, pela imagem em que cada um se projeta no que aparece como um reflexo de seu ambiente, é constitutiva do sujeito.

A ideia dessa investigação mantém relativo diálogo com pesquisa desenvolvida por Braun (2011) na Penitenciária Feminina Madre Pelletier (Porto Alegre-RS), que buscou compreender o contexto em que vivem as apenadas, saber de onde vêm e como se organizam, como percebem as narrativas que permeiam as suas vidas e como narram a própria vida,

maneira fundamental para identificar como se forma a identidade dessas mulheres. O foco é distinto do presente projeto, porque a pesquisadora gaúcha acredita que os produtos culturais por elas consumidos, bem como aqueles que deixam de consumir, dizem muito a respeito de como se identificam. Na primeira conversa que Braun (2011) teve com a diretora da Penitenciária, Roselena Gonçalves, que atua há 21 anos no sistema prisional e está na direção da Penitenciária Feminina Madre Pelletier desde janeiro de 2011, ao perguntar sobre os produtos midiáticos que as presas mais consumiam, a diretora respondeu: “Elas assistem às novelas da Rede Globo e ao Gordinho<sup>2</sup>”, mesmo não gostando dele. Questionada sobre a razão de não gostarem e mesmo assim assistirem, ela respondeu “pra ver quem foi preso”.

Esta foi uma declaração que reforçou o interesse em tentar compreender o que povoa as mentes das detentas e como elas se sentem como parte da sociedade mesmo em privação da liberdade, ou seja, como formam seu discurso social e como interagem com a mídia. Dessa maneira, foi realizada análise de um processo midiático de comunicação em que essas presas têm a possibilidade de se representar e colocar suas vozes extramuros. Nos dizeres de Brasil (2006, p.112), deseja-se constatar “um estado de coisas constituído por modos de sentir, formas de visibilidade, cenas e encenações; estabelecido por aqueles que fazem parte da cena e para aquelas<sup>3</sup> que precisam a ela se fazer pertencer”.

O objetivo geral consistiu em observar, principalmente, os efeitos relacionados aos conteúdos veiculados no TV CELA, programa produzido também por mulheres em condição de privação da liberdade, aprisionadas da cadeia pública de Votorantim, São Paulo, e como as detentas processam a recepção, identificando como gostariam de se ver representadas.

Não se trata de uma pesquisa aplicada, mesmo porque os objetivos secundários foram perceber como as 31 detentas da PIEP de Belo Horizonte gostariam de ser vistas, de se fazer representar e como gostariam de expressar seu universo; analisar os processos discursivos produzidos por detentas mineiras, buscando identificar as necessidades de suas manifestações cidadãs; identificar sua necessidade de voz por meio de algum canal de mídia.

Dessa maneira, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos. A introdução contextualiza o tema, justifica o interesse do desenvolvimento do estudo e apresenta seus objetivos.

O segundo capítulo analisa os aspectos da instituição total que modificam as presas e a necessidade de voz e representação midiática a fim de garantir-lhes expressão e cidadania.

---

<sup>2</sup> “Gordinho” é a forma como o público gaúcho costuma se referir ao apresentador da Rede Record RS, Alexandre Mota. Ele está à frente da atração popular Balanço Geral desde janeiro de 2007.

<sup>3</sup> No original ‘aqueles’.

O terceiro capítulo aborda os conceitos de mídia, midiaticização, inserção social e discurso social. Trabalha os fundamentos teóricos que levarão à análise das representações sociais sob a ótica das presas, que estão excluídas das mídias tradicionais.

O quarto capítulo descreve o método investigativo, tratando do tipo e método de pesquisa, o instrumento de coleta de dados, a análise dos programas e a transcrição das falas e tratamento dos dados da pesquisa. Buscou-se, também, relacionar esses dados aos apontamentos teóricos anteriores.

No quinto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa, a análise e a discussão dos dados conforme o referencial teórico e os objetivos específicos, especialmente a análise da representação social de detentas mineiras e como elas gostariam de ser representadas na mídia. Por último, nas considerações finais, são retomados alguns dos pressupostos que nortearam a consecução deste trabalho.

## **2 VOZ E CIDADANIA NA MÍDIA**

### **2.1 Instituição total e processos de subjetivação**

Instituição total, pela definição de Goffman (1999), é um local onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes moram e trabalham, estando separados da sociedade mais ampla, e onde continuarão por considerável período de tempo. Nela as pessoas levam uma vida fechada e formalmente administrada.

Prisões, conventos e manicômios são, para Goffman (1999), instituições com características totalizantes que segregam, estratificam e modelam a subjetividade dos indivíduos. A prisão é uma instituição de características totalizantes, porque as pessoas que ali convivem estão separadas da sociedade como um todo e habitam um espaço que se propõe disciplinador, punitivo e destinado a pessoas que tenham cometido algum ato criminal passível de sanção legal. Nele há alternativas de trabalho para tornar a sanção em algo efetivo e constante, possibilitar a disciplina das detentas e impedir que elas tenham “liberdades” (SATURNINO JR., 2001).

Para Goffman (1999), os estabelecimentos penitenciários têm tanto a finalidade de proteger a comunidade dos criminosos e seus delitos, como manter esses indivíduos afastados da sociedade, de modo que possam reaprender as normas que pautam a convivência coletiva. Para o autor, é esperado que o indivíduo saia do cárcere diferente, renovado. É o processo de “mutilação do eu”, no qual as humilhações e degradações sofridas no encarceramento destroçam a autopercepção que o sujeito trazia consigo e isso o faz, segundo Goffman (1999), romper com o mundo externo, com seus vínculos afetivos e familiares e com determinadas crenças.

Foucault (2007) também coloca a instituição total como uma “empresa mortificadora de indivíduos”, pois, para que o poder disciplinar atinja seu objetivo de adestramento dos corpos e se aproprie totalmente de sua utilidade, deve garantir a vigilância hierárquica por meio da arquitetura prisional e da vigilância normatizada, ao mesmo tempo em que castiga e recompensa. Português (2001, p.198) corrobora: “No limite, os indivíduos punidos são considerados reabilitados na medida em que se anulam enquanto sujeitos. Esta é a nítida orientação da operação carcerária: sinonimizar indivíduo reabilitado a indivíduo anulado ou mortificado”. Dessa forma, espera-se que ocorra o processo de “desprogramação do indivíduo” e, nesse mesmo processo, a construção de uma personalidade consoante com um padrão de normalidade.

Goffman (1999) e Foucault (2007) analisam o poder que circula no ambiente prisional, o poder que está explícito tanto no discurso quanto nas práticas não discursivas. Observam as relações contornadas pelo poder que se ramifica, impera, produz saberes, práticas e subjetividade e que afetam a própria identidade do indivíduo.

Essa afetação da consciência ocorre desde a entrada do indivíduo na instituição, quando sobrevêm os processos de admissão e rituais da instituição penitenciária. Goffman (1999) frisa que para iniciar a vida em uma instituição total o sujeito submete-se a um ritual de admissão. É a primeira tentativa de fazer o apenado romper ou enfraquecer os laços com o mundo externo e anular seus traços individuais.

A convivência na instituição total, permeada por seus jogos de poderes e regime de vigilância constante, que remete ao panóptico, produz efeitos sobre indivíduos e categorias sociais por completo. O panóptico, abordado por Foucault (2007), vai além do modelo de vigilância ou do projeto arquitetônico de acompanhamento de aprisionados, passa de uma proposta específica para um conjunto de ações voltadas para o controle.

É polivalente em suas aplicações: serve para emendar os prisioneiros, mas também para cuidar dos doentes, instruir os escolares, guardar os loucos, fiscalizar os operários, fazer trabalhar os mendigos e ociosos. É um tipo de implantação dos corpos no espaço, de distribuição dos indivíduos em relação mútua, de organização hierárquica, de disposição dos centros e dos canais de poder, de definição de instrumentos e de modos de intervenção, que se podem utilizar nos hospitais, nas oficinas, nas escolas, nas prisões. Cada vez que se tratar de uma multiplicidade de indivíduos a que se deve impor uma tarefa ou um comportamento, o esquema panóptico pode ser utilizado (FOUCAULT, 2007, p. 181)

Essa configuração da prisão modifica os indivíduos que estão nela. É a prisionização, um processo de assimilação dos costumes e hábitos da prisão, com a adoção, em maior ou menor grau, do modo de pensar e da cultura geral da penitenciária. "Todo homem que é confinado ao cárcere se sujeita à prisionização em alguma extensão" (THOMPSON, 2002, p. 23). A prisionização possibilita o abandono dos valores adotados na vida extramuros pelos do sistema social da penitenciária.

A prisionização afeta a subjetividade, compreendida como uma dimensão do sujeito, uma das suas faces, que, como a objetividade, relaciona-se dialeticamente no contexto social e produz o sujeito. "Aquilo que chamamos subjetividade não é senão parte do tecido relacional, da trama social nos quais todo indivíduo está sempre inserido" (DOMÈNECH et al., apud BRAUN, 2011, p.7).

Foucault (1978) trata a subjetividade de modo relacional, afirmando que ela se constitui por meio das técnicas de si, em que a presença de outros indivíduos é imprescindível

no processo da autoconstituição. “O outro é indispensável para que as práticas de si atinjam a forma de existência desejada” (FOUCAULT, 1985, p.40).

Goffman (1999) também traz a noção da construção de identidade pessoal por meio da identidade social e mostra que a identidade é um conceito relacional e comparativo. O autor considera que no processo de interação as pessoas, ao tomarem contato com o anonimato das identidades sociais, tentam dar uma biografia a alguém, procurando elementos comuns que formariam, assim, uma identidade pessoal. Desse modo, a identidade pessoal passa a ser uma prerrogativa para aqueles que tomam contato com os indivíduos e tentam identificá-los a fim de tornar conhecido o diferente. Ver a identidade de forma relacional é estabelecer a importância de diferença em sua constituição. Silva (2000) afirma que a definição da diferença é implícita à definição da identidade e a ambas são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. “Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, a relações de poder, elas não são simplesmente definidas, elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, elas são disputadas” (SILVA, 2000, p.81).

Dessa forma a identidade está sempre em construção, uma vez que é constituída nas relações. Para Hall (2003), o processo de identificação está em permanente mutação, pois, ao se identificar o indivíduo, reproduz e constrói discursos, corroborando ou refutando significados. A identidade seria “uma celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2003, p. 13).

Hardy et al. (2005) sugerem que as identidades coletivas sejam produzidas discursivamente por meio de conversações que criam realidades comuns para os membros. Para os autores, as identidades são expressas em materiais culturais, nomes, narrativas, símbolos, estilos verbais em um contexto muito definido, no qual as pessoas interagem e partilham valores. Nesse aspecto, o ambiente prisional é um ambiente bastante peculiar.

Dentro da penitenciária as pessoas se reconstroem. Formam identidades diferentes e se veem de formas diferentes. As presas têm o comportamento moldado e a subjetividade alterada. Nasce, dentro da prisão, um novo sujeito. Não nos cabe aqui discutir a formação da identidade das presas, mas se a expressão da identidade dessas mulheres que, cerceadas de liberdade, é cerceada também de voz. A nova pessoa emergida intramuro prisional não encontra um espaço midiático para expressar-se, e cabe verificar, então, se a expressão e a voz de um grupo de detentas paulistas por meio do TV Cela afetam e trazem reconhecimento em grupo de detentas mineiras, ambos modificados pelo cárcere.

Dados do Ministério da Justiça apontam o número de 422.590 presos em 2007 e de 469.546 presos no Brasil em 2009, sendo o total de mulheres superior a 33.000, cerca de 7% do total da população penitenciária brasileira. Em 2000, o percentual de mulheres na população carcerária brasileira era de 4,3% (CNJ<sup>4</sup>, 2011a). Apesar de compor uma pequena parte da totalidade dos detentos, de 2000 até 2006 houve um aumento de 135,37% na taxa de encarceramento feminino, passando para quase 7% em 2009 (IBCCRIM<sup>5</sup>, 2011). Em 2010, o índice indicou 7,4%. No mesmo período, a porcentagem de homens presos caiu de 95,7% para 92,6% (CNJ, 2011a). A maioria das detentas é jovem, com idade entre 18 e 29 anos, mãe solteira, afrodescendente e com escolaridade fundamental incompleta (BRAUN, 2011).

Em Minas Gerais, segundo relatório de estatísticas de criminalidade violenta divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento de Defesa Social (SEDS)<sup>6</sup>, de janeiro a setembro de 2012 foram 52.381 ocorrências registradas de homicídio tentado e consumado, roubo consumado, sequestro ou cárcere privado consumado, extorsão mediante sequestro consumado, estupro consumado e tentado. Os dados das Regiões Integradas de Segurança Pública<sup>7</sup> 1, 2 e 3, que totalizam 40 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, apontam 2.796 homicídios consumados e 43.727 crimes contra o patrimônio (roubo e roubo a mão armada, segundo a caracterização determinada pelo Código Penal Brasileiro).

A população carcerária mineira no ano de 2010, de acordo com anuário de informações criminais de Minas Gerais<sup>8</sup>, era de 48.926 indivíduos para os quais existia a disponibilidade de 34.201 vagas. O relatório “Mulheres Presas – dados gerais do projeto Mulheres/DEPEN”<sup>9</sup> aponta que o Estado de Minas Gerais possui 2.935 mulheres presas, o que equivale a 6,1% da população carcerária estadual e 8,81% da população carcerária feminina nacional. São cinco estabelecimentos que as recebem (uma penitenciária, três cadeias públicas e um hospital de custódia e tratamento penitenciário), somando capacidade para 1.665 presas e com um déficit de 1.270 vagas (76,27% das vagas femininas do Estado).

O anuário aponta que Minas Gerais tem a segunda maior população carcerária nacional, atrás apenas do Estado de São Paulo, composta especialmente por jovens na faixa

---

<sup>4</sup> Conselho Nacional de Justiça.

<sup>5</sup> Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

<sup>6</sup> Tratada pelo inciso V do Art 5º da Lei Delegada nº 179, de 2011, organizada pela Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011, e disposta pelo Decreto nº 45 870, de 30 de dezembro de 2011.

<sup>7</sup> Um dos pressupostos do Sistema Integrado de Defesa Social, que divide e mapeia a divisão e o território do Estado de Minas Gerais em áreas geográficas comuns de responsabilidade das polícias militar e civil, visando a gestão integrada e a atuação conjunta e coordenada dessas instituições.

<sup>8</sup> Divulgado pelo Sistema Integrado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais e registrado pelo ISSN 1983-3741, sendo 2012 o último ano de referência.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen>. Acesso em 18/11/2012.

entre 18 e 29 anos, prevalência da população urbana, solteiros e com baixa escolarização formal. O relatório aponta que as mulheres presas estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, a maioria de população urbana e predominantemente com ensino fundamental incompleto.

Nos últimos cinco anos, 15.263 mulheres foram presas no Brasil. A acusação contra 9.989 delas (65%) foi de tráfico de drogas, seguida de crimes contra o patrimônio (CNJ, 2011a). Em Minas Gerais, o crime mais praticado pelas mulheres também é o tráfico, que somado ao tráfico internacional resultam em 24,25% da fatia criminal.

Segundo Braun (2011), as mulheres detidas geralmente são influenciadas por seus companheiros, que argumentam que elas não serão presas, especialmente as grávidas. Como afirma a autora, metade das mulheres presas no Brasil

[...] responde pelo crime de tráfico de entorpecentes. Normalmente, o (a) traficante costuma ser tratado na mídia de forma extremamente negativa e singular – deixando-se de lado informações relevantes para compreender o contexto do problema que envolve o consumo de drogas e a situação dos envolvidos neste mercado. (BRAUN, 2011, p. 6).

No caso do encarceramento feminino há uma histórica omissão dos poderes públicos, manifesta na completa ausência de quaisquer políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, às suas especificidades advindas das questões de gênero (OEA<sup>10</sup>, 2007).

A maior parte dos recentes investimentos do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) tem sido destinada a projetos de reforma e ampliação de vagas em unidades prisionais no país (CNJ, 2011a), pelo fato de o percentual de mulheres presas estar crescendo em velocidade superior ao que ocorre com os homens. Historicamente, as mulheres representavam entre 3% e 5% da população carcerária mundial, mas nos últimos anos esse percentual chegou a 10%, aumento que tem agravado os problemas das mulheres no cárcere. Na maioria das penitenciárias, as mulheres não dispõem de assistência diferenciada, são tratadas como homens tanto em termos de estrutura das prisões como também em relação ao tratamento. Em muitos casos, elas não têm acesso a um simples absorvente quando estão menstruadas e improvisam usando miolo de pão (CNJ, 2011b).

Essa nova massa carcerária que se apresenta depara-se com o mesmo problema enfrentado pelos homens enquanto privados de expressão fora dos muros da prisão. Cumprindo a pena determinada pela lei de execução penal, deveriam ter alguns direitos constitucionais salvaguardados, como a liberdade de expressão garantida pelo texto

---

<sup>10</sup> Organização dos Estados Americanos.

constitucional brasileiro em seu artigo quinto, no qual o inciso IV estabelece que é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; o inciso IX, que é livre a expressão de atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos também dispõe em seu artigo 19 que ninguém poderá ser molestado por suas opiniões e que toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou qualquer outro meio de sua escolha.

Essa liberdade, no entanto, não é verificada de modo prático nas instituições totais. Falta expressão, falta voz e sobram apelos. Almendra (2012) fez um estudo na Penitenciária Industrial de Guarapuava (PIG) a respeito da campanha midiática intitulada *Paz sem voz é medo*, depois renomeada *Paz tem voz*, do Grupo Paranaense de Comunicação (GRPCOM). Dentre suas explanações com os adolescentes presos por tráfico de drogas, foi perguntado a eles o que entendiam sobre as noções de paz, voz e medo. Almendra (2012, p.217) mostra que a noção de voz que os presos gostariam de ter é uma expressão denunciativa do cotidiano, “para denunciar as injustiças que sofrem, como continuar preso mesmo com a cadeia vencida, serem condenados a altas penas pelo porte de pouquíssimas gramas de drogas, a violência policial que sobre eles incide, os abusos da polícia”.

Os presos ironizam a noção de voz que leva ao estímulo da denúncia do crime e da violência pela campanha *Paz sem voz é medo/Paz tem voz*. Porém, para Almendra (2012, p.217), “com a profunda ironia que o espelho invertido da campanha é capaz de proporcionar eles pensam que para se ter paz e dirimir o medo, tal como essas noções são compreendidas por eles, também precisam ter voz”. E finaliza comentando que é a mesma voz que a imprensa quer dar ao “cidadão de bem” para denunciar a violência, essa é a voz que esses jovens traficantes, os encarcerados de sua pesquisa, querem ter. Eles pedem, clamam por expressão midiática que os represente socialmente.

## **2.2 A representação social e o ideal de projeção**

Segundo Moscovici (1978), a representação social é um conjunto de conceitos, afirmações e explicações que forma uma teoria de senso comum inserida num universo consensual que comporta opiniões, conceitos e explicações cotidianas. O estudo das

representações sociais permite descrever e compreender as percepções das práticas em relação a determinadas situações.

Para Silva et al. (2011, p. 234), "as representações sociais constituem uma construção coletiva, multifacetada e polimorfa, sendo relevantes e constituintes os elementos cognitivos, afetivos, simbólicos e de valores e que são geradas pelos sujeitos sociais em situações de interação com a realidade na qual vivem".

Aprofundando o conceito, Moscovici e Nemeth (1974) entendem que as representações sociais são conjuntos dinâmicos, mas que seu *status*

[...] é o de uma produção de comportamentos e relações com o meio, o de uma ação que modifica uns e outros, e não o de uma reprodução [...], nem o de uma reação a um estímulo exterior determinado. São sistemas que têm uma lógica própria e uma linguagem particular, uma estrutura de implicações que se referem tanto a valores como a conceitos [com] um estilo de discurso próprio. (MOSCOVICI; NEMETH, 1974, p. 48).

Os autores não as consideram como “opiniões sobre” nem “imagens de”, mas como teorias, como ciências coletivas *sui generis*, destinadas à interpretação e à construção da realidade.

Essa relação indivíduo-sociedade reflete sobre como os indivíduos, os grupos, os sujeitos sociais constroem seu conhecimento a partir da sua inscrição social e cultural, por um lado, e pelo outro como a sociedade se dá a conhecer e constrói esse conhecimento com os indivíduos. Em outras palavras, como interagem sujeitos e sociedade para construir a realidade, como terminam por construí-la numa estreita parceria que passa pela comunicação (ARRUDA, 2002).

Dessa forma, em seu sentido mais elementar, a comunicação pode ser entendida como o processo de interação entre as pessoas por meio de múltiplas linguagens (LOUBACK, 2006).

Para Moscovici (1961), esse processo social no conjunto

[...] é um processo de familiarização pelo qual os objetos e os indivíduos vêm a ser compreendidos e distinguidos na base de modelos ou encontros anteriores. A predominância do passado sobre o presente, da resposta sobre o estímulo, da imagem sobre a realidade, tem como única razão fazer com que ninguém ache nada de novo sob o sol. A familiaridade constitui ao mesmo tempo um estado das relações no grupo e uma norma de julgamento de tudo o que acontece. (MOSCOVICI, 1961, p. 26).

Menin (2000, p.61) aborda alguns estudos que também mostram como as representações de justiça circulam no meio sociocultural e como seus conteúdos cognitivos,

valorativos e afetivos vão se construindo em função “do patrimônio cultural do indivíduo, do decurso de sua vida dentro desse patrimônio e das circunstâncias criadas pela sociedade atual em que vive”.

Contudo, isso implica ter acesso, ver-se representado socialmente. De acordo com Van Dijk (1991, p.86), para se investigar o acesso é preciso explorar questões complexas, tais como “quem fala ou escreve para quem, sobre o quê, quando e em que contexto, ou quem participa dos eventos comunicativos nos diferentes papéis”.

Há um movimento que busca representação social midiática no contexto latino-americano. Maldonado (2011) examina a cidadania comunicativa, uma prática que observa o papel dos meios de comunicação públicos que favorecem a expressão da cultura, dos valores e das representações dos cidadãos latino-americanos. A inclusão midiática que produz sentidos, gera pertencimento e retrata ensejos, na América Latina, tem sido negada pelos modelos comerciais burgueses de concentração dos bens, sistemas, instituições, tecnologias e poderes midiáticos, conforme Maldonado (2011). Nos países latino-americanos, com exceção de Cuba, poucas famílias, possuidoras de um alto poder econômico, controlam os grandes meios de comunicação. Mattelart (2009) comenta que esse fato foi naturalizado como a forma adequada de estruturação dos sistemas midiáticos nas sociedades ditas modernas; as ideologias midiáticas os apresentam como o modelo de liberdade de comunicação e informação, oferecendo uma intensa programação cotidiana de entretenimento mercadológico e informação restrita, muitas vezes manipulada.

Pesquisas realizadas por Maldonado (2011) têm demonstrado graves distorções realizadas pelas grandes mídias na América Latina para reduzir, enfraquecer, ocultar, desvalorizar e negar a realidade latino-americana nas suas riquezas (históricas, culturais, cosmológicas, ecológicas, sociológicas, naturais) e nos seus problemas (econômicos, políticos, sociais, comunicativos etc.). O exercício da cidadania comunicativa na concepção dos donos da mídia no Brasil e na América Latina está restrito ao consumo comercial dos seus produtos, em proveito de suas empresas e dos negócios das elites.

A importância do estudo sobre o acesso de excluídos ao discurso dos veículos de comunicação já foi ressaltada por alguns autores (VAN DIJK, 1991; FAIRCLOUGH, 2001; FALCONE, 2006), sendo considerados excluídos todos os grupos que não fazem parte das instituições e organizações sociais controladoras do poder, como ensino, mídias, governo, instituições legislativas e grupos artísticos, sendo esse também o critério adotado na nossa análise. Para os autores citados, o acesso ao discurso da imprensa se dá de forma negociada entre a mídia e os representantes das demais instituições da elite, cabendo à primeira

intermediar o processo de manutenção de poder e a (trans) formação ideológica em uma sociedade.

Para Miller, citado por Falcone (2006, p.554), "os discursos se organizam em atos comunicativos tipificados que são legitimados em sociedade a partir das relações sociais dos seus usuários. Daí, os gêneros se constituem, mas também são constituídos pelas sociedades nas quais são produzidos: são eventos sócio-históricos".

### ***2.2.1 A representação social de detentas***

Se as representações são socialmente produzidas e são interações entre os fenômenos de comunicação no grupo social que refletem seus projetos, problemas e estratégias (VALA, 1987) e decorrem de uma necessidade prática (WAGNER, 1998), é possível então afirmar que as representações não se estruturam isoladamente, mas se organizam num processo de articulação com outras representações (FRINHANI; SOUZA, 2005).

As representações do espaço prisional se encontram articuladas com as representações de diferentes objetos: dos espaços, das relações, dos valores e das práticas vivenciadas cotidianamente. Grupos que tenham uma afiliação reconhecida, como é o caso das mulheres encarceradas, informam pontos de vista sobre alguns temas, que podem ser compartilhados. Isso significa um processo de identidade coletiva que, para Prado (2006), é

[...] um processo dinâmico de construção de práticas coletivas que criam um conjunto de significações interpretativas da estrutura e da hierarquia societal; além de, nesse processo dinâmico, serem estruturadas relações que criam e dão formas ao sentimento de pertencimentos grupais entre elementos que compartilham crenças e valores sociais responsáveis pela criação de uma unidade grupal que se sustenta sobre a dinâmica da negociação da comparação entre grupos e categorias sociais através das relações de reciprocidades e de reconhecimento. (PRADO, 2006, p. 200).

Em uma pesquisa junto a dez detentas que cumpriam pena na Penitenciária Estadual Feminina do Espírito Santo há pelo menos um ano, Frinhani e Souza (2005) constataram que a representação social sobre a prisão é consideravelmente complexa, uma vez que envolve as representações das internas sobre o espaço prisional em si, sobre as relações entre as internas, delas com a administração, os visitantes e familiares, bem como das práticas desenvolvidas no local e do significado social do encarceramento.

Na pesquisa realizada, Frinhani e Souza (2005) se preocuparam em obter informações sobre como as detentas visualizavam o espaço prisional antes de serem presas, e as classificaram em dois momentos: (1) informações advindas da mídia televisiva, normalmente

filmes e reportagens jornalísticas, que frequentemente associam esse espaço ao mundo masculino; e (2) informações adquiridas na delegacia, em que os policiais enfatizavam os aspectos negativos da penitenciária feminina. A violência sexual era um dos principais temores das entrevistadas, preocupação também identificada em pesquisa realizada por Bastos (1997).

As violações contra os mais diversos direitos das mulheres encarceradas,

[...] que são cotidianamente promovidas pelo Estado brasileiro, afrontam não apenas as recomendações, tratados e convenções internacionais (como as Regras Mínimas para o Tratamento de Reclusos), mas a própria normativa nacional que, a partir de estatutos legais e da própria Constituição Federal reconheceu um extenso rol de direitos e garantias às pessoas privadas de liberdade no país (OEA<sup>11</sup>, 2007, p.7).

A possibilidade de que ficariam presas por um tempo muito maior que o esperado também lhes provocava temor, sensação reduzida quando as detentas efetivamente se inseriram no contexto prisional. De certa forma, a diferença entre o que esperavam encontrar e o que efetivamente encontraram fez com que sentissem certo alívio, tornando a realidade no presídio menos cruel e mais suportável (FRINHANI; SOUZA, 2005).

Para os autores, as representações sociais das detentas sobre a prisão contêm certa ambiguidade: se por um lado o contexto do encarceramento contribuiu para a construção de um espaço caracterizado como “um terror”, “o inferno” ou “tudo de ruim”, por outro as internas frisaram sempre que aprenderam muito na prisão. A prisão é representada também como uma segunda oportunidade, “dada por Deus”, para que revissem o modo como estavam vivendo e tomassem um novo rumo na vida. As detentas compartilhavam a ideia social e legalmente construída de que a função da pena é ressocializar. Elas acreditam que a ressocialização depende mais do interesse de cada uma em mudar de vida do que das ações desenvolvidas pela instituição e reconheceram que a penitenciária em que estavam favorecia esse processo, porque respeitava as internas e estimulava outras atividades, como o trabalho e a participação em cursos (FRINHANI; SOUZA, 2005).

Os autores ainda destacam a possível influência das práticas religiosas existentes nas oficinas de oração sobre um conteúdo mais conformista das representações de prisão e de ressocialização. Nas oficinas são realizadas cerimônias religiosas, estimula-se a louvação por meio de poesias e música e, embora não se conheça, em detalhes, o conteúdo dessas práticas, Frinhani e Souza (2005) puderam inferir a frequente ênfase das religiões no exame profundo da consciência e da responsabilização pessoal pelos atos praticados. Além disso, as práticas

---

<sup>11</sup> Organização dos Estados Americanos.

religiosas situam a transformação pessoal na fé em Deus e na força de vontade, mais do que em qualquer outra coisa.

Frinhani e Souza (2005) puderam identificar, tanto nas entrevistas quanto na observação do local, que as mulheres ao mesmo tempo em que se sentem envergonhadas, diminuídas pelo encarceramento, buscam maneiras de superar esse mal-estar cuidando de si e do local. O cuidado com o ambiente demonstra que as internas cuidam de si e querem que seus visitantes se sintam bem no espaço que as detentas têm como “casa”. Esse cuidado com a aparência e com o local sinaliza características de gênero, que definitivamente diferenciam o universo prisional feminino do universo prisional masculino. O empenho para tornar as celas do presídio semelhantes aos cômodos de uma casa, por meio da utilização de uma pintura decorativa, da instalação de cortinas, da organização dos alimentos em potes específicos, colocação de tapetes, decoração das camas, chão encerado, entre outros, evidencia um dos processos fundamentais da gênese das representações sociais, o processo de ancoragem. Assim fazendo, as detentas procuram tornar familiar o ambiente estranho da penitenciária.

O processo de ancoragem diz respeito ao enraizamento social da representação. Sua função é de realizar a integração cognitiva do objeto representado num sistema de pensamento preexistente. Dessa maneira, os novos elementos de conhecimento são colocados numa rede de categorias mais familiares. “O sistema de classificação utilizado supõe uma base de representação partilhada coletivamente” (JODELET, 1992, p. 377), categorias socialmente estabelecidas. Dessa maneira, pode-se dizer que o grupo exprime sua identidade a partir do sentido que ele dá à representação.

Segundo Moscovici (1961), na formação das representações sociais intervêm dois processos intrinsecamente ligados e modelados por fatores sociais: a *objetivação* e a *ancoragem*. A objetivação diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade, ou seja, tornam-se expressões de uma realidade vista como natural. O processo de objetivação envolve três etapas: (1) as informações e as crenças acerca do objeto da representação sofrem um processo de seleção e descontextualização, permitindo a formação de um todo relativamente coerente, em que apenas uma parte da informação disponível é retida. Este processo de seleção e reorganização dos elementos da representação não é neutro ou aleatório, depende das normas e dos valores grupais; (2) corresponde à organização dos elementos, em que Moscovici recorre aos conceitos de “esquema” e “nó figurativo” para evocar o fato de os elementos da representação estabelecerem entre si um padrão de relações estruturadas; e (3) a naturalização, porque os conceitos retidos no nó figurativo e as respectivas relações

constituem-se como categorias *naturais*, adquirindo materialidade. Na prática, os conceitos tornam-se equivalentes à realidade e o abstrato torna-se concreto por meio da sua expressão em imagens e metáforas.

O processo de ancoragem, por um lado, precede a objetivação e, por outro, situa-se em sua sequência. Como processo que precede a objetivação, a ancoragem refere-se ao fato de qualquer tratamento da informação exigir pontos de referência, pois é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objeto da representação é pensado. Enquanto processo que segue a objetivação, a ancoragem refere-se à função social das representações, já que permite compreender a forma como os elementos representados contribuem para exprimir e constituir as relações sociais (MOSCOVICI, 1961). A ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e a gestão do ambiente. Qualquer tratamento da informação exige pontos de referência, pois é a partir das experiências e dos esquemas já estabelecidos que o objeto da representação é pensado.

Para uma parte das detentas, de início, “estar presa” parece não ter significado, pois no cotidiano “ir preso” refere-se ao mundo dos homens. A partir da acusação, da prisão em flagrante e das etapas seguintes (julgamento, condenação e cumprimento da pena) emergem contradições que produzem desconforto e exigem uma reorganização cognitiva e afetiva. Para as presidiárias é necessário tornar inteligível o mundo novo da prisão, até então desconhecido. As ações visando a similaridade com o mundo doméstico ilustram a objetivação e ancoragem, processos bastante enfatizados pelos teóricos e pesquisadores da área (FRINHANI; SOUZA, 2005).

Representando cerca de 7% da população presa, a mulher encarcerada no Brasil é submetida a uma condição de invisibilidade que intensifica as marcas da desigualdade de gênero à qual as mulheres em geral são submetidas na sociedade brasileira, sobretudo aquelas que, por seu perfil socioeconômico, encontram-se na base da pirâmide social, como é o caso da maior parte das encarceradas<sup>12</sup>. Quando se toma como análise o campo da formulação das políticas penitenciárias propriamente ditas, porque se voltam apenas a propostas de expansão física do sistema, constata-se que elas contemplam unicamente os homens, não alcançando a medida mais primária que se refere à dotação de vagas e à construção de estabelecimentos carcerários femininos (OEA, 2007).

---

<sup>12</sup> Embora precários, os dados nacionais sobre o perfil biográfico e social da mulher encarcerada, um censo penitenciário realizado no Estado de São Paulo em 2002 revelou que 54% das presas são pardas e negras, 61% não concluíram sequer o nível fundamental, 82% são mães, mas apenas 27% se declaram casadas (FUNAP/SAP/SP, Censo Penitenciário do Estado de São Paulo, 2002).

### 2.3 A voz de um grupo e sua representação

Nas democracias, a circulação de informação é o processo básico do debate público, entendido como "comunicação pública sobre temas e atores relacionados ou algum domínio de determinada política ou o mais amplo interesse e valores que estão envolvidos" (FERREE et al., 2002, p.9). O debate público constitui uma parte importante da democracia e da cidadania, especialmente em sociedades polarizadas, pois fornece um método político para incorporar e responder a diferenças no discurso (se dizem respeito à diferença de perspectivas, experiências e modos de falar). Essa discussão pública ocorre dentro da esfera pública, um espaço virtual constituído por toda a comunicação pública sobre questões políticas (DRYZEK, 2000).

A opinião pública teria seu lugar e condição de origem no que Habermas chamou de *esfera pública*, o âmbito da vida social em que vontades e pretensões devem se apresentar de forma aberta e racional, na forma de discursos. A opinião pública pode ser definida como "consideração, modo de ver, concepção, convicção, posição", o consenso material possível e razoável com vistas ao interesse geral que se estabelece a partir da discussão pública, na qual se apresentam argumentos sobre matérias, temas e objetos de discurso. Definida pela sua origem, a opinião pública pode ser conceituada como "a posição de preferências, desejos e concepções resultante do tirocínio de um público apto a julgar, que resulta da discussão crítica na esfera pública" (GOMES, 1998, p.158).

Pode-se dizer, então, que os meios de comunicação sejam responsáveis pela difusão de temas que ganham *status* de público e passam a compor as discussões que se dão na sociedade. Os indivíduos utilizam as notícias como subsídio para debater, pois precisam adquirir informações para pensar sobre aquilo que não faz parte da sua experiência diária. A visibilidade que a mídia dispensa para determinados assuntos contribui para um diálogo público generalizado (MAIA, 2006).

Tarde (1986), citado por ANTUNES (2008, p.14), afirma que não é somente o homem, mas todo animal que, enquanto ser espiritual a diversos graus, "aspira à vida social como a condição [fundamental] do desenvolvimento do seu ser mental". O autor explica a diferença entre público e multidão, ambos formados por seres humanos. Em sociedade, a transformação de qualquer classe de grupos sociais em públicos é explicada por uma necessidade inevitável de sociabilidade, que torna possível a comunicação regular de informações e excitações comuns. Dito de outra forma, "o público é um espaço de coesão mental entre indivíduos fisicamente separados". Na multidão existe a valorização da

comunicação recíproca, logo a ação do líder inspirador aparece sempre contrabalançada pelos outros indivíduos. Em outras palavras, “a multidão é um espaço de coesão perante interesses materiais, étnicos e de nacionalidade entre indivíduos fisicamente unidos” (TARDE, 1986, citado por ANTUNES, 2008, p.2).

Muitas preocupações têm sido relacionadas à inclusão da diferença na esfera pública. Para Witschge (2011), a deliberação nesse foco centra-se na abertura e na igualdade na interação entre diferentes discursos, em que a abertura se refere ao favorecimento do debate para diferentes participantes, tipos de discursos e posições.

Para que a esfera pública possa funcionar, é necessário que todos os interessados na discussão estejam dispostos a expressar suas vontades e pretensões na forma de discursos, ou seja, todos deverão ser capazes de comunicar seus pontos de vista a respeito dos temas propostos. Para que tais pontos de vista sejam apreciados pelos outros, deverão estar apoiados sobre argumentos racionais, ou seja, deverão reconhecer o poder do melhor argumento, como também deverão estar interessados na busca pelo consenso. Peixoto (2006) observa que

[...] os raciocínios utilizados podem ser pedagógicos, visando ao esclarecimento e entendimento ou ocuparem a arena com a intenção mesma da disputa, isto é, de derrotar ou fazer vitoriosa uma tese. Desse modo, um público seria então formado pela reunião de sujeitos capazes de opinião e interlocução. Por outro lado, para que tais exigências façam sentido, a esfera pública, ou seja, o lugar em que os pontos de vista serão apreciados, tem que se manter protegida de influências não comunicáveis e não-rationais como, por exemplo, o poder, o dinheiro ou as hierarquias sociais. O sujeito interessado ingressa na esfera pública como um igual, sem privilégios, na condição de homem livre, sujeito de razão e consciência. (PEIXOTO, 2006, p. 94).

Mesmo com as críticas apontadas por Habermas (1984) sobre o papel da mídia no declínio da esfera pública e dos meios de comunicação, estes tiveram suas funções ampliadas na sociedade que se estabeleceu a partir do início do século XX, principalmente pelo seu alcance e pela possibilidade de agendamento do debate público levantada por McCombs (2009). Com o agendamento, os debates passaram a fazer parte do dia a dia dos indivíduos e ganharam espaço relevante na constituição da agenda de temas, por ser espaço de visibilidade e de ampla difusão de informação na sociedade de massa que se desenvolvia.

Embora McCombs (2009) considere o tipo de exposição (tamanho, localização, presença de elementos gráficos e na primeira página) mais relevante para explicar os efeitos da mídia para os determinados tipos de tema, o autor também aponta existirem fatores presentes nos indivíduos que interferem na recepção das informações – as características do ambiente informacional. Sendo assim, a função do agendamento (tanto de temas quanto de atributos) não é igualmente válida para todos os membros do público ou para todos os

assuntos, pois há inúmeras outras influências significativas que formam as atitudes individuais e da opinião pública e, além disso, a frequência e a qualidade da atenção ao noticiário da mídia diferem consideravelmente de indivíduo para indivíduo.

Para assegurar as condições democráticas “é imprescindível que os meios de comunicação de massa estejam organizados numa estrutura plural e competitiva e seja capaz de refletir, se não todas, pelo menos as correntes mais importantes da diversidade ideológica, política e cultural da sociedade”. Essas democracias funcionam em sociedades complexas, socialmente diferenciadas e fortemente segmentadas em seus interesses políticos e culturais e por clivagens de classe. Nesse contexto, “*diversos temas e questões competem entre si para obter a atenção da opinião pública e só se transformam verdadeiramente em questões públicas quando ganham visibilidade nos meios de comunicação*” (grifo nosso) (AZEVEDO, 2005, p.9). Assim ressalta-se o papel estratégico da mídia de como se constrói a representação de um grupo social.

## 2.4 Voz e Cidadania na mídia

A mídia é um espaço de representação social, um espaço de construção de discursos que pode fortalecer a cidadania, legitimar e dar voz a grupos. Nem sempre se porta como um espaço democrático, pois nem todos podem se expressar por ela. Darde (2006) acredita que a mídia, como instância social, pode tanto legitimar quando silenciar grupos e sujeitos sociais e, por isso, deve ser percebida como determinante no jogo de poder social.

Dentro do processo de exclusão são retirados das pessoas, de certa maneira, seus direitos à cidadania. O termo “cidadania” remonta do latim *civitas*, que quer dizer cidade. Para Silva (1996, p.64), cidadania não é um conceito totalmente distinto, “mas se relaciona mutuamente com a soberania popular e com a democracia, ou mais precisamente, com os direitos políticos, que, unidos em um único contexto dão origem ao que se chama ‘ideia democrática’ ou ‘princípio democrático’ ”.

Este texto pretende pensar a cidadania considerando cidadão a pessoa portadora dos direitos conferidos pela ordem jurídica do estado, mas que também tem participação social, política e voz na sociedade<sup>13</sup>.

A mídia, por não ser totalmente democrática, acaba por ter uma atuação excludente, fazendo uma separação das pessoas que figuram no seu espaço, as majorias e minorias.

---

<sup>13</sup> Salva-guarda pela Constituição de 1988 em diversos artigos, como o 5º.

Moscovici (2000) salienta que maiorias e minorias são termos mutuamente interdependentes e não se relacionam apenas numericamente. As minorias estão na fronteira social, um grupo ao qual foram negadas autonomia e responsabilidade, que não têm a confiança nem o reconhecimento por outros grupos, não se reconhecem nos sistemas existentes de poder e crença e não representam tal sistema para ninguém (MOSCOVICI, 2000). São minorias sociais e midiáticas, públicos com assimetria de poder e desigualdades comunicativas.

Sodré (2002) considera que a mídia é a principal responsável pelos processos de interação social, bem como pela construção social em si e, como preleciona Bourdieu (1996, p. 95), “a eficácia simbólica das palavras só se exerce na medida em que aquele que a experimenta reconhece aquele que a exerce como no direito de exercê-la”.

Pode-se dizer que as modalidades de ação e intervenção de atores e movimentos sociais na sociedade contemporânea passam a constituir-se cada vez mais tencionadas pelo tipo de visibilidade pública atribuída pela lógica dos meios de comunicação. Tem voz quem está na mídia. Ao mesmo tempo, esses atores e movimentos também se apropriam e reelaboram tais lógicas, transformando a esfera das mídias em espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações e que se encontra, portanto, submetido permanentemente às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade (COGO, 2004).

Como representado na mídia, o público inclui apenas uma gama limitada de vozes que constroem e reforçam discursos tradicionais ao invés de discursos alternativos (COLEMAN ROSS, 2010), ou seja, "não inclui a grande maioria de nós" (HIND, 2010, p.97), pessoas comuns.

Sabe-se que os meios de comunicação desempenham um papel importante em expressar opiniões e são necessários para fazer "contestações contemporâneas visíveis" (COULDRY, 2010, p.148). Contudo, mesmo que o público apresente-se cada vez mais em diferentes formatos de mídia (especialmente em blogs e redes sociais), nela "não controla sua própria imagem" (COLEMAN ROSS, 2010, p.5). Ao mesmo tempo, "organizações de notícias são inevitavelmente incorporadas em redes de poder político e comercial" (COULDRY, 2010, p.148) e a representação do público e suas preocupações têm sido informadas essencialmente por fatores políticos, institucionais, econômicos e culturais (COLEMAN ROSS, 2010).

Isso pode dificultar a realização do potencial da mídia para públicos se constituírem, resultando em uma situação em que "os grupos de mídia e as instituições do Estado envidam esforços para criar uma opinião pública que amplifique, ou pelo menos não desafie seu próprio poder" (HIND, 2010, p.7).

A discussão pública é importante, pois significa o reflexo de arranjos que acomodam contestações de uma pluralidade de públicos, permitindo às pessoas "apreciar o mundo sob diferentes perspectivas" (VALADEZ, 2001, p.34).

Segundo Angenot (2010), pesquisadores têm acreditado que os meios de comunicação e a internet sejam os intermediários entre os acontecimentos e a representação e sua transmissão por meio de específicos tipos de discursos como são as notícias, reportagens, relatos e opiniões segundo as competências de cada um dos atores da comunicação e conforme os contextos de emissão e recepção. E como os discursos também se articulam com as referências, ideologias, mitos e ficção, tanto autores quanto leitores fornecem suas próprias experiências pessoais individuais e dos outros, bem como de experiências coletivas.

A internet tem sido vista como um novo espaço discursivo que permite que grupos normalmente silenciados na mídia tradicional "verbalizem e se tornem visíveis, fazendo sentir sua presença" (MITRA, 2004, p.493) e sendo "capaz de desafiar a mídia tradicional, porque os grupos sociais, instituições ou Estados não têm de competir para obter acesso, já que pode ser usado por qualquer pessoa, a qualquer momento, de qualquer lugar do planeta" (KARATZOGIANNI, 2004, p.46).

Devido ao descontentamento com a representação midiática relacionada ao público e suas preocupações, não é nenhuma surpresa que o surgimento da internet trouxesse a esperança de que não só mais vozes, mas também diferentes tipos de vozes fossem ouvidas (WITSCHGE, 2004). Dessa forma, ocorreu um processo geral de democratização devido a novas formas de mídia interativa e participativa (LIVINGSTONE, 2005) como, por exemplo, os blogs e o Twitter. Para Downey e Fenton (2003, p.198), "a internet permite opiniões de grupos que tradicionalmente foram excluídos ou marginalizados na esfera pública de comunicação social", oferecendo uma maneira não apenas de se comunicar com seus adeptos, mas também o potencial para chegar diretamente (sem intermediação) além deles e, indiretamente, influenciar os meios de comunicação de massa.

Finalizando um texto denominado "Grupos excluídos no discurso da mídia", Martins (2005) afirma que ao se pensar um projeto de democracia para o Brasil,

[...] há que se tratar especificamente do processo discursivo da mídia. Medidas como o aperfeiçoamento do direito de resposta, incluindo mudança na legislação, acelerando a aplicação da Justiça nesses casos, o fortalecimento do exercício ético da profissão, garantia de espaço igualitário nos programas e produtos da mídia de representantes de movimentos populares e lideranças da sociedade civil, combate vigilante contra expressões, tratamento e postura de discriminação em especial de gênero, raça, credo religioso, postura política, origem ou classe social, controle

social da programação dos meios de massa, entre outras políticas. (MARTINS, 2005, p. 146).

Da mesma forma, Chouliaraki e Fairglough (1999, p.135) afirmam serem essenciais mais pesquisas que visualizem o diálogo com o objetivo de chegar aos detalhes de suas práticas nas sociedades modernas tardias, as quais podem discernir os “obstáculos para”, as “práticas de” e os “potenciais para o diálogo não repressivo através da diferença”.

O problema de voz nas mídias, segundo Couldry (2010), não apenas requer sua expressão, mas seu reconhecimento.

## **2.5 O gênero feminino na mídia**

Pode-se dizer que a globalização das comunicações produz novos desafios e impactos que precisam ser considerados em relação à igualdade de gêneros. "A ausência das vozes das mulheres e suas perspectivas na Sociedade da Informação também mostram que as relações de poder nas novas mídias muitas vezes reproduzem aquelas existentes na mídia convencional" (PLOU, 2005, p.154). Na perspectiva da autora, “o acesso das mulheres às fontes de informação e aos canais de comunicação é crucial para que elas venham a ter uma participação democrática, respeito aos seus direitos humanos e voz na esfera pública” (PLOU, 2005, p.154).

Azevêdo (2007) afirma que visões e vozes femininas são marginalizadas no mundo da imprensa. A afirmação integra os resultados de uma pesquisa mundial sobre mulheres e meios de comunicação, realizada pela Associação Mundial para a Comunicação Cristã (*World Association for Christian Communication* WACC) e divulgada em sua terceira versão em março de 2006. De acordo com a pesquisa, as mulheres aparecem em apenas 21% das notícias, enquanto que os homens representam 83% dos especialistas consultados, reflexo de uma cobertura que reforça as desigualdades de gênero, uma vez que as mulheres continuam sendo identificadas na imprensa como mães, esposas, filhas, símbolos sexuais. As mulheres são discriminadas tanto quando são personagem de notícias, tanto quando estão na produção da notícia. Dificilmente, segundo a pesquisa, as mulheres são foco principal de uma matéria, pois apenas 10% das notícias mundiais colocam as mulheres nuclearmente, e a proporção dessas matérias varia muito nas diferentes pautas. Elas aparecem como centrais em 17% das notícias leves, a exemplo de celebridades, esporte e sociedade, enquanto que apenas 3% das mulheres têm visibilidade em matérias sobre economia. E quando se trata de matérias sobre política e governo, só 8% enfocam as mulheres.

Glavinic (2010) analisa, acidamente, que, talvez devido ao fato de que a maioria dos meios de comunicação seja de propriedade das sociedades dominadas por homens heterossexuais brancos, muitas minorias são retratadas de maneiras que perpetuam estereótipos negativos. A grande maioria das mulheres é representada como assuntos de notícias de desempenho de papéis muito femininos: professoras, esposas, mães e irmãs, ou emocionalmente alteradas por terem perdido suas casas, terem membros da família em perigo, enquanto homens são mostrados imóveis estoicamente, sem emoção.

Continuando sua análise, Glavinic (2010) critica uma mídia norte-americana de grande visibilidade, a CBS, que mostra as mulheres como fracas e os homens ao seu lado como fortes, reforçando estereótipos de heterossexismo e a inferioridade das mulheres, o que é extremamente decepcionante para testemunhar. Mesmo que as mulheres tenham feito grandes progressos em direção à igualdade, continuam a experimentar a deturpação e a sub-representação nos meios de comunicação modernos. Excluindo Hillary Clinton, Michelle Obama, Rainha Elizabeth e Desirée Rogers (Secretária Social da Casa Branca), apenas 30 notícias (29%) em seis programas da CBS *Evening News* com Katie Couric, entre março e abril de 2009, tinham as mulheres como parte significativa de alguma história, e isso considerando cinco histórias em que as mulheres estavam relacionadas a homens reféns de um navio na Costa da Somália.

Quando notícias relevantes não incluem as mulheres ou se elas não estão envolvidas em relatórios e funções de assessoria profissional, os programas veiculados pela CBS enviam uma mensagem apenas para os telespectadores do gênero masculino, como se os homens fossem os únicos qualificados para participar ou ter opiniões sobre questões importantes e graves. Isso desencoraja as mulheres a se envolverem na política, tanto porque se entende que elas não seriam capazes de obter o apoio de eleitores, e porque sentem que em algum nível são menos qualificadas que os candidatos do sexo masculino (GLAVINIC, 2010). No Congresso Americano, 17 membros são mulheres, o que representa um número muito restrito de mais de 50% da população dos EUA, 314.065.495 pessoas (US CENSUS BUREAU, 2012).

Da mesma forma, mesmo somando mais de 50% da população brasileira, representando quase a metade da população economicamente ativa e contribuindo significativamente para o desenvolvimento nacional, o perfil das mulheres projetado na mídia ainda não reflete, de acordo com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, sua importância no contexto social, cultural e econômico (AZEVEDO, 2007).

Glavinic (2010) cita uma pesquisa de Barrett (2008) que mostra que mesmo sendo as mulheres vistas como iguais em áreas específicas de interesse, 20% dos entrevistados ainda acreditam que os homens sejam claramente melhores líderes simplesmente por causa de seu sexo. Para Glavinic (2010), como ferramenta mais abrangente para a formação de opinião pública, a mídia excludente e discriminatória retrata as mulheres como tendo grande parte da culpa pela sua continuada incapacidade de serem bem-sucedidas no domínio político. Assim, mesmo as mulheres tendo feito grandes progressos em direção à igualdade ao longo dos anos, a mídia não tem assumido sua responsabilidade quanto ao papel que desempenha na definição de opinião pública das mulheres.

Ao estabelecer o diálogo entre gênero e comunicação, Azevêdo (2007) leva em conta uma problemática ainda vigente, que é a desigualdade de poder na relação entre as mulheres e os meios de comunicação. Azevêdo (2007) não deixa de apontar a trajetória histórica feminista e seus movimentos na recondução das formas de representação da mulher na esfera midiática, o que promoveu um deslocamento de uma representação estereotipada e refletiu as desigualdades, intervindo qualificadamente junto aos meios de comunicação e sendo capaz de promover uma revisão do discurso jornalístico sobre a mulher e sua condição na sociedade.

O movimento feminista de inserção da mulher na sociedade evoluiu, mas a mídia não acompanhou essa evolução e o campo não se abriu de modo que a cobertura dos assuntos relacionados ao gênero feminino ocupasse proporcionalmente seu lugar midiático. As mulheres ainda fazem parte de um grupo de minorias representado por essa mídia, tanto a massiva quanto as mídias direcionadas e locais. É um gênero com menos voz, com menos representatividade.

Esse trabalho aborda o gênero feminino que já tem uma representatividade midiática menos expressiva. Trabalhamos com presidiárias, um subgrupo feminino determinado pelas circunstâncias sociais em que se encontram. Falaremos das mulheres presidiárias e suas manifestações por meio de um veículo alternativo. Se na mídia não há espaço ou voz suficiente para as mulheres, o que dizer das mulheres encarceradas?

No próximo capítulo, que trata sobre Mídiação e Visibilidade, esse tema será mais bem detalhado e, assim, nos deteremo-nos nessa discussão.

### 3 MEDIATIZAÇÃO E VISIBILIDADE

Este capítulo aborda entendimentos sobre mediação e visibilidade, fundamentos teóricos que levaram à análise das representações sociais sob a ótica dos que estão excluídos dos interesses e conteúdos midiáticos.

Mediação, para Braga (2007), significa colocar a lógica da mídia como “organizadora da sociedade”, como direcionadora na construção da realidade social. Pode ser entendida também como um modo a partir do qual a sociedade se constrói e pelos padrões que utiliza para ver e fazer as coisas e para articular pessoas. Braga (2007) propõe abordar a mediação como processo interacional em marcha acelerada, para se tornar o processo de referência, ou seja, que dá o tom aos demais.

Dessa forma, a palavra mediação pode ser relacionada

[...] a pelo menos dois âmbitos sociais. No primeiro são tratados processos sociais específicos que passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as lógicas da mídia. Aqui se pode falar em mediação de instâncias da política, do entretenimento, da aprendizagem. Já em um nível macro, trata-se da mediação da própria sociedade (BRAGA, 2007, p.141).

O uso da mídia pelos socialmente excluídos<sup>14</sup>, ainda incipiente, fez surgir um movimento de tomar e dar voz aos invisibilizados, excluídos e marginalizados por meio de recursos midiáticos, tanto em mídias alternativas, como na grande mídia. Pode-se dizer que a produção de materiais midiáticos que visem à sensibilização da sociedade, bem como a produção de documentários que abordem questões ligadas à cidadania, conservação da natureza, ética e direitos humanos, dentre outros temas, é de grande relevância para a promoção de políticas públicas para inclusão social (FREITAS, 2007).

A esfera de visibilidade midiática é constituída pelo conjunto de emissões dos *media*, em suas diversas modalidades, com assuntos diversos. A visibilidade midiática pode ser compreendida como um espaço no qual “vários grupos sociais e instituições competem entre si e lutas ideológicas se desdobram sobre a definição e a construção da realidade social” (GUREVITCH; LEVY, 1985, p.19).

---

<sup>14</sup> Os chamados ‘invisibilizados socialmente’.

### 3.1 Mídia e sociedade

O fenômeno da mediação é caracterizado como tendência à telerealização, o que significa a virtualização das relações humanas. Nesse contexto, a mídia é vista como a responsável pelos processos de interação social devido ao poder simbólico de influência que exerce a partir de seus meios e mensagens. Esse poder é dado, principalmente, pela prevalência da forma sobre o conteúdo, em que a imagem se torna uma mercadoria a serviço de uma nova gestão da vida social (STASIAK et al., 2007).

A capacidade da telerealização, ou seja, de realização virtual, característica principal da mediação, traz explosões e implosões para as identidades. Os sujeitos deixam de viver em um tempo linear e passam a participar de uma realidade na qual o tempo é circular, na qual as identidades são construídas por negociações do reconhecimento pelo outro (STASIAK; BARICHELLO, 2007).

Para Fausto Neto (2005), a mediação se manifesta em um cenário de heterogeneidades trazidas pelos avanços tecnológicos, nos quais a natureza da organização social não é linear e homogênea, mas descontínua. O autor afirma que por muito tempo os paradigmas (modos de ver) vigentes nas teorias comunicacionais apostavam na ideia de que a convergência das tecnologias levaria à estruturação de uma sociedade uniforme em gostos e padrões em função de um consumo homogeneizado, mas a realidade comprovou o oposto, ou seja, a geração de fenômenos distintos caracteriza-se pelas disjunções entre estruturas de oferta e de apropriação de sentidos.

A mediação está intimamente ligada à prática social e, neste sentido, não se pode afirmar ao certo onde começa uma e termina outra. Por isso, tem sido comum entre pesquisadores do tema o uso da expressão “mediação da sociedade”, adotada também como forma de demonstrar a dimensão alcançada por esse fenômeno (BRAGA, 2007).

No processo de mediação da sociedade, a mídia ocupa um lugar central nas relações entre as instituições e os sujeitos, afetando o modo como essas interações ocorrem (VERÓN, 1997). As mídias “se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do trabalho de sentido” (FAUSTO NETO, 2007, p.92).

Neto (2007) reitera que a mídia fez emergir uma nova cultura, estabeleceu novos protocolos de linguagens e, dessa forma, redimensionou as práticas de todos os campos sociais. A sociedade passa, dessa forma, a funcionar e se constituir por meio de uma lógica e uma cultura midiática que servem de referência para a organização social como um todo.

A midiaticização gera, então, novas modalidades de produção de sentidos e representam, no contexto da sociedade midiática, outro modo de vida, perpassado e construído pela mídia. A midiaticização é mais que uma mediação singular, pois os processos midiáticos são compreendidos como “um novo modo de ser no mundo” (GOMES, 2006, p.113). O processo da midiaticização cria um novo ambiente – da informação e comunicação – que, por meio da tecnologia, dispositivos e linguagens, produz um conceito de comunicação no qual os meios são considerados pulsões que instituem e fazem funcionar um novo tipo de real, em que as bases de interações sociais não se estabelecem por meio de laços sociais, mas por ligações sociotécnicas (FAUSTO NETO, 2005).

Muniz Sodré (2002) salienta que a midiaticização é uma nova qualificação da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo, um *bios* virtual. Sua especificidade ainda hoje consiste em uma espécie de terceira natureza, atravessada por injunções da ordem de “ter de” e “dever” e suscetível de configurar uma circularidade de natureza moral.

Assim, a midiaticização se refere não apenas à intervenção da mídia na realidade e à construção da realidade pela mídia, mas à experimentação da realidade na mídia, por meio e dentro dela, nos sistemas, nos seus códigos e modelos estetizantes. Dito de outra maneira, a midiaticização opera uma intervenção de terceira natureza (a primeira é a intervenção da mídia na realidade e a segunda a construção da realidade pela mídia), porque, “se partimos da afirmação aforística de hábito como uma “segunda natureza”, chegaremos necessariamente à ideia do *bios midiático* como uma ‘terceira natureza’ humana” (SODRÉ, 2002, p.51).

A visibilidade do cotidiano, dos eventos sociais, políticos e econômicos dependem da edição jornalística, da introdução de questões polêmicas em programas de entretenimento e debate. Assim, realidades e fantasias recebem graus diferenciados de visibilidade e provocam diferentes reações ao tentar se apropriar e intervir no imaginário das pessoas. Entretanto, a midiaticização disponibiliza o que é permitido ver (a edição) e a verdade sobre o acontecimento, já que a totalidade não será vista. Nesse sentido, “o olhar e a comunicação são próprias do ser humano, assim como a visibilidade é natural ao poder político. A comunicação midiática reúne os dois movimentos e assim exerce seu poder” (WEBER, 2006, p.121).

Na mídia, é necessário conquistar credibilidade para a maioria do público por uma dupla razão: pelo fato de estar em concorrência com os demais organismos de informação, o que a coloca num campo de luta comercial por sua própria sobrevivência econômica, e porque, em nome da posição que ocupa institucionalmente no espaço público, tem como dever informar o mais corretamente possível. Entretanto, “quanto maior for o número a

atingir, principalmente quando não cativos *a priori*, menos os meios para atingi-los dependem de uma atitude racionalizante” (CHARAUDEAU, 2009, p. 91).

Ainda segundo o autor, a instância midiática acha-se submetida a duas exigências: emocionar seu público e mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse pela paixão, pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito da racionalidade que deveria direcionar a visada da informação. Para satisfazer seu princípio da emoção, a mídia deve proceder a uma encenação sutil do discurso da informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que ali circulam. Por isso, a informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de saber fazer, que

[...] deve buscar um grau zero de espetacularização da informação para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir o efeito da dramatização (CHARAUDEAU, 2009, p. 92).

Complementando, Charaudeau (2009) afirma que na tensão entre os polos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas exigências são as da imaginação dramatizante, menos credíveis serão.

Para Calvino (1990, p.107), a visibilidade mostra as realidades e fantasias transmitidas e convertidas pela cultura em seus vários níveis e com “um processo de abstração, condensação e interiorização da experiência sensível de importância decisiva tanto na visualização quanto na verbalização do pensamento”.

A midiática é um processo complexo que se institui como outra maneira de vida e um novo ambiente, que tem ressonâncias sobre a própria constituição humana. Segundo Gomes (2008, p.21), como a midiática é um “princípio, um modelo e uma atividade de operação de inteligibilidade social”, constitui uma chave para a compreensão da própria sociedade, ultrapassando a ideia de midiática como uma mediação puramente tecnológica.

Com frequência, as mídias costumam padronizar a opinião, homogeneizando-a a partir das ênfases majoritárias que elas fabricam, com generalizações negligentes ou mesmo com pesquisas e sondagens sem grandes críticas e análises. Dessa forma, as opiniões que recebem maior apoio público chegam a dominar a cena pública, ressaltando-se que “a sociedade civil é

um espaço público no qual se dão interações de classes muito diversas entre diferentes atores sociais mais ou menos organizados” (MARTÍN-BARBERO; REY, 2004, p.89).

### 3.2 Mídia e inserção social

Para Barichello e Scheid (2007), a mídia pode ser compreendida não apenas como um dispositivo técnico, mas como um fluxo comunicacional acoplado a um dispositivo, de tal forma que sua lógica de funcionamento pode tornar-se uma ambiência. Também nesse sentido, Verón (1997, p.12) afirma que “um meio de comunicação social é um dispositivo tecnológico de produção-reprodução de mensagens associado a determinadas condições de produção e a determinadas modalidades (ou práticas) de recepção das referidas mensagens” (tradução nossa)<sup>15</sup>. Dessa forma, o meio subentende a articulação de uma tecnologia de comunicação com diferentes práticas, tanto no sentido da recepção quanto da produção.

Segundo Maia (2006), a mídia é compreendida como

[...] um subsistema social composto por um conjunto de instituições típicas e um grupo de especialistas. Como todo subsistema, o da mídia conta com relativa autonomia (isto é, independência de controle de grupos e instituições de outros subsistemas) para a produção da comunicação através de códigos e de semânticas específicas, em ambientes de ação ordenados e validados por critérios próprios. (MAIA, 2006, p. 21).

Charaudeau (2003) aponta os meios de comunicação modernos como forma de visibilidade/divulgação, amplamente participantes da constituição e transformação do espaço público.

Ao discorrer sobre a centralidade que a mídia ocupa na atualidade, Gomes (1999, p.213) observa que não há na sociedade contemporânea espaço de exposição, visibilidade, discurso, discussão e debate com volume e importância comparável ao sistema dos meios de comunicação de massa. O autor diferencia dois fenômenos que compõem a esfera pública: a esfera de visibilidade pública e a esfera de discussão pública. O primeiro se refere àquilo que se opõe ao segredo para assegurar a legitimidade de uma política, ou seja, a “dimensão da vida social visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos”, e o segundo (a discutibilidade) se fundamenta nas requisições de razões públicas, de padrões argumentativos inclusivos que atendem as exigências de uma comunicação dialógica e que prima pela

---

<sup>15</sup> No original de Verón (1997, p.12), “un medio de comunicación social es un dispositivo tecnológico de producción-reproducción de mensajes asociado a determinadas condiciones de producción y a determinadas modalidades (o prácticas) de recepción de dichos mensajes”.

justificação e argumentação das proposições levadas ao público. Essas duas dimensões são consideradas as pedras angulares de constituição do conceito e, por abrigar esses distintos pontos de origem, o autor avalia ser a noção de esfera pública uma sobreposição ou “uma fórmula condensada para expressar a ideia de esfera da argumentação pública” (GOMES, 1999, p.212).

Para Lycarião (2010), se o que é tornado visível não é simplesmente uma criação independente por parte dos *media*, mas uma conexão dinâmica com os processos comunicativos gerados em ambientes de comunicação fora dos *media* e que, muitas vezes, detêm fortes doses de discutibilidade, então não se pode dizer que a opinião publicada não tenha lastro na discutibilidade. O autor afirma que isso não significa que a pouca atenção à visibilidade produzida pela indústria da comunicação de massa não possa ser considerada uma lacuna a ser preenchida por outras pesquisas, como o que se pretende neste estudo.

Pode-se dizer que os meios de comunicação promoveram uma reorganização dos processos de aprendizagem, de conversação cívica e de mobilização, já que se tem acesso a uma ampla diversidade de imagens e fluxo de informações sobre modos de vida, culturas, paisagens, tipos humanos, conflitos e ambientes. Nesses contextos, “o familiar e o próximo misturam-se com o estranho e o distante, de modo que as fronteiras entre tais domínios tornam-se quase irreconhecíveis” (MAIA, 2006, p.15). A conversação cívica envolve temas informativos, de entretenimento e ficção, que levam ao centro do debate experiências, conflitos e lutas concretas de indivíduos e grupos na sociedade. Por consequência, abre um leque de possibilidades para a interação virtual entre indivíduos e grupos no sentido de uma coordenação de ação política ou da promoção de mobilizações pelas redes.

Barichello e Scheid (2007) propõem o entendimento da visibilidade por meio de duas perspectivas: a primeira resulta do planejamento proposto pelas instituições que buscam legitimar-se por meio de ações comunicativas, e a segunda provém da visibilidade que os sujeitos constroem por meio de discursos relacionados a essas mesmas instituições em espaços de comunicação por eles organizados. Neste segundo enfoque os sujeitos priorizam assuntos relacionados à forma como ocupam esse contexto de visibilidade, para tematizar questões de seu interesse e agrupar um número maior de sujeitos comunicantes, ampliando o debate.

Conforme Van Dijk (2012), contextos não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas

[...] construtos inter(subjetivos) concebidos passo-a-passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades. Se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas, todas as pessoas que estão na mesma situação social fariam do mesmo modo. Portanto, a teoria precisa evitar ao mesmo tempo o positivismo social, o realismo social e o determinismo social: os contextos são construtos dos participantes. (DIJK, 2012, p. 11).

Em outras palavras, um contexto “influencia de algum modo uma palavra, um trecho, um sentido, um acontecimento, ou torna possível [...] certa interpretação (ou uma interpretação nova). Daí, o princípio amplamente difundido de que as falas das pessoas não deveriam ser citadas “fora de contexto” (McGLONE, 2005, p.511).

As interações midiáticas estabelecidas com o ambiente circundante, grupos e instituições de outros subsistemas não dependem exclusivamente das intenções ou dos interesses dos atores participantes, mas de modos de operação determinados internamente, que atuam como mecanismos de autorregulação. Assim, “a comunicação deixa de ser entendida como meio e passa a ser entendida como ambiente de ação” (GOMES, 2004, p.60).

Teorias do sistema social partem do princípio de que atividades fundamentalmente diferentes podem ser concebidas como subsistemas que produzem importantes recursos (*outputs*) dos quais os outros dependem. Assim, cada subsistema espera receber *inputs* apropriados em troca. Esse modelo possibilita conduzir análises multidimensionais da vida do sistema social, pois diferencia analiticamente a interdependência de várias atividades do sistema social, sendo que, na vida real, elas se interpenetram e interagem simultaneamente (MAIA, 2006).

Ainda segundo Maia (2006), a partir dessas análises a importância dos sujeitos fica enfatizada em uma dimensão interativa situacional e a ação dos grupos sociais e suas atividades passam a ser guiadas por interesses inseridos em processos institucionais concretos, destacando-se a fusão resultante do intercâmbio funcional, os efeitos imprevisíveis que não podem ser regulados internamente por subsistemas singulares e o inesperado desenvolvimento de setores diferentes. Por consequência, esses elementos promovem a possibilidade de conflitos sociais e patologias da sociedade provocarem processos de diferenciação e de mudança social.

Na opinião de Hallin e Mancini (2004, p.15), qualquer julgamento que se faça sobre o sistema da mídia deve ser baseado em um claro entendimento de seu contexto social, ou seja, de “elementos tais como as divisões existentes na sociedade, o processo político pelo qual foram (ou não) solucionados e os padrões prevalentes de crença política”.

Embora não determine ou condicione comportamentos ou ações sociais, a mídia atua como um fator de poderosa influência no campo social. Assim,

[...] na medida em que o discurso da mídia articula determinados significados aos fatos enquanto oculta outros, é construída nesse discurso uma determinada “definição de realidade”, que, dada a imensa difusão social de seus veículos, tem grande possibilidade de tornar-se (ou “manter-se”) hegemônica, colaborando assim de modo ativo na manutenção de uma dada relação de forças no interior da sociedade (GASTALDO, 2009, p.354).

Gastaldo (2009) considera que problematizar o que parece evidente é uma maneira de não tomar o que é de fato socialmente “construído” (como a representação mediatizada da “realidade”) por “dado” da natureza.

Maia (2006) ressalta que o campo da mídia detém os instrumentos para a produção de visibilidade por meio de rotinas e modos operatórios próprios, estabelecendo interdependências com outros subsistemas. A construção do espaço de visibilidade midiática é um processo complexo, multifacetado e relacionado aos “esquemas interpretativos dos próprios atores sociais”.

Conforme Stasiak e Barichello (2007), a mídia tem o poder de iluminar fatos, permear os discursos sociais e influenciar as decisões dos indivíduos. É um jogo de aparências sociais que se constrói pela heterogeneidade de ideias apresentadas, cujos fatos se tornam cada vez menos lineares e o sentimento de indecisão cresce entre os indivíduos, completando a sensação de fragmentação de opiniões.

Citando Pan e Kosicki (2003), Maia (2006) observa existir

[...] uma dinâmica permanente entre a dimensão cognitiva/ideológica do enquadramento da mídia e os enquadramentos dos atores sociais distintos, que buscam promover uma definição particular do problema, tecer interpretações causais, estabelecer julgamentos morais ou propor recomendações ou soluções. (PAN; KOSICKI apud MAIA, 2006, p. 26)

Dessa forma, o espaço de visibilidade midiática constitui um ambiente de desdobramento de embates ideológicos que coloca inúmeras e variadas interações em movimento entre os atores políticos e os próprios cidadãos (MAIA, 2006).

Segundo Charaudeau (2009), o desafio da visibilidade faz com que os conteúdos selecionados pela instância midiática sejam percebidos o mais rapidamente possível para atrair o olhar e a atenção e que possam ser reconhecidos simultaneamente com sua distribuição temática.

Da espontaneidade do olhar à fabricação da visibilidade, Weber (2006) comenta que desde sempre a humanidade tem se debruçado sobre a possibilidade de “poder ver” e de aprender. Contudo, sempre vai se surpreender com a complexa construção de visibilidades dirigidas à obtenção de credibilidade, pois “as estratégias da visibilidade têm seus próprios saberes e verdades e, portanto, não dependem apenas do campo da visão para expandir seus efeitos” (WEBER, 2006, p.118). E, de modo cada vez mais complexo, o debate pode ser estendido sobre o poder de visibilidade propiciado pela mídia a instituições, fatos e sujeitos da política, gerando a possibilidade de essa “visão” poder se tornar equivalente à credibilidade.

No cotidiano, “as mídias criam um real próprio, de acordo com os limites e possibilidades de seus códigos, o que torna impossível saber o que realmente ocorreu, mesmo que se tenha certeza de que algo aconteceu de fato” (SACRAMENTO, 2009, p.96).

Pode-se dizer, então, que a sociedade contemporânea está imersa em um espaço midiático, regido pelas novas tecnologias e moldado pelo virtual, no qual a comunicação centralizada, unidirecional e vertical é transformada, especialmente pela ambiência proporcionada pelas redes digitais (SODRÉ, 2002). Nesse contexto, a mídia deixa de ser um campo fechado em si, composto de utilidades apenas instrumentais, e passa à condição de produtora dos sentidos sociais (STASIAK; BARICHELO, 2007).

### **3.3 A construção social do discurso**

Para Angenot (2010, p.29), o discurso é um ato historicamente situado e enfatizado a partir de determinada avaliação social. Nessa perspectiva, o discurso social implica uma visada totalizadora de um complexo entremado de vozes que formam o relato de uma instância específica da história. A aceitabilidade nas produções discursivas de uma dada sociedade supõe certa ordem hegemônica como reguladora básica do discurso social, mesmo que essa ordem não seja exclusivamente discursiva, mas forçosamente relacione-se intimamente com “os sistemas de dominação política e exploração econômica que caracterizam a formação social”.

Conforme Rodriguez-Peral e Milán (2009, p.1), discurso social é “a ação social que manifesta sua profunda realidade em qualquer forma de expressão”. As autoras afirmam que não se pode acessar diretamente a realidade senão pelo conhecimento, sendo que este ocorre por meio de representações. Assim, entre a própria realidade e seu conhecimento há uma mediação, podendo-se dizer que as mídias não apenas transmitem informações e opiniões,

mas que mediante esses discursos a realidade social é construída, o mundo é constituído e o universo social é criado.

Considerando-se que um fato hegemônico-discursivo pode ser abordado por diferentes perspectivas, Angenot (2010) sugere que investigadores devam centrar-se na concepção da língua legítima, em tópicos e na gnosiologia<sup>16</sup> vigentes, nos fetiches e nos tabus, nas visões de mundo. Todas essas características focalizam diferentes aspectos do discurso social que geralmente constrói uma ordem específica, e isso se deve ao fato de que a hegemonia sociodiscursiva implica uma homogeneização da realidade e, ao mesmo tempo, mostra e oculta algumas partes do mundo. Dessa forma, “o real não poderia ser um caleidoscópio. A unidade relativa da visão do mundo que se obtém do discurso social resulta da cooperação necessária entre imagens e informações” (ANGENOT, 2010, p.64), funcionando de maneira ideal quando está internalizada ou naturalizada pelo emissor da mensagem, ou seja, quando consegue converter-se em produtora de identidades e individualidades.

Fairclough (2001) afirma que os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem, constituem-nas. Para o autor, a linguagem é um elemento presente em todos os níveis de interação social que aponta para três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: contribui para a construção de identidades sociais, para a construção das relações sociais entre as pessoas, para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças. A esses aspectos construtivos do discurso correspondem três funções da linguagem: a função identitária, a relacional e a ideacional.

Para Fairclough (2001), o discurso aparece de três maneiras como parte de práticas sociais, na relação entre textos e eventos: como modos de agir, como modos de representar e como modos de ser. A cada um desses modos de interação entre discurso e prática social corresponde um tipo de significado. O significado acional focaliza o texto como modo de (inter) ação em eventos sociais, aproxima-se da função relacional, pois a ação legítima/questiona relações sociais; o significado representacional enfatiza a representação de aspectos do mundo (físico, mental, social) em textos, aproximando-se da função ideacional; o significado identificacional, por sua vez, refere-se à construção e à negociação de identidades no discurso, relacionando-se à função identitária.

---

<sup>16</sup> A gnosiologia estuda o sujeito e o objeto implicados no ato do conhecimento humano, debruçando-se essencialmente sobre o sujeito e a relação que se estabelece entre os dois. Tenta definir o tipo de relação e o modo como o conhecimento se processa no interior do sujeito. O problema estudado pela gnosiologia é importante e pode ser entendido como um pressuposto sempre presente e é imperioso estudá-la antes de qualquer outra ciência, visto que da resposta obtida vai depender a atitude tomada em qualquer outro domínio da atividade humana (Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$gnosiologia](http://www.infopedia.pt/$gnosiologia). Acesso em: 20 maio 2012).

Fairclough (2003) propõe uma correspondência entre ação e gêneros, representação e discursos, identificação e estilos – gêneros, discursos e estilos são modos relativamente estáveis de agir, de representar e de identificar, respectivamente. A análise discursiva é um nível intermediário entre o texto em si e seu contexto social (eventos, práticas, estruturas). Então, a análise de discurso deve ser simultaneamente a análise de como os três tipos de significado são realizados em traços linguísticos dos textos e da conexão entre o evento social e as práticas sociais, verificando-se quais gêneros, discursos e estilos são utilizados e como são articulados nos textos.

Hardy et al. (2005) confirmam essa maneira de analisar à medida que sugerem que as “identidades coletivas” são produzidas discursivamente por meio de conversações que criam realidades comuns para seus membros. Para os autores, as identidades coletivas são expressas em materiais culturais, nomes, narrativas, símbolos e estilos verbais em um contexto muito definido, em que as pessoas interagem e partilham valores.

A construção social do discurso foi verificada no ambiente carcerário feminino levando em consideração seu contexto social, seu lugar à margem da sociedade e os valores simbólicos ali construídos. Conforme Van Dijk (2012), os contextos não são um tipo de situação social objetiva, mas construtos subjetivos de participantes socialmente fundamentados a respeito das propriedades que, para eles, são relevantes, e que caracterizam seu modelo mental. Assim, como os contextos podem ser entendidos como algum tipo de modelo mental, há que se falar sobre ele.

Diversamente das abordagens interpretativas usuais da compreensão do discurso, os modelos mentais proporcionam um “ponto de partida” para a produção do discurso se as pessoas representam as experiências e os eventos ou situações do dia-a-dia em modelos mentais subjetivos. Assim, esses modelos mentais formam a base da construção das representações semânticas dos discursos sobre os eventos, como acontece nos relatos de notícias do cotidiano. Contudo, Van Dijk (2012) observa que o ponto nevrálgico faltante nessa teoria de modelos mentais do processamento do discurso diz respeito ao papel que o contexto opera, porque geralmente os mesmos acontecimentos são narrados de maneiras distintas, conforme as diferentes situações ou gêneros comunicativos. Em outras palavras,

[...] os usuários da língua, além de falar sobre eventos, também precisam modelar a si próprios e a outros aspectos da situação comunicativa em que estão envolvidos no momento. Desse modo, os modelos de contextos se tornam a interface crucial entre os modelos mentais e os discursos sobre esses eventos (VAN DIJK, 2012, p.92).

Ainda segundo Van Dijk (2012), uma das muitas propriedades dos modelos mentais é serem pessoalmente únicos e subjetivos, pois não representam objetivamente os eventos de que trata o discurso, mas a maneira como os usuários da língua os interpretam, cada um a seu modo, em função de objetivos pessoais, conhecimentos ou experiências prévias, e ainda em função de outros aspectos do contexto.

Bakhtin (2003) afirma que “aprender a falar significa aprender a construir enunciados” e que o contexto social no qual está inserido o enunciador é determinante na construção de sua fala. Assim, pode-se inferir que também o cárcere, onde detentas constroem seus enunciados, reflete sua realidade extraverbal.

Van Dijk (2012, p.108-109) defende enfaticamente as modalidades de discurso dependentes do contexto. Seu modelo explica, por exemplo, as propriedades do discurso e da comunicação para as quais não há explicação nas teorias que assumem que o discurso é controlado diretamente pelas situações sociais, como faz a teoria sociolinguística padrão. Para o autor, os falantes/escritores e os receptores têm, por definição, modelos diferentes do mesmo evento comunicativo; essas diferenças podem levar a negociações sobre aspectos compartilhados de seus modelos de contexto, mas também a mal-entendidos e conflitos. Quanto às informações presentes nos modelos de contexto, elas podem facilmente ser combinadas com as de outros modelos de contextos, permitindo que se supere a conhecida lacuna que separa a estrutura social, por um lado, e o discurso-interação, por outro. Em outras palavras, os modelos de contextos são a interface entre sociedade, situação e discurso. Assim, como os modelos de contexto controlam (pelo menos em parte) a produção e a compreensão do discurso, e como eles podem ser combinados com outros modelos mentais, também explicam porque o mesmo modelo pessoal de um evento costuma ser expresso por diferentes discursos em situações sociais diferentes. Tipicamente,

[...] esses discursos explicam a razão pela qual artigos sobre o mesmo evento em jornais diferentes serão sempre diferentes quando escritos por vários jornalistas, e que inexiste a possibilidade de contar a mesma história duas vezes em circunstâncias diferentes e, no que diz respeito aos jornais, sofrendo circunstâncias diversas sobre o trabalho de reportagem (VAN DIJK, 2012, p.108).

Os modelos de contexto explicam, para Van Dijk (2012), os processos de recontextualização e o modo como os participantes conseguem lidar ativamente com essas mudanças, ou seja, a maneira como eles contam mais tarde aquilo que leram nos jornais ou viram na TV. Para o autor, os modelos de contexto são a base de uma teoria adequada do gênero discursivo, porque muitas propriedades dos diferentes gêneros discursivos se definem

não tanto em termos de propriedades verbais do discurso, mas em termos contextuais. Além disso, os modelos de contexto permitem apresentar uma teoria unificada da experiência e da consciência cotidianas, colocando o Eu-mesmo em várias identidades-por-papel do falante e/ou receptor nesses modelos, como também são a base das teorias do estilo e do registro, isto é, das propriedades situacionalmente variáveis do discurso.

Em resumo, os modelos de contexto

[...] integram as propriedades sociais e cognitivas dos eventos comunicativos, como os papéis dos participantes, por um lado, e as intenções e conhecimentos dos participantes, por outro; [...] proporcionam uma teoria de relevância que é coerente com o que se faz atualmente em teoria cognitiva; [...] proporcionam as condições de adequação da elocução e, portanto, são a base de uma teoria dos atos de fala cognitivamente explícita (VAN DIJK, 2012, p.109).

Bakhtin (2003) afirma que a verdadeira substância da língua é constituída pelo fenômeno social da interação verbal realizada por meio da enunciação. O enunciado assume a plenitude de seu sentido no contexto da situação de comunicação, traduzindo-se em um elo real da cadeia discursiva.

Qualquer que seja o aspecto da expressão-enunciação considerado, ele será determinado pelas condições reais da enunciação em questão, isto é, antes de tudo pela situação social mais imediata. Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. A palavra dirige-se a um interlocutor: variará se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). (BAKHTIN, 2003, p.116).

Para a construção do interesse social, todo discurso depende das condições específicas de uma situação de troca. O reconhecimento necessário e recíproco das restrições da atuação pelos parceiros da troca de linguagem indica que eles estão ligados por uma espécie de “acordo prévio” sobre os dados desse quadro de referência. Em outras palavras, um contrato de comunicação, que resulta das características próprias da situação de troca, os “dados externos”, e das características discursivas decorrentes, os “dados internos” (CHARAUDEAU, 2009, p. 67-71).

Nesse contexto, “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2006, p.42). No domínio prisional em que existe um mecanismo particular de funcionamento, caracterizado por um sistema social baseado nas relações de poder, o discurso ocupa papel central.

### **3.4 TV Cela: uma construção discursiva sobre o cárcere feminino**

Em uma pesquisa sobre jovens mulheres encarceradas em Portugal, Matos e Machado (2007) analisaram os discursos que especificamente se referiam aos significados atribuídos pelas mulheres à reclusão, constatando que as mulheres constroem suas histórias integrando constantemente a vivência do crime e da prisão, bem como do próprio sistema de justiça. Essas histórias seriam certamente recontadas de outra forma em outro contexto espacial, temporal e social. Os discursos sobre a prisão emergiam nas narrativas construídas ao longo de todas as entrevistas, mas “estar na prisão” surgia como um capítulo de vida individualizado e a circunstância da reclusão era construída como um “ponto de viragem” e como o maior desafio identificado nos trajetos de vida das jovens mulheres estudadas por elas.

O discurso social define a instância do que vai para a mídia, que o traduz. Ele tem intencionalidade, relação de poder, estrutura própria. O programa TV Cela será entendido como discurso social, como espaço social que as presas têm para manifestar-se. Nesta pesquisa, como será detalhado na Metodologia (Capítulo 4), constituímos grupos de discussão de detentas do PIEP que, após assistirem quatro edições do programa, fizeram não apenas sua avaliação, como também abordaram vários aspectos de como se reconheceram ou não no material exibido.

TV Cela<sup>17</sup> é um programa de televisão produzido e apresentado por reeducandas (termo escolhido pelo TV Cela para denominar as detentas) da Cadeia Pública Feminina de Votorantim, São Paulo. O projeto é idealizado e realizado pela Associação Cultural, Educacional, Beneficente “Cultura Votorantim” e pelo Grupo Imagem, com a colaboração de parceiros.

O projeto de inclusão da instituição por meio da comunicação existe desde junho de 2007, evoluindo de um programa radiofônico (denominado de Povo Marcado) nos mesmos moldes do atual projeto, porém para rádio. O programa TV CELA na Cadeia Pública Feminina de Votorantim teve início em 14 de setembro de 2009.

---

<sup>17</sup> Informações derivadas do projeto enviado para o Edital de Ponto de Mídia Livre, do Ministério da Cultura, escrito pela Professora Doutora em Comunicação e Semiótica Míriam Cristina Carlos Silva, da Universidade de Sorocaba (Uniso) em parceria com a equipe do TV Cela.

O objetivo primeiro é proporcionar às detentas que atuam diretamente na produção do programa TV Cela um espaço de construção reflexiva das suas próprias ações, desenvolvendo capacidades e ampliando o olhar para outras possibilidades de socialização.

Ao produzir e apresentar o programa, as detentas/reeducandas são incentivadas (bem como incentivam seu público) à construção de diversos saberes, entre os quais a produção escrita, a pesquisa, a comunicação oral, a fotografia e as técnicas de produção de audiovisual. Como há um rodízio de funções, as detentas se envolvem no desenvolvimento de capacidades múltiplas, e é esperado que melhorem sua autoestima e alimentem a capacidade de esperança em transformações futuras.

Também é objetivo do projeto dar voz a quem não a tem, promovendo inclusão pela comunicação. Por meio das entrevistas e da veiculação do programa em TVs comunitárias, educativas, culturais, entre outras, as encarceradas estabelecem contato com o universo exterior ao cárcere, porque o público-alvo é composto pelos seguintes segmentos da sociedade que interagem com as detentas por meio da produção da TV Cela: (i) público em geral, telespectadores das TVs comunitárias (são 98 emissoras no Brasil, 48 emissoras só no Estado de São Paulo), das TVs educativas, culturais e da TV Supren<sup>18</sup> (disponível em 17 estados e 41 cidades, sendo 19 capitais por via satélite, pela web e em canais a cabo) e internautas de todo o mundo, por meio do portal com a Web TV, que disponibiliza os programas; (ii) formadores de opinião, profissionais liberais, artistas e comunidade em geral, pautados pelas reeducandas para as entrevistas realizadas pelo programa TV Cela; (iii) autoridades e juristas; (iv) professores, sociólogos, psicólogos, antropólogos, terapeutas, comunicólogos e estudantes universitários interessados nas questões tocadas pelo projeto.

No processo comunicativo prévio entre a equipe de produção e as detentas, uma reflexão constante ocorre sobre o contexto em que estão segregadas e o outro para o qual devem retornar, ou seja, o convívio social. Para Cunha (2010), a estigmatização sofrida na volta à sociedade se deve ao fato de já possuírem passagem pela prisão e se associa ao sexismo e seus estereótipos, contribuindo para que o domínio do poder masculino prevaleça sobre as relações e reafirmando o sentimento de inferioridade e submissão feminina. Conforme Goffman (1978, p.7), o estigma significa “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena”.

---

<sup>18</sup> A TV SUPREN é um canal de televisão que opera desde 2007 e mostra a força dos exemplos de pessoas, organizações e movimentos em prol da construção de um mundo melhor. Seu compromisso é disseminar na consciência coletiva a responsabilidade individual pelas mudanças que vão garantir, progressivamente, a construção de um mundo melhor para as gerações presentes e futuras. Disponível em: <http://www.uniaoplanetaria.org.br/o-que-fazemos/tv-supren/>. Acesso em: 24 jun. 2012.

O projeto TV Cela, trabalhado de forma coletiva e cooperativa, propõe-se a estimular e habilitar ações positivas no grupo, além de promover a criatividade, o respeito às diferenças, o comprometimento e a autonomia.

A proposta editorial é pautada em um programa interdisciplinar, com ênfase nas questões sociais recorrentes, como inquietações do universo feminino das mulheres privadas de sua liberdade. Elas formulam a pauta. Portanto, a proposta é baseada na liberdade de escolha das próprias detentas, desde que voltadas a questões de amplo interesse, ou seja, que sirvam a elas, mas também à comunidade receptora dos programas. Por isso, há temas sobre saúde da mulher, tais como doenças sexualmente transmissíveis, qualidade de vida, prevenção ao câncer, atividades físicas, direito civil com ênfase ao universo familiar, ao direito penal, às políticas públicas, prevenção e tratamento para dependentes químicos, a mulher no trabalho, dentre outros.

No projeto TV Cela, a comunicação é vista como interdisciplinar e inclusiva. Já foram abordadas pautas sobre religiosidade, artes e política. As abordagens variam conforme as necessidades e problemáticas das próprias encarceradas e, como se trata de um programa de entrevistas, a linha editorial varia de acordo com a escolha e a disponibilidade do entrevistado pautado pela produção. Esse caráter eclético e multidisciplinar permite às reeducandas o desenvolvimento de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento, nos mais variados universos de atuação profissional e social. Dentro da Cadeia Municipal Feminina de Votorantim, conforme a produção do programa, estão mulheres de escolaridades diversas, faixas etárias distintas e experiências de vida diferentes. Ao atuarem em processo colaborativo, esse microuniverso pautado pela diversidade permite o estabelecimento de uma linha editorial que resguarda o respeito ao ecletismo, à diversidade e à interdisciplinaridade.

O projeto é gerido e difundido por um grupo de profissionais de comunicação que prepara as reeducandas que produzem, apresentam e compõem a equipe técnica do programa em formato de rodízio, passando por todas as funções. A equipe de profissionais externos é responsável, além da capacitação técnica, pelo fornecimento de equipamentos e pelo contato das detentas com os entrevistados, divulgação externa e veiculação dos programas e relacionamento com as autoridades.

São apoiadores do projeto o Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região, a Delegacia Seccional de Sorocaba, a Associação Sociocultural de Audiovisual de Votorantim Francisco Beranger, a TV Comunitária de Votorantim, a Associação dos Canais Comunitários do Estado de São Paulo (ACESP) e Faculdades de Comunicação do Centro Universitário

Nossa Senhora do Patrocínio (CEUNSP), além de todos os profissionais que atuam na direção e na segurança da Unidade Carcerária, imprescindíveis para a realização da ação.

Os programas eram (estão interrompidos) gravados quinzenalmente, sendo que em uma semana era realizada a reunião de pauta, a produção e o contato com os entrevistados e na outra semana era realizada a gravação, edição, distribuição para as TVs parceiras, divulgação e veiculação. Eventualmente eram realizadas gravações para dois programas em um só dia ou de um programa a cada semana. Cabe ressaltar que as detentas sempre tiveram o acompanhamento de jornalistas profissionais, durante todo o processo.

Conforme a equipe de profissionais responsável pela TV Cela, o estúdio para a gravação é montado em uma cela mais central, o que possibilita que todas as demais encarceradas participem (mesmo estando separadas por grades). Dessa forma, a participação e o envolvimento do principal público-alvo são significativos, pois, além de proporcionar uma sensação de segurança aos voluntários (protegidos pelo sistema de segurança da Unidade), o espaço é o mesmo utilizado por todos os outros projetos desenvolvidos naquele local, inclusive nas atividades religiosas que acontecem semanalmente na Cadeia Pública Feminina de Votorantim. O cenário para a gravação é montado apenas para o período de gravação, sendo totalmente desmontado após a atividade.

Algumas atividades são adotadas para mobilizar a participação do público-alvo no projeto TV CELA, a saber: (i) orientação das reeducandas por meio de oficinas de comunicação oferecidas por profissionais da referida área; (ii) abordagem dos entrevistados pautados pelas reeducandas por equipe de produção externa, composta por jornalistas voluntários; (iii) distribuição de release para toda a imprensa regional/nacional, a cada programa realizado; (iv) veiculação do programa nas TVs que exibem o projeto e na Web TV; e (v) divulgação das ações do projeto em um blog e no Portal<sup>19</sup>.

As metodologias de mobilização costumam ser: (1) agendamento de mídia: as ações são amplamente divulgadas em mídias impressas, digitais, radiofônicas e televisivas; (2) palestras / entrevistas oferecidas pela equipe de profissionais voluntários em todo o país; (3) divulgação da iniciativa em simpósios, congressos, seminários em todo o país; (4) oficinas de capacitação técnica oferecidas pelos profissionais voluntários para as reeducandas; (5) mediação entre reeducandas e suas famílias, e entre as reeducandas, entrevistados e a comunidade.

---

<sup>19</sup> Disponível em: [www.culturavotorantim.com.br/default.asp?...](http://www.culturavotorantim.com.br/default.asp?...) Acesso em: 24 jun. 2012.

A produção era semanal<sup>20</sup> e havia interrupções em períodos festivos como Natal, Ano Novo, Carnaval, e também quando havia grandes transferências das reeducandas, sendo iniciadas, assim, novas oficinas, que duram de duas a três semanas.

Para ser realizado, o projeto contava com recursos próprios dos voluntários e a colaboração de parceiros. Os temas mais recorrentes são relacionados a questões de saúde, mundo jurídico, políticas públicas de cultura, além de entrevistas pessoais (quando se trata de artistas).

As equipes contam com os seguintes profissionais:

- Equipe externa: profissionais e estudantes de comunicação, voluntários preocupados com o papel da mídia nos processos de inclusão/exclusão social e técnicos multimídia que possibilitam o uso das novas e modernas tecnologias em todos os processos do projeto;
- Equipe interna: reeducadas, por meio de rodízio, que ocorre bimestralmente ou de acordo com a permanência na unidade penitenciária.

A proposta de linguagem e conceitos estéticos é a de um programa de entrevistas com 30 minutos de duração (dividido em blocos), contendo quadros que mostram o cotidiano da mulher encarcerada e se refletem em sua construção do discurso. O formato atende aos pressupostos da linguagem jornalística e do *talk show*, com os quadros no formato documental.

Como o contexto visualizado é o de uma penitenciária feminina, a produção se preocupa com a objetividade, a simplicidade e o dinamismo, procurando dialogar com o público de modo a fazê-lo refletir. A abordagem busca a naturalidade, tentando aproximar o universo da mulher encarcerada ao universo da mulher comum. Na entrevista prevalecem os planos médio, americano e de detalhe. Nos quadros, a câmera é um olho-sonda, levando o receptor como se ele estivesse no ambiente prisional, copartícipe da ação.

Para Charaudeau (2009), uma das finalidades do contrato de comunicação midiática é a de “fazer saber” (visada de informação), que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão. A instância midiática faz saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social, e o faz de duas formas: pela

---

<sup>20</sup> O programa foi suspenso em 2012 devido à ação do Ministério Público, em virtude da superlotação da cadeia.

“descrição-narração” e pela “explicação”. Em ambos os casos, coloca-se um problema de relação com a verdade.

“Dizer o exato” é uma das responsabilidades da instância midiática, que deve “autenticar” os fatos, descrevê-los de forma verossímil, sugerir suas causas e justificar as explicações dadas. “A autenticação nas mídias é a prova pelo ‘visto-dito-ouvido’, ou deve atestar ‘o que é’, mesmo quando se trata do inominável” (CHARAUDEAU, 2009, p. 89).

“Dizer o que aconteceu” significa que não há coincidência temporal entre o dito e o fato, e que o relato instaurado só pode ser o de uma “reconstituição”. Por esse motivo, o problema que se coloca é o da veracidade da reconstituição, ou seja, tentar fazer crer que o relato corresponde à reconstituição mais provável. Nas mídias, os meios utilizados são a imagem, os testemunhos e a tecnologia, que permitem reconstituir os fatos, possibilitando a expressão “foi assim que aconteceu” e, dessa forma, revelando até intenções ocultas de outras informações, convocando a credibilidade para si.

Na análise deste trabalho, os seguintes recursos sugeridos por Charaudeau (2009) foram utilizados:

- “Dizer a intenção” é dizer o que foi pensado, em uma relação de transparência. Nas mídias, os procedimentos que permitem provocar revelações são as entrevistas, os bate-papos e os debates, acompanhados de investigações e pesquisas.
- “Fornecer a prova” implica em demonstrar a inteligibilidade dos fatos, permitindo o acesso do público-alvo à verdade, fundamentando a validade das explicações. Nas mídias, os procedimentos dependem da ‘demonstração’, cujos meios são diversos: uns são obtidos pela análise (apelando para provas técnicas ou científicas), outros por meio de uma investigação, e outros ainda por meio unicamente do poder demonstrativo da imagem, em sua função de visualização do que não se viu quando aconteceu.

Sintetizando esse jogo da verdade das mídias, que correspondem aos imaginários sociais que as questionam, pode-se afirmar que: ‘dizer o exato’ significa dar a impressão de controlar o mundo no momento em que surge o fato, pois a verdade é capturada; “dizer o que aconteceu” é construir a memória das pessoas e permitir a elas se apropriarem do passado, que sempre foge; “revelar a intenção oculta” equivale a triunfar sobre forças do poder que se apóiam no segredo e na mentira, como nas entrevistas e nos debates políticos; ou então a triunfar sobre enigmas constituídos pelo conhecimento do homem, como pode ser observado em alguns *talk shows*; “fornecer as provas das explicações” significa manifestar o triunfo da

razão, o poder da inteligência humana e a dominação do pensamento sobre a matéria, sem a qual a descrição dos fatos não teria qualquer utilidade (CHARAUDEAU, 2009).

Nos programas da TV Cela a participação se faz por carta, e-mail e pelo blog na internet. Como há o portal e a postagem dos programas via web, esta mídia é fundamental para maior interatividade. É por meio do portal e do blog que a equipe é convidada a debates, simpósios e palestras, bem como são postadas mensagens endereçadas à produção e à apresentadora do programa, as quais são encaminhadas e respondidas por intermédio da equipe de jornalistas voluntários com a supervisão da Delegacia Seccional de Sorocaba.

Conforme Charaudeau (2009), a informação midiática sempre é minada por contradições: (a) precisa do maior número de cidadãos em busca de suas informações; (b) nem todos se encontram nas mesmas condições de acesso; (c) é necessário que a informação seja digna de fé, mas suas fontes são diversas e podem gerar uma tomada de posição parcial; (d) além disso, a maneira de relatá-la pode satisfazer a um princípio de dramatização que nem a todos agrada; (e) é necessário que os cidadãos possam se expressar, dar sua opinião, mas a mídia só se interessa que essa opinião se torne pública quando essa palavra anônima se integre em uma encenação que dramatize.

Conforme explicitado pela equipe da produção da TV Cela, o material produzido pretende ser relevante aos públicos aos quais se destina, sobretudo por permitir uma ampla reflexão acerca do universo carcerário feminino. Pretende ser importante, sobretudo, às próprias reeducandas, principal público do projeto, primeiramente por instigá-las à produção dos conteúdos veiculados, dando-lhes voz e permitindo que possam, além de desenvolver habilidades múltiplas, por meio da capacitação técnica e da responsabilidade de desenvolver os programas coletivamente, reconduzir sua capacidade de sonho e esperança para ações sociais positivas. O material se propõe relevante, ainda, na medida em que, ao pautarem os entrevistados, as encarceradas respondam dúvidas de muitas que se encontram em situação semelhante, além de responder de modo geral a questionamentos referentes ao universo feminino.

O objetivo maior do projeto TV Cela é dar voz a quem se encontra em processo de exclusão, permitindo o encontro, o acolhimento, a esperança por meio do trabalho, o ouvir e ser ouvido. Por meio do TV Cela, a comunicação deixa de ser privilégio de classes ou de grupos que adquirem uma concessão, e o ato de comunicar, direito e essência do ser humano, é exercido em sua plenitude, no entendimento de que a comunicação só é possível se levar à transformação.

### ***3.4.1 A recepção do TV Ceta por presidiárias do PIEP***

Nosso trabalho junto às detentas do PIEP foi o de observar como detentas de um presídio feminino em Belo Horizonte avaliaram um programa produzido e apresentado por presidiários do interior do Estado de São Paulo (Votorantim). Nessa pesquisa de recepção, pudemos acompanhar, simultaneamente à assistência dos programas, como as presas reagem a eles. Posteriormente, tais impressões puderam ser explicitadas com mais efetividade em grupos de discussão que, com a devida autorização das presidiárias, foram gravados e depois transcritos para análise (ver Metodologia).

Os Estudos de Recepção buscam entender o receptor no processo comunicativo como ativo, sujeito que faz apropriações, usos e reelaborações de conteúdos. Segundo Gomes (2002): “Definem-se como aqueles estudos que procuram dar conta da relação entre os meios e os receptores a partir da negação de que essa relação seja de mero efeito de uns sobre os outros”.

Os estudos de recepção surgiram dos Estudos Culturais que, segundo Gomes (1996), constituem uma corrente muito concreta em que o campo da comunicação e da cultura nascem como um produto das novas sociologias. Em outro texto, Gomes (2004a) reafirma que

[...] para os Estudos Culturais, entender a cultura, o modo como ela se organiza nas sociedades contemporâneas, implica entender como se dão os processos comunicativos. A cultura, aqui, deixa de ser um sistema simbólico ordenado, com valores morais e instituições constituídas, e passa a ser compreendida como ocorrência dinâmica em processos comunicativos e sistemas de significação. Os objetos que circulam entre os sujeitos humanos são entidades construídas no âmbito da prática cultural e só neste âmbito adquirem valor. (GOMES, 2004, p. 103).

Os estudos de recepção surgem nesse limiar. Como afirma Gomes (2002), os investigadores dos Estudos Culturais procuram entender a recepção como sinónimo do processo comunicativo, na medida em que é o próprio processo de recepção que instaura a troca comunicativa.

A audiência passa a ser entendida não como um lugar de passividade, mas composta por sujeitos sociais, que possuem repertório cultural e identidade que vai interferir no modo como aquele sujeito vai decodificar as mensagens midiáticas. A recepção ganha ares de interlocução criativa e crítica. “O polo da reflexão é progressivamente deslocado dos próprios meios para os grupos sociais que estão integrados em práticas sociais e culturais mais amplas” (LOPES, 2000, p. 224).

A recepção é, dessa maneira, um momento privilegiado de produção e de construção social do sentido. É vista como um processo complexo, no qual o sentido se constrói na inter-relação entre produtos midiáticos e os receptores socioculturalmente situados.

Gomes (2004a, p.175) ressalta que os estudos de recepção procuram os diferentes sentidos que a audiência constrói a partir das mensagens disponibilizadas pelos *media*. “A própria diversidade de sentidos construídos é muitas vezes considerada, em si mesma, testemunho da atividade dos receptores”.

Lopes (1996, p.43) afirma que a investigação da recepção “exige pensar tanto o espaço da produção como o tempo do consumo, ambos articulados pela cotidianidade (usos/consumo/práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos (gêneros) da comunicação de massa”. Assim, a recepção não pode ser pensada de forma isolada. Os estudos de recepção baseiam-se nos pressupostos de que a audiência é sempre ativa e de que o conteúdo dos meios é polissêmico. O processo comunicacional e sua complexidade permeiam todo o estudo da recepção, o significado de uma mensagem transmitida via mídia muda de acordo com o código com que o receptor a interpreta. Além disso, as mensagens codificadas de um modo sempre podem ser lidas de uma maneira diferente.

Barbero (1995) considera que os países da América Latina são pioneiros no tema da recepção na comunicação, e a reposiciona nos estudos de comunicação afirmando que a recepção não é mais uma etapa do processo comunicativo, é um novo lugar onde os estudos de comunicação devem ser pensados.

Leal (1995) assinala que a recepção é um lugar privilegiado de negociação e de estruturação do próprio significado, e aponta para a questão da circulação de representações a respeito de uma determinada identidade. Leal afirma que há uma tradição de recepção com base no *group discussion*, “ter como universo da pesquisa um grupo que é montado para ouvir, assistir e discutir determinada mensagem.” (LEAL, 1995, p.116, 117). Trata-se, segundo a autora, de uma abordagem qualitativa da pesquisa de opinião pública que, ao definir o parâmetro do grupo, revela sua segmentação.

O próximo capítulo apresenta as escolhas metodológicas deste trabalho, bem como as informações levantadas a partir dos grupos de discussão, nos quais pôde ser observado, no estudo empírico de análise de recepção, como as presas receberam o programa produzido por também detentas e as situações de aproximação e afastamento em termos das identificações e representações acerca da sua situação de encarceradas.

#### 4. MÉTODO INVESTIGATIVO DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Foi observado se as detentas mineiras se reconheceram nos conteúdos veiculados nos programas TV CELA produzidos em Votorantim, São Paulo. Também foi realizada pesquisa bibliográfica e pesquisa de recepção, detalhadas abaixo. Os dados da recepção do programa foram coletados durante os contatos com o *locus* da pesquisa e após a exibição dos programas, em conversas com o grupo de audiência.

##### 4.1 O local de investigação

O estudo foi realizado no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, antiga Penitenciária Industrial Estevão Pinto, localizado no bairro Horto, na Região Leste de Belo Horizonte. Chamada de PIEP pela grande maioria de internas e funcionários, abriga cerca de 320 detentas, conforme informações da direção. Foi criado pela Lei nº 260, de 05 de setembro de 1948 e é administrado pela Subsecretaria de Administração Prisional (SUAPI) da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS), do Estado de Minas Gerais. Destina-se ao recolhimento de mulheres condenadas a penas privativas de liberdade em regimes fechado, semiaberto e aberto, simultaneamente. A maioria das detentas está presa pelo crime de tráfico de drogas, acompanhando a estatística nacional. A presa que está há mais tempo na PIEP já cumpriu 25 anos<sup>21</sup>. O uso do uniforme é obrigatório, a peça tem a cor vermelha e a sigla SUAPI (Subsecretaria de Administração Prisional) impressa.

Construído em 1948 e inaugurado em 1955, o Complexo Penitenciário Estevão Pinto já passou por várias reformas (FIG.1). Atualmente, seu espaço físico é formado de muros altos pintados externamente em cor rosa, portões de ferro, guaritas, muitas grades e bastante vigilância. Internamente, há um pavilhão principal e seus anexos. O pavilhão principal tem dois andares com alojamentos, um pátio central descoberto, onde se encontra uma quadra poliesportiva. O setor administrativo está no pavilhão principal, bem à frente dos alojamentos coletivos, permitindo uma visão ampla de todos eles e das presas, além de ser possível ver os anexos e toda a movimentação do local, concretizando a noção do panóptico<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Conforme apurado *in loco* e escrito no diário de campo.

<sup>22</sup> Dispositivo disciplinar que, no sistema penitenciário, permite que um observador possa ver todos os locais onde haja presos (prisão circular), conceito criado por Jeremy Bentham e retomado por FOUCAULT na obra “Vigiar e Punir”, de 2007.

**Figura 1 – Penitenciária Industrial Estevão Pinto. Vista do pátio interno do prédio original.**



Fonte: VAZ, 2005, p. 138

No pavimento situado abaixo do prédio da diretoria ficam o refeitório e a lavanderia. Há ainda um pavilhão de celas de segurança máxima, um pavilhão dedicado à saúde, um albergue para as presas em regime semiaberto, escola, sala de informática, salas para oficinas de trabalho, almoxarifado, auditório, cozinha, módulo de visita e suítes. O presídio possui também uma pequena horta, jardins, algumas árvores e o posto militar, cujo acesso, assim como o das guaritas, dá-se extramuros.

O pavilhão dedicado à saúde situa-se à direita da administração e conta com atendimento ginecológico, psicológico, psiquiátrico, dentário, social e farmacêutico. Possui enfermaria, atendida por uma profissional da Enfermagem. Além disso, há atendimento com profissionais de acupuntura e floral. Existem dois tipos de celas, as individuais e os alojamentos coletivos (FIG.2). As celas individuais são usadas no período de triagem, que corresponde ao período de 30 dias contados da entrada na PIEP. É um momento de isolamento, no qual a presa tem assistência médica e psicológica, não recebe visitas e os banhos de sol são liberados apenas a partir do 11º dia de prisão. Goffman (1999) frisa que para iniciar a vida em uma instituição total, o sujeito submete-se a um ritual de admissão, que é a primeira tentativa de fazer o apenado romper ou enfraquecer os laços com o mundo externo e anular seus traços individuais. Embora esse período tenha como finalidade analisar o comportamento da detenta e ver qual o melhor lugar de residência para ela, configura-se como o primeiro ritual de “desprogramação do indivíduo” que acontece intramuro prisional.

**Figura 2 – Cella coletiva da PIEP**

Fonte: VAZ, 2005, p. 146

As celas individuais também compõem o pavilhão da segurança máxima. São em número de 20, com cama e banheiro, destinadas às mulheres que foram condenadas à pena privativa de liberdade em regime fechado. Recebem, assim, as presas de maior periculosidade e as que estão cumprindo algum tipo de castigo<sup>23</sup>. Conforme Lemgruber (1999), as celas de castigo configuram

[...] a ideia da prisão dentro da própria prisão e um castigo adicional que, invariavelmente, marca a presa e sua revolta pelo fato de encontrar-se privada da liberdade. Além de estar isolada dentro da instituição, deverá passar por inúmeras privações além daquelas normalmente impostas. (LEMGRUBER, 1999, p. 34).

Há também as presas que, apesar de não terem sido condenadas ao regime mais severo da pena, possuem o benefício da individualidade consentido pela administração e ficam em celas privadas.

A maioria das detentas ocupa alojamentos coletivos. É um cômodo contíguo, com beliches em alvenaria, instalações sanitárias, chuveiro e televisão. A proximidade entre as encarceradas é contida com regras da administração que proíbe, por exemplo, uma presa se sentar na cama de outra. Há também as suítes, que se destinam às visitas íntimas. São oito suítes, mas apenas três detentas em 2012 estavam autorizadas a receber seus parceiros.

---

<sup>23</sup> Geralmente por mau comportamento.

“As filas na penitenciária masculina começam quarta-feira para esperar o dia da visita íntima, que é sábado”, conta Natália Imaculada Nascimento Rodrigues<sup>24</sup>, diretora geral da Estevão Pinto. “É difícil falar por que acontece na masculina e não na feminina. O que faz uma pessoa se afastar da outra? Podem ser ‘n’ questões e uma delas é o aprisionamento”.

O cárcere, o abandono e o aprisionamento favorecem o envolvimento afetivo e sexual entre as próprias detentas. Delma de Oliveira, pedagoga do PIEP, afirma que grande parte desses relacionamentos homossexuais é situacional, em função da circunstância em que as mulheres se encontram. Para Assis e Constantino (2001), “o homossexualismo de internato” é uma construção institucional frequente em espaços de reclusão, sendo utilizado como estratégia de enfrentamento do cárcere no sentido da preservação dos afetos. As presas que iniciam um relacionamento dentro do mesmo alojamento na PIEP são separadas. Aurora Caetano, assistente social, defende que a intimidade deve se dar apenas fora do cárcere. Luciana de Oliveira, diretora de segurança da penitenciária, comenta sobre os relacionamentos entre presas<sup>25</sup>: “Isso atrapalha. Tem muito ciúme. Às vezes, é namorada de uma e fica com outra, com uma terceira. Isso gera briga no alojamento”.

O sistema disciplinar para monitorar e coibir os relacionamentos é explicitado na fala da diretora Natália<sup>26</sup>: “Mulher é muito mais sensível que homem. Quando entram aqui são abandonadas por eles, mas dificilmente você vê uma delas abandonando o filho, filha ou marido. Aqui estão abandonadas e numa situação em que todas são iguais. É humanamente impossível evitar esse tipo de relação”, define, antes de indicar a razão da proibição: “Não é uma questão de não ter direito à afetividade e à sexualidade. São regras de disciplina”.

Há diversas presas que trabalham na PIEP, com o intuito de reduzir a pena em um dia para cada três dias trabalhados. Há presas trabalhando em todas as dependências da PIEP, na limpeza, arquivo, almoxarifado, jardim. Há também as presas que estudam, tanto na escola da unidade prisional, que participa do EJA (Educação de Jovens e Adultos), quanto em faculdades particulares, fora do ambiente prisional, como o Instituto Izabela Hendrix, onde três presas fazem curso de Direito.

Os agentes penitenciários femininos atuam no âmbito da prisão, em contato direto com as presas. Os agentes penitenciários masculinos ficam na portaria, com contato mais reservado. O tratamento entre as presas e as agentes penitenciárias é formal e de respeito,

---

<sup>24</sup> Em entrevista ao Jornal Estado de Minas. Disponível em: [http://www.new.divirtase.uai.com.br/html/sessao\\_13/2009/07/30/ficha\\_ragga\\_noticia/id\\_sessao=13&id\\_noticia=13831/ficha\\_ragga\\_noticia.shtml](http://www.new.divirtase.uai.com.br/html/sessao_13/2009/07/30/ficha_ragga_noticia/id_sessao=13&id_noticia=13831/ficha_ragga_noticia.shtml). Acesso em 10/11/2012.

<sup>25</sup> Em entrevista ao blog “Agente de segurança socioeducativo”. Disponível em: <http://agentesocioeducativo.blogspot.com.br/2011/07/confira-realidade-dentro-de.html>. Acesso em 23\_out. 2012.

<sup>26</sup> Na mesma entrevista.

sendo que as presas tratam as agentes penitenciárias pelo pronome Senhora, seguido do nome ou, em situações de descontração, de Dona, seguido do nome. Goffman (1999, p. 19) afirma que “cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis”. O que pode ser observado é que embora não haja hostilidade absoluta entre os grupos, a postura das presas expressa intensa disciplina prisional. As agentes penitenciárias chamam todas as internas pelo nome, o que demonstra grande proximidade.

Um princípio de rebelião, ocorrido em abril de 2012, na PIEP, fez com que a instituição revisse alguns procedimentos que alteraram substancialmente a vida das detentas<sup>27</sup>. O motim aconteceu quando uma presa rendeu uma agente penitenciária durante um banho de sol na unidade e cerca de 150 detentas aderiram à rebelião. O Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar foram chamados e a rebelião contida, mas, desde então, as normas de segurança estão mais severas, como remanejamento de alojamentos e o uso mais sistemático de algemas.

## 4.2 O método de abordagem

O método de abordagem foi qualitativo, definido como o que visa “esclarecer quais fatores contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno” (VERGARA, 2007, p.47). A pesquisa qualitativa contribui para desvelar as inter-relações entre os atores e o contexto (no caso detentas de uma penitenciária feminina) e o mundo exterior contemporâneo. Esse método tem como principal característica partir do pressuposto de que “as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e que seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSNAJDER, 2004, p.131).

Em suas etapas de desenvolvimento, o presente trabalho valeu-se de pesquisa bibliográfica, com uma revisão crítica dos aportes conceituais e nocionais que sustentaram nossa discussão. Recorremos a diversos textos, com o intuito de abordar o questionamento e os objetivos estabelecidos, levando em conta que o texto teórico contribui para a segurança acadêmica do pesquisador e “confere um respaldo maior a suas conclusões. O autor [...] empresta um pouco do poder já adquirido a seus pares, que vão acrescentar pontos no tecido que forma aquela comunidade interpretativa” (WIELEWICKI, 2001, p.29).

---

<sup>27</sup> Notícia completa disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/13/interna\\_gerais,288728/principio-de-rebeliao-em-presidio-feminino-mobiliza-a-pm-e-os-bombeiros-em-bh.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/04/13/interna_gerais,288728/principio-de-rebeliao-em-presidio-feminino-mobiliza-a-pm-e-os-bombeiros-em-bh.shtml). Acesso em 10 nov.2012.

Visto dessa perspectiva, o objetivo da pesquisa foi descobrir e representar fielmente a verdadeira natureza do fenômeno social. Para isso, partimos do pressuposto de que a audiência não é passiva diante do que apresentam os meios de comunicação e, dessa forma, este trabalho realizou uma análise de recepção do programa TV Cela.

### 4.3 A coleta de dados

Para Travancas (2005), há muitas maneiras de se fazer pesquisa no âmbito das ciências sociais e humanas. Esta pesquisa utilizou-se como método qualitativo para coleta de dados a realização de grupos de discussão (ou grupo focais) com suporte de roteiro semiestruturado.

Foram feitas sessões grupais de discussão centralizando o TV Cela. Moscovici (2000, p. 88) observa que “as palavras são importantes, pois respondem por tudo o que acontece em cada esfera possível de realidade”. Dessa maneira, o intuito de conversar com as presas foi ouvir e apreender o que tinham para falar do programa. As conversas no grupo de discussão não foram totalmente estruturadas, contaram com roteiro composto por perguntas abertas e sem estruturação rígida para permitir que as presas discorressem com maior liberdade sobre o programa. “Para aproveitar as oportunidades que o campo oferece, a escuta dos grupos foi combinada com certa flexibilidade do pesquisador” (ALAMI, 2012, p.89).

O roteiro apresentou perguntas relativas à visão das entrevistadas sobre o que acharam, como viram a iniciativa do projeto TV Cela, o que gostaram, o que não gostaram, os porquês, o que chamou mais sua atenção. Ao final, foi perguntado se fosse para fazer algo semelhante dentro do PIEP, o que cada uma achava que um programa desse tipo representaria e quem elas gostariam de entrevistar. As discussões foram gravadas, transcritas e analisadas de modo a eleger categorias analíticas *a posteriori*.

Foram selecionados quatro programas do projeto TV Cela para exibição junto a cinco grupos, inicialmente cada um com cinco detentas participantes. Foram escolhidos dois programas da área de entretenimento com artistas e dois programas com profissionais da área jurídica. Os artistas foram escolhidos por serem pessoas conhecidas, com destaque na mídia nacional e pelo reconhecimento da importância do entretenimento na vida das pessoas. Uma vez que as presas estão nessa condição, por estarem cumprindo uma pena de acordo com a lei de execução penal, foram selecionados dois programas com pessoas dessa área.

Dessa forma, foram apresentados os programas com os entrevistados: Sabrina Parlatore, apresentadora e modelo; Supla, cantor, apresentador e compositor; José Augusto

Pupim, delegado de polícia; Rodrigo Krieger, presidente da OAB da cidade de Votorantim, São Paulo.

Foram realizados cinco grupos focais, que foram antecedidos por um pré-teste para elaboração final do caminho metodológico. Os grupos foram constituídos de presas selecionadas aleatoriamente nas celas ou no pátio pela agente penitenciária. Alami (2012) afirma que uma pesquisa qualitativa exige do pesquisador uma adaptação ao campo. Como a pesquisa foi realizada na penitenciária e a condicionante do perfil era o estado de aprisionada, a escolha das mulheres respondentes dos grupos focais foi definida pela equipe de segurança da PIEP.

Os grupos focais tiveram duração média de uma hora, excetuando-se o pré-teste, que teve duração de aproximadamente 1h30. Em cada grupo focal, inicialmente, previa-se a participação de cinco presas. Entretanto, algumas pediram para participar depois de o grupo estar completo e foram aceitas.

Ainda na fase do pré-teste, duas presas que estavam no pátio pediram para assistir aos programas e participar do grupo, dessa forma, sete detentas participaram do pré-teste. Não se verificou prejuízo para discussão com esse número, mas verificou-se que um número muito maior do que esse poderia prejudicar o grupo focal, uma vez que todas as detentas falam ao mesmo tempo. Além do número de pessoas, o pré-teste indicou o que deveria ser olhado no formato do programa, assim como o tempo de exibição e a necessidade de tempo delimitado para o debate.

Segundo Windelfet (2005), é no pré-teste que o pesquisador consegue detectar as incoerências e ajustá-las. É uma fase fundamental, em que a população-alvo entra em contato com as questões e possibilita ao pesquisador verificar se o entendimento, a compreensão e a interpretação dos sujeitos da pesquisa estão de acordo. Possibilita, se for o caso, correções para aumentar a validade da própria pesquisa. O pré-teste também sugeriu algumas mudanças no roteiro, que tinha perguntas fechadas que foram retiradas.

No pré-teste exibimos dois programas inteiros, de cerca de 30 minutos cada um. O pré-teste indicou que um programa de 30 minutos é muito cansativo para as detentas e houve perda para a discussão. Dessa maneira, optamos por passar dois blocos de cada programa, com 15 minutos cada um, para não haver prejuízo para o debate.

A dinâmica dos grupos obedeceu à seguinte ordem:

- i. Apresentação da pesquisadora e o propósito da pesquisa;

- ii. Explicação do que era o programa TV Cela, seguido de vídeo para que pudessem visualizar onde e como o programa era gravado. Esse vídeo é um recorte de programa Vitrine, da TV Cultura, sobre o TV Cela. Ele mostra a cadeia, a produção, o espaço, a participação das detentas e encerramento com uma presa, Kelly Kilo, cantando. Dura um minuto e quinze segundos;
- iii. Apresentação de um programa com entrevistado da área jurídica;
- iv. Discussão mediada pela pesquisadora;
- v. Apresentação de um programa com entrevistado da área de entretenimento;
- vi. Discussão mediada pela pesquisadora.

Simultaneamente, o estudo também se utilizou da observação participante como estratégia metodológica. A observação participante é definida por Schwartz e Sagiv citados por MINAYO, 2004 como um processo pelo qual se mantém a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. Travancas (2005) salienta a importância da inserção do pesquisador no ambiente pesquisado: o observador está em uma relação face a face com os sujeitos observados e, ao participar da vida deles em seu cenário cultural, colhe os dados. Richardson (1999) acredita que com o auxílio da observação participante um pesquisador analisa a realidade social que o rodeia, tentando captar os conflitos e tensões existentes e identificar grupos sociais. Para se apreender a esfera comportamental cotidiana das detentas, a observação foi feita no Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (PIEP).

Um diário de campo também foi elaborado durante o processo de coleta de dados no PIEP, o que auxiliou no roteiro dos grupos focais. Como foram feitas visitas à PIEP, todas as conversas e observações foram anotadas, a fim de compreender o contexto das presas mineiras e conseguir uma comunicação eficaz com elas. Também foram anotadas percepções dos grupos. Roesse et al. (2006) definem o diário de campo como uma espécie de diário de bordo, no qual o pesquisador registra diariamente suas experiências em campo. Travancas (2005) observa que esse diário (ou caderno de campo) tem papel fundamental, uma vez que se constitui num compêndio de anotações com registro descritivo de acontecimentos, diálogos e sensações, relatos das experiências vividas e tudo o mais que for experienciado, no caso, no complexo penitenciário. Além disso, ele pode funcionar como um roteiro de entrevistas. As falas gravadas também foram registradas no diário de campo, pois como muitas presas falavam simultâneo à exibição do programa, a gravação não ficava nítida, mas todos os registros estão no diário da pesquisadora, tanto de falas, quanto de reações.

O trabalho de campo ocorreu entre os meses de setembro e novembro de 2012. O projeto foi apresentado para a diretora da PIEP, que o encaminhou à Secretaria de Desenvolvimento de Defesa Social (SEDS), que acompanha os indivíduos em cumprimento de pena privativa de liberdade. O superintendente de Atendimento ao Preso nos deu a liberação para o estudo em agosto e total apoio à pesquisa.

O superintendente assistiu aos programas TV Cela e afirmou que não conhecia o projeto, mas que acreditava ser um excelente meio para dar voz às presas. Informou que implantará um programa similar no Estado de Minas Gerais e demonstrou interesse na pesquisa. Designou um servidor da Diretoria de Ensino e Profissionalização (DEP) que acompanhou o pré-teste para a elaboração final da metodologia e a primeira exibição e discussão.

A pesquisa foi realizada em quase sua totalidade na sala de informática, que fica no meio dos alojamentos coletivos e em frente ao pátio. É uma sala central, e, para seu acesso, é preciso atravessar todo o presídio. Apenas uma das exibições não foi feita lá, porque havia indícios do início de uma rebelião e as presas estavam sendo trocadas de alojamento. Então, por questão de segurança, a pesquisa foi realizada no alojamento das presas que cumprem pena no regime semiaberto.

#### **4.4 O tratamento dos dados**

As perspectivas das representações sociais analisadas tiveram como referência Jodelet (2005);

- Ênfase à atividade estritamente cognitiva por meio da qual uma representação é construída pelo sujeito. A transformação dessa representação em social se dá a partir de duas dimensões: a de contexto e a de pertencimento;
- Identificação dos aspectos mais significativos da atividade representativa, em que o sujeito é considerado como um produtor de sentido, exprimindo na representação o significado que empresta à sua experiência no mundo social;
- Representação como uma forma de discurso, decorrendo suas características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados;

- Levar em consideração de forma privilegiada a prática social do sujeito, pressupondo que as representações reflitam as normas institucionais dadas pela posição ou pelas ideologias ligadas ao lugar ocupado pelo sujeito;
- Consideração do jogo das relações intergrupais como sendo determinante da dinâmica das representações. O desenvolvimento das interações intergrupais é visto como fortemente influente nas representações que os membros têm de seu grupo e de outros grupos; e
- Aspecto sociologizante, fazendo do sujeito um portador de determinações sociais. A base da atividade representativa situa-se, nessa perspectiva, sobre a reprodução de pensamentos socialmente estabelecidos.

O procedimento foi composto por quatro fases, conforme aplicado por Frinhani e Souza (2005):

- Fase 1 – transcrição integral das declarações sobre os programas, seguida de leitura e para identificar unidades de significado;
- Fase 2 – utilizando as unidades de significado, procedeu-se à fragmentação das declarações e à transcrição literal das falas;
- Fase 3 – transformação do conteúdo das unidades numa linguagem-padrão, respeitando-se os significados e mantendo a transcrição de algumas falas tidas como relevantes; e
- Fase 4 – as unidades de significado foram transformadas em uma estrutura narrativa, fazendo-se um relato-síntese.

Os discursos das detentas paulistas foram analisados por meio dos temas apresentados nos programas disponibilizados. Eles revelaram o interesse das presas paulistas e, com base no que as detentas mineiras declararam, pôde-se verificar se os discursos estavam consoantes e definir as categorias para análise das falas das presas mineiras.

Na interação midiática torna-se necessário definir também como devem ser os comportamentos dos parceiros, suas maneiras de falar, os papéis que devem assumir, as formas verbais que devem empregar, tudo em função das instruções contidas nas restrições da situação.

No ato de comunicação, não há possibilidade de predeterminação. Geralmente, o sujeito falante estará sempre limitado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca, considerado por Charaudeau (2009, p.71) como a “condição de socialidade do ato de linguagem e da construção de sentido”. Entretanto, apenas em parte isso acontece, porque o sujeito falante dispõe de uma margem que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, conforme suas próprias habilidades e modos de expressão.

Sintetizando, contrato de comunicação e projeto de fala se completam porque trazem (1) um quadro de restrições situacionais e discursivas e (2) se desdobram num espaço de estratégias, “o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada” (CHARAUDEAU, 2009, p.71).

Tomamos Charadeau como ponto de reflexão. Este trabalho não se propõe a fazer análise de discurso como na linguística tradicional, é a análise do discurso em uma perspectiva macro, observando os temas do discurso, o espaço de locução, a discursividade e a semântica. Não é uma abordagem tradicional, como a abordagem do campo das Letras, por exemplo. Charadeau dá um tom norteador, mas esse trabalho vale-se da análise de conteúdo. Para Bardin (2006, p.38), a análise de conteúdo é mais que um método, é um conjunto de técnicas de análise das comunicações verbais e não verbais, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e que “permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

A análise de conteúdo refere-se a um soma de técnicas de análise de comunicações, que objetiva transpor as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Chizzotti (2006, p.98) afirma que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Dessa maneira, como a análise de conteúdo constitui uma técnica que trabalha os dados coletados, objetivando a identificação do que está sendo dito a respeito de determinado tema, Bardin (2006) organiza a análise do conteúdo em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Assim, os conteúdos dos grupos focais foram transcritos, lidos e organizados para essa análise. As falas das mulheres foram elencadas em categorias para orientar a interpretação, e foi feita observação dos ditos e não ditos, porém expressos, das detentas. Todo o material coletado foi transcrito de maneira isenta para a apresentação descritiva do que foi obtido.

Dessa maneira, o conteúdo das falas foi organizado e possibilitou a identificação dos seguintes temas: (1) o espaço físico; (2) o lado feminino das detentas; (3) a identificação e representação; (4) a importância do TV Cela; e (5) TV Cela mineiro: propostas.

## 5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DE DADOS

### 5.1 Os programas do TV Cela

O objetivo geral do projeto foi observar a recepção do programa TV Cela e ver como as detentas da Penitenciária Estevão Pinto, em Belo Horizonte, gostariam de se ver representadas na mídia. Para isso, foram apresentadas quatro edições do programa, que traziam entrevistas, sendo duas com profissionais da área jurídica e duas com profissionais da área de entretenimento.

Os programas da área jurídica tiveram como entrevistados o delegado de polícia José Augusto Pupim e o presidente da OAB, ambos da cidade de Votorantim, Rodrigo Krieger. Os dois programas começam da mesma maneira, com um *trailer* que apresenta a rotina do cárcere e bastidores da gravação do TV Cela. O trailer dura aproximadamente três minutos (2'50") e é coberto pela trilha sonora da música "Metrô Linha 743", composta por Raul Seixas e interpretada pela cantora Cássia Eller.

O trailer inicia com Iara Mello, presa e apresentadora do programa, entrando nos alojamentos da cadeia. A câmera mostra o corredor cheio de roupas, mulheres estendendo-as e algumas presas sentadas no chão. Iara adentra a primeira cela e há mulheres que estão sentadas na cama e se alimentando. Na primeira cama focalizada estão sentadas três presidiárias e na segunda cama estão outras duas. As celas têm muitos panos e cortinas, sacolas penduradas na parede, sendo possível ver fios de eletricidade soltos.

O trailer mostra também a visão por trás das câmeras - da própria câmera, equipamento - filmando os entrevistados. Mostra, em ordem cronológica: presas fazendo contagem de tempo do programa; a presa Edicleusa fazendo a filmagem, com fone no ouvido e conferindo o áudio; duas câmeras no tripé; um jogo de vôlei no pátio; uma presa deitada em colchão no pátio, entre as roupas estendidas, e lendo um livro. Mostra ainda a apresentadora Iara sendo preparada para gravar o programa e depois pronta; uma detenta amamentando um bebê de colo; Edicleusa passando uma prancha alisadora no cabelo da apresentadora Iara; imagem da gravação no *flip* da câmera; Edicleusa filmando o cotidiano. A câmera foca e enfatiza a grade da cela. Mostra um jornal com uma matéria produzida sobre o TV Cela, a jornalista Luciana Lopes de um lado e as presas do outro lado da cela; Iara com microfone na mão; banner do programa com os apoiadores e finalização com duas presas (uma delas é a Kelly Kilo, de quem falaremos posteriormente) dançando no pátio.

O programa que entrevista o delegado de polícia José Augusto Pupim, identificado pelo programa como uma das autoridades que vem trabalhando para achar uma solução para a superlotação da cadeia feminina pública de Votorantim, é apresentado pela reeducanda Iara Fernanda Mello. As perguntas giram em torno da atual situação da cadeia e o entrevistado discorre sobre o que tem feito para melhorar essa situação. Dentre as perguntas estão: (i) qual o motivo da superlotação da cadeia de Votorantim, (ii) como está o processo de interdição da cadeia, (iii) se o delegado acredita na recuperação das encarceradas, (iv) se o trabalho para as pessoas que cumprem pena é muito difícil, (v) se não há maior quantidade de advogados do Estado para dar assistência jurídica para as pessoas que estão presas, (vi) se há como diferenciar ou dar tratamento para dependentes químicos que estão presos. O trecho apresentado – dois blocos – finaliza com a Iara pedindo um resumo da vida profissional do delegado.

O programa que entrevistou, em 2010, o Dr. Rodrigo Krieger, presidente da OAB de Votorantim, teve como entrevistadora a reeducanda Arilma Santos. As perguntas realizadas foram: (i) o que é a OAB, (ii) como a OAB funciona, (iii) se existe diferença entre advogado do Estado e advogado particular. Arilma diz: “a gente vê que os processos dos advogados do Estado demoram mais do que os dos advogados particulares” e espera uma resposta do entrevistado.

Prosseguindo com as perguntas, Arilma indaga se a OAB atua na área de direitos humanos, quais são as ações da OAB na cidade de Votorantim nesta área e indaga:

Nessa cadeia feminina existe uma tabela de cumprimentos de lei pra gente consultar, só que a gente estimula o tempo aqui de 1/5, de 1/6, só que geralmente não é cumprida a lei. Tem como a gente tá intervindo e perguntando aos advogados e passando para eles?

Seguindo com questionamentos sobre a própria legislação, Arilma afirma que na constituição existe uma lei em que o réu fica no aguardo de um resultado cerca de 120 dias, e pergunta o porquê de essa lei não ser cumprida, como a OAB pode estar colaborando para diminuir a demora na avaliação dos processos das presas e se a OAB pode realmente contribuir com isso. Pergunta em relação à multa que o preso deve pagar quando ele sai da cadeia, o que acontece se ele não conseguir pagar, o porquê da perícia de voz demorar a ser avaliada atrasando o processo, pergunta qual a diferença entre a nova lei do artigo 33 e quais os benefícios que ela pode trazer – e o entrevistado não sabe responder a esse último questionamento. E finaliza perguntando o que pode ser feito para as detentas grávidas terem

uma melhora no seu bem-estar. Nesse momento passa, novamente, a cena da mãe amamentando sua criança no cárcere. A Figura 3 mostra interações durante as gravações dos programas TV Cella.

**Figura 3 – Alguns instantâneos de interação no TV Cella**



Fonte: [www.projetotvccla.blogspot.com.br](http://www.projetotvccla.blogspot.com.br)

A Figura 4 apresenta duas profissionais da equipe de produção do TV Cella.

**Figura 4 – Duas profissionais da produção do programa TV Cela**



Fonte: [www.projetotvccla.blogspot.com.br](http://www.projetotvccla.blogspot.com.br)

Os dois programas de entretenimento escolhidos contêm entrevistas com Sabrina Parlatore e Supla. São programas menos densos: a temática é mais leve, as perguntas são mais leves e há clipes de músicas e cantorias. Iara Mello é a reeducanda que realiza as entrevistas. Para o cantor, compositor e apresentador Supla, Iara pergunta se ele já tinha entrado em um cárcere, se tinha imaginado ser entrevistado por uma pessoa presa, perguntou qual a reação dele quando soube do projeto TV Cela. Iara informa que vai entrar em outro assunto e fala sobre a carreira musical do entrevistado. Pergunta desde quando se interessa por música, qual o tipo de música que mais gosta, o que o *punk rock* quer dizer para ele. Segue com perguntas sobre a aparência do artista, indagando se existem pessoas que estranham seu estilo de vestir e de se pentear e diz que vai fazer uma pergunta: “que todas falaram para perguntar é como que você faz para o seu cabelo ficar tão espetado assim”. A apresentadora pergunta ainda se recebe muitas críticas da imprensa e o que acha das mídias alternativas, como o programa TV Cela. Questiona como foi participar do programa “Casa dos Artistas” e, nesse momento, o artista demonstra insatisfação com a pergunta, responde e mostra o dedo indicativo de palavrão para a câmera. Iara prossegue perguntando qual foi o ponto mais alto da sua carreira, quais são seus projetos profissionais e finaliza perguntando se ele se considera uma pessoa rebelde.

Durante a entrevista com Supla, é exibido o clipe da sua música “São Paulo”, são mostrados trechos do programa “A Casa dos Artistas” da qual Supla participou no SBT e que “o trouxe de volta para o Brasil e alavancou sua carreira”, segundo palavras do próprio artista no programa. Também passa o clipe de outra música do cantor, a música “Garota de Berlim” e mostrou Supla com seu irmão, tocando e cantando no programa que apresentavam juntos na Rede TV!, o programa *Brothers*.

É também Iara Mello quem entrevista a apresentadora e modelo Sabrina Parlatore. A preocupação inicial gira em torno da entrada de Sabrina na cadeia e o contato com as presas. Iara pergunta se ela já tinha entrado em uma cadeia antes e qual foi o impacto de entrar. Pergunta também se a artista, que já foi entrevistada por muitas pessoas famosas, já havia imaginado ser entrevistada por uma reeducanda em uma cadeia e pergunta se conhece algum outro programa de televisão realizado num cárcere e Sabrina nega. Iara continua investigando e indaga qual a reação de Sabrina Parlatore quando soube que existia um programa como o TV Cela. Muda o foco dos questionamentos e começa a perguntar da carreira de Sabrina e sobre o programa “Vitrine”, que apresenta na TV Cultura. Pergunta desde quando o apresenta, como recebeu o convite para apresentar, qual a proposta do programa e se quando o Vitrine visita os bastidores de outra emissora é bem recebido. Ainda na lógica midiática, questiona se a Sabrina acha que os programas de televisão são muito parecidos hoje em dia e se ainda dá para inovar na televisão brasileira. Nesse momento, acaba o primeiro bloco do programa.

No segundo bloco, Iara pergunta sobre a carreira da artista: qual a matéria mais legal que já fez para o Vitrine, se tem algum friozinho na barriga quando entrevista algum ídolo, quem mais a deixou nervosa e se já trabalhou em outras emissoras. Fez ainda perguntinhas rápidas, como “Gugu ou Faustão? Xuxa ou Angélica? Luciano Huck ou Rodrigo Faro?”. E finalizou perguntando o que achava do programa Profissão Repórter, que fez uma matéria sobre o TV Cela, e o que a Sabrina achava das mídias alternativas, como o TV Cela.

O segundo bloco da entrevista da Sabrina Parlatore é aberto pela reeducanda Kelly Kilo. Ela é citada pelo Supla na rede de TV em que é entrevistado, aparece no *trailer* dos programas do Dr. Augusto Pupim e do Dr. Rodrigo Krieger dançando, além de cantar no trecho do programa Vitrine, que foi passado para todos os grupos. Ela participou, na TV aberta, do programa Ídolos, que foi exibido pelo SBT. É, assim, uma figura recorrente e importante no programa TV Cela. Ela fez e apresentou, no programa que entrevista a Sabrina Parlatore, uma música em forma de *hip hop*, que legitima a voz que o TV Cela dá a elas:

Esse mundo estava sem atenção, mas o TV Cela veio aqui mostrar o que temos de bom.

No outro lado, na cela, nós somos reeducandas. Temos família, temos filho, mas nossa vida aqui não anda.

O sistema penal continua muito lento. Isso é uma loucura, não tem cabimento.

Antigamente, esperava só um mês. Mas agora mudou, é um ano ou 8 mês.

Se vocês querem que o mundo melhore mesmo, tem que dar oportunidade pra nós que estamos presos.

Todo mundo merece uma oportunidade. Pode ver, aí tem dom e ninguém sabe.

Pessoas aqui que quer mudar de vida, trabalhar como cidadão e progredir na vida.

Você sabia que o milagre, ele pode acontecer. Se você der uma chance para nós sobreviver.

Obrigada, TV Ceta por tudo, se não fosse por vocês, ninguém saberia o que tinha atrás desse muro.

Nessa perspectiva, Macedo (2008, p.1) observa que o *hip hop* oferece uma possibilidade de visibilidade e voz aos grupos periféricos, constituindo-se uma forma de resistência e denunciando a exclusão étnica e social. “Essa voz transmite o grito dos excluídos em forma de poesia, que nasce de suas próprias experiências, da realidade que convive com a violência, com o racismo e a desigualdade”.

Macedo (2008) defende ainda que as narrativas do *rap* se constituem alternativa criativa de recuperar a visibilidade dos jovens que convivem com este estigma de estar à margem da sociedade. Kelly Kilo, presidiária, está à margem e põe sua música a serviço do visível midiático via TV Ceta. Nesse caminho de expressão, Kelly Kilo faz ainda uma música de agradecimento à visita de Sabrina na cadeia.

Como em todos os programas, há imagens do dia-a-dia da cadeia de Votorantim, a dança aparece em muitos momentos. É a dança livre, com movimentos improvisados. Kelly Kilo aparece dançando em diversos momentos. Para Fátima (2001, p.3), a dança é “companheira da surpresa, da motivação, do propósito, da alegria e da paixão”. Para a autora, a dança vem da necessidade de dizer o que as palavras não dizem, é a linguagem simbólica mais concreta de comunicação. Fátima (2001) a coloca como uma forma de oração, um ritual social e sagrado. Mais do que uma forma de expressão, o TV Ceta desnuda momentos de alegria, expressão e comunicação em uma situação limite, na privação da liberdade.

Alguns outros elementos são recorrentes nas cenas de cotidiano reveladas pelo TV Ceta. São as grades, os arames e as celas que dão nome ao próprio programa e reafirmam a condição de aprisionadas e o contexto em que vivem, a instituição total onde estão as presas. As roupas, os varais nos pátios, nas celas, aparecem muitas presas deitadas nos colchões finos no chão do pátio ou sentadas no chão. A superlotação é mostrada a todo o momento.

## **5.2 A recepção dos programas**

A realização dos grupos focais possibilitou a discussão para responder ao objetivo geral do estudo que foi examinar os efeitos relacionados aos conteúdos veiculados nos programas do TV CELA nas detentas mineiras, observar, na recepção, como as presas mineiras gostariam de se ver representadas.

As reações em todos os grupos focais foram muito parecidas em diversos pontos dos programas. Muitas vezes, mesmo com o roteiro semiestruturado, as respostas das presas

convergiam para depoimentos pessoais, narrativas da própria vida, como se tivessem encontrado no momento do grupo da discussão uma alternativa de expressão pessoal.

As participantes dos grupos focais tiveram seus nomes preservados. Seus nomes foram mencionados por elas próprias e gravados, porém foram omitidos na transcrição a fim de preservá-las. A identificação foi feita apenas com os números dos grupos que participaram, sendo os grupos 01 a 04 realizados no pátio e o grupo 05 realizado no alojamento, com presas do regime semiaberto.

Concordamos com Frinhani e Souza (2005), quando os pesquisadores afirmam que resgatar como as mulheres encarceradas pensam, agem e falam sobre a prisão é de importância ímpar para tentar compreender o que a vida nesse espaço é capaz de produzir nos sujeitos envolvidos em um processo que envolve, paradoxalmente, punição e reinserção social.

Para Stasiak et al. (2007), a mídia é vista como a responsável pelos processos de interação social devido ao poder simbólico de influência que exerce a partir de seus meios e mensagens, pois a imagem se torna uma mercadoria a serviço de uma nova gestão da vida social, ou como afirma Weber (2006), o olhar e a comunicação são próprios do ser humano. Também Fairclough (2001) afirma que os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem, constituem-nas. Isso se deve ao fato de que a linguagem é um elemento presente em todos os níveis de interação social que aponta para três aspectos dos efeitos construtivos do discurso: contribui para a construção de identidades sociais, para a construção das relações sociais entre as pessoas, para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças.

Ressalta-se ser previsto um trabalho de psicólogos no sistema penitenciário, delimitado com a criação da Lei de Execuções Penais (LEP) em 1984, implementando uma Comissão Técnica de Classificação (CTC), que deveria se reunir periodicamente para tratar de tudo que diga respeito ao preso: questões relacionadas a estudo, trabalho, visitas íntimas, pedidos de livramento condicional, processos disciplinares, ou seja, dando-lhes o direito de ser ouvido. “Infelizmente, a CTC hoje se reúne com mais frequência para analisar processos disciplinares<sup>28</sup>”, perdendo seu objetivo inicial de atendimento.

---

<sup>28</sup> Informação constante no artigo ‘Psicólogos no Sistema Prisional: profissionais trabalham em um sistema perverso’, *Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro*, v.2, n.8, 2005. Disponível em: <http://www.crpri.org.br/publicacoes/jornal/jornal08-sistema-prisional.pdf>.

### **5.2.1 O espaço físico**

Espaço físico não foi uma categoria identificada no roteiro, mas sobressaiu tão fortemente que foi elencado como uma das categorias na recepção. Tal qual o estudo de Matos e Machado (2007), que não têm como objeto a prisão, o contexto prisional assumiu, inevitavelmente, um papel de destaque.

Em seu trabalho, Jodelet (2005) parte do entendimento sobre representações socioespaciais para compreender o sentido atribuído pelo grupo ao espaço, destacando a dimensão do contexto e do pertencimento, e afirmando que é uma das dimensões pela qual se dá a representação social. Para Mcglone (2005), o contexto influencia uma palavra, um trecho, um sentido, um acontecimento, ou torna possível uma interpretação nova. Ampliando-se o foco, o espaço de visibilidade midiática constitui um ambiente de desdobramento de embates ideológicos que coloca inúmeras e variadas interações em movimento entre os atores políticos e os próprios cidadãos (MAIA, 2006).

A primeira reação de todas as presas mineiras ao assistirem ao programa TV Cela foi a de indignação e repulsa ao espaço físico de Votorantim, bastante diferente do de Belo Horizonte. Foram contrapostos dois ambientes carcerários exclusivamente femininos, que cumprem o que determina o código penal de 1940, que versa, em seu artigo 33, que as mulheres cumprirão penas em estabelecimentos distintos dos homens – cumprem a legislação, mas são absolutamente diferentes no tocante à organização.

A desorganização e a distribuição do espaço físico foram aspectos preponderantes na percepção das presas mineiras do TV Cela. Foi ele, o espaço físico, que trouxe as maiores aproximações, repulsas e distanciamentos. Foi ele também quem deu o tom do programa na mente das presas mineiras que, quando perguntadas sobre o que tinham achado do TV Cela, focavam suas respostas mais no espaço físico da cadeia retratado no espaço midiático, do que no conteúdo apresentado pelo programa.

A reação das detentas confirma entendimentos de Van Dijk (2012) de que os usuários da língua, além de falarem sobre eventos, também precisam modelar a si próprios e a outros aspectos da situação comunicativa em que estão envolvidos no momento. Desse modo, os modelos de contextos se tornam a interface crucial entre os modelos mentais e os discursos sobre esses eventos.

O espaço foi um tema visualizado em todas as fases de discussão de todos os grupos e foi em função dele que a condição de aprisionadas era revelada, e em favor dele houve a identificação entre os grupos. Quando perguntadas sobre o que não gostaram no programa, o

espaço físico sobressaiu ao conteúdo midiático e foi o que mais as incomodou em relação ao programa. Nesse aspecto, as identidades coletivas foram expressas em um contexto muito definido, em que as presas interagiram e compartilharam valores, em concordância com dizeres de HARDY et al.(2005).

As presas referiram-se ao espaço físico em diversas conversas. Quando perguntadas se tivessem o espaço midiático do TV Cela o que fariam de igual e diferente, muitas respostas vieram em tom de arrumar o espaço físico, melhorar o espaço físico – a referência ao conteúdo ficou relegada a um segundo momento.

À medida que o programa ia mostrando a imagem do dia-a-dia das presas paulistas, as presas mineiras iam se indignando. Registradas no diário de campo muitas expressões de espanto, de horror e diversos comentários de indignação sobrepostos ao próprio vídeo.

No grupo 01:

Pelo jeito, lá é muito desorganizado, muita bagunça, nosso Deus!

Nossa, todo mundo lá sofre muito.

No grupo 02 surgiram os seguintes comentários:

Olha essa cela!

A cadeia ali é feia demais.

A estrutura de lá é meio estranha, né? Dá um ar diferente aquele tanto de colchão no chão, dá um ar assustador. Mas lá é mais gostoso que aqui, certeza.

Detentas do grupo 03 exclamaram:

Ai, que lugar horrroso!

Misericórdia!

Olha isso!

Abençoado!

Que lugarzinho feio, a gente tá aqui dentro e não tem noção!

E nós reclama daqui...

Deus me livre (faz o sinal da cruz)!

Que isso!

Credo!

É muito calor humano junto.

Bate numa mulher lá pra você ver...

Conforme Van Dijk (2012), um contexto permite apresentar uma teoria unificada da experiência e da consciência cotidianas, colocando o Eu-mesmo em várias identidades-por-papel do falante e/ou receptor, como também constitui a base das teorias do estilo e do registro, ou seja, das propriedades situacionalmente variáveis do discurso.

A audiência da PIEP não se mostrou passiva, mas, como aponta Lopes (2000), interagiu criticamente ao programa apresentado. As reações, quase instantâneas, de aversão ao espaço físico, demonstram um prévio conhecimento da audiência acerca daquele universo que já faz parte do repertório das presas mineiras.

As do grupo 04 iniciaram os comentários exclamando:

É cadeia?

É em Contagem?

Ali é muito feio, misericórdia!

Não, é Tremembé.

Ai, que lugar horroroso!

Olha isso!

Abençoado!

Que cadeia é aquela lá? Nossa!

Mas isso é que é a cadeia, né?

Mulher, tudo penduradinho! (roupas)

Jesus, misericórdia! Se eu volto para um lugar desses, eu suicido.

Que isso, dorme no pátio!

Os dois estabelecimentos, de Votorantim e de Belo Horizonte, são instituições totais, local de confinamento onde essas mulheres, que estão à parte da sociedade ampla, cumprem uma sanção legal e levam uma vida fechada e formalmente administrada. Distintos, porém, quanto ao espaço físico e à forma. Goffman (1999) pontua que além de segregar esses indivíduos que cometeram delitos, a penitenciária, que é uma instituição total por natureza,

deve reensinar normas que norteiam a convivência em grupo e recuperar as pessoas. Não é no que todas as presas acreditam, principalmente se tratando de Votorantim:

Presídio é horrível, né? Ali não tem como recuperar ninguém, né? Presídio para 40 pessoas, 50 pessoas e tem 200? É uma situação trágica, né. Você sai de lá pior.  
(Presa grupo 05)

A valoração do espaço da PIEP adquirido após exibição dos vídeos também é evidente.

Eu acho que todas devia ver isso aí pra valorizar o lugar que a gente tá. Oportunidade de estudo, oportunidade de reiterar, oportunidade de ver que não vale a pena, oportunidade de ver que, apesar de estar do outro lado, a senhora que tá vindo<sup>29</sup> também trata a gente como gente.  
(Presa grupo 04)

Uma mistura de solidariedade e comoção com o grupo de Votorantim, com alívio por estar em um lugar de melhores condições físicas. Jodelet (2005) pontua que partilhar uma mesma condição social pode fazer com que haja apropriação da matriz de representações. Dessa forma, as presas se reconhecem e partilham sua relação com o mundo, os valores e modelos de vida, constrangimentos; isso vai representar uma forma de afirmação de solidariedade e afiliação grupal necessária à manutenção da identidade social.

No grupo 01:

Devia ter um aqui para passar lá para eles verem como é aqui, que aqui é o céu comparado com lá.

Ah, gente, vamos falar a verdade, a gente já rodou várias cadeias e a gente reclama, reclama daqui, mas a gente aqui tá melhor. A gente tem assistência médica, aqui é mais adequado pra gente.

Tem emprego.

O alojamento é arejado.

A gente é tratada a pão de ló.

Igual aqui na PIEP, nós temos lavanderia, nós temos tudo certinho. Então, a gente não precisa ficar igual elas. Elas tão sofrendo muito mais que a gente. Tá presa e ainda tem que fazer tudo. E ficar naquela cadeia toda bichada lá? Suja? Elas precisam ali de alguém lá para ajudar, né? Ajudar na organização, limpeza do lugar que elas vivem. Senão quando elas saírem de lá vão estar todas desestruturadas, totalmente, mais desorganizadas do que entraram! Nossa Senhora! Parece que não tem nem trabalho!

---

<sup>29</sup> Refere-se à pesquisadora.

No grupo 02:

Você tá doida? PIEP é mil vezes melhor.

Tem até telefone aqui!

O reconhecimento da atuação pelos parceiros da troca de linguagem indica que eles estão ligados por uma espécie de “acordo prévio” sobre os dados desse quadro de referência, por um tipo de “contrato de comunicação”, que resulta das características próprias da situação de troca (os “dados externos”) e das características discursivas decorrentes (os “dados internos”) (CHARAUDEAU, 2009).

No grupo 04, prosseguiu-se o diálogo:

Eu acho importante passar esse aqui (TV Cela) e passar a PIEP do lado, entendeu?

Aí vai lotar aqui e vai por nós na rua? Ah, minha vaga! (risos)

Coloca BH com São Paulo. Pra mim, eu estou perplexa, eu não achava que São Paulo tinha um nível de cadeia desse aí não. Então, olha Belo Horizonte, o que o povo fala? Sai de São Paulo, Rio de Janeiro, isso aqui é uma roça grande, os mineiros é tudo... mas olha só, até onde nós conseguimos atingir. Lá, eles estão lutando pra ter um sistema carcerário melhor.

Vai ter gente que vai querer roubar pra poder vir pra cá, né?

Nesse contexto, confirmam-se entendimentos de Bakhtin (2006), de que as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios.

No grupo 05:

Muito bagunçado lá, né? Bagunça demais. Do jeito que eles tão vivendo lá que Deus me perdoe, em nome de Jesus, eu prefiro mil vezes estar aqui, né? Primeiramente minha casa, mas já que eu não tô, né? Eu achei o programa bacana, gostei do jeito, as perguntas, a explicação, gostei, achei interessante essa reportagem.

Após todas as manifestações iniciais de repulsa à Cadeia Feminina Pública de Votorantim, a discussão prosseguiu ainda muito envolta nessa temática. A identificação e o sentir-se representada pelo programa, apresentados a seguir, mostram o quanto esse tópico foi importante na discussão. Baseando-nos em Braun (2011), sabemos que estudar uma identidade cultural implica em compreendê-la como um conjunto de características pelas

quais os grupos sociais se definem como grupos. Além disso, que a construção da identidade é feita mediante uma negociação entre o indivíduo e seu contexto. Se entendermos a comunicação como um processo contínuo, perceberemos que produção, circulação e recepção estão intimamente ligadas. Por esse motivo, as representações que circulam na mídia têm grande importância simbólica, cuja interpretação está relacionada ao seu contexto em cada parte do processo comunicativo.

**Figura 5 – Espaço físico mostrado no TV Cela.**



Fonte: [www.projetotvcela.blospot.com.br](http://www.projetotvcela.blospot.com.br)

### **5.2.2 O lado feminino**

A questão de gênero também não foi um aspecto abordado no roteiro, mas foi ressaltado na recepção em todas as discussões dos grupos focais. Algumas questões foram levantadas pelas mulheres no sentido de que não conseguiam desvincular a reflexão de ser mulher, do espaço em que estão vivendo.

Em todos os grupos houve reações excessivas quando o trailer mostrava um bebê sendo amamentado. As feições transformavam-se e muitas interjeições e locuções interjetivas, predominantemente de aborrecimento, espanto e indignação foram soltas: “ih!, puxa! céus!, opa!, caramba!, cruz!, pôxa vida!, putz! ai! oh! hum!, que dó!, valha-me Deus! Deus me livre! que horror! meu Deus!”. Além disso, muitas presas colocavam as duas mãos na cabeça, em sinal de desespero, e algumas choraram.

Amamentar e estar com o filho é um direito da detenta e da criança, salvaguardado pela resolução número 56, de 19 de dezembro de 2005, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (CMCDA). A resolução dispõe sobre a proteção integral às crianças filhas de mães submetidas à medida privativa de liberdade

(presas), em seu artigo 1º: às crianças filhas de mães nessa situação são assegurados todos os direitos fundamentais e as garantias de proteção integral, garantidos pela Constituição Federal. A Constituição Federal estabelece em seu art. 5º, inciso L, que “às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”. E a Seção IV, art.13, da resolução do CMDCA, completa que a amamentação “abrange o convívio afetivo e o aleitamento materno, natural ou artificial, ou outro meio nutricional que propicie a criação e o fortalecimento de vínculos essenciais e assegure o desenvolvimento biopsicossocial sadio das crianças”. O artigo 14 estima o período à amamentação como sendo de 12 meses contados da data de nascimento da criança.

Dessa maneira, tem-se que a amamentação é uma conquista, permanecer com a criança está resguardado pela legislação brasileira. Contudo, a inversão da ótica de quem está presa fica clara à medida que as mulheres surpreendem-se e têm reações negativas ao ver a criança por detrás de uma cela. O ato, além de benéfico para a criança, é positivo para a presa:

O aprisionamento causa na interna uma ansiedade muito grande, um sentimento de inferioridade, impotência, menos valia, e tendo a presa a oportunidade de estar junto com seu filho, poderá aliviar essa situação, dedicando boa parte de seu dia em função do filho, e/ou um trabalho que estará diretamente ligada a ele, onde ela canalizará sua energia (KUROWSKY, 1990, p.34).

Contudo, percebeu-se que, embora esse seja um direito resguardado à mulher, fica claro que a prisionização afeta também a percepção que essa mulher tem em relação à maternidade. A impressão passada foi a de que as presas observaram pelo ângulo das implicações da prisão na criança, e não o contrário. Kurowsky (1990) aponta que a privação da liberdade afeta a aprendizagem e

[...] a devida estimulação sociocultural emocional adequada a cada faixa etária, sendo que quando se compara uma criança cujo meio é uma instituição com outra do mundo externo, estabelece-se uma discrepância significativa, onde é percebido nitidamente o que representa essa perda do contato social e a consequente impossibilidade de aquisição de conhecimentos necessários ao perfeito desenvolvimento, bem como a sensação ou fracasso que essa criança sentirá ao se comparar à realização pessoal que tem a criança em sociedade (KUROWSKY 1990, p.8).

As reações nos grupos, além das interjeições, foram diversas. No grupo 02, quando uma presa exclama apontando para a graça da criança, todas as demais olham a cena com reprovação e balançam a cabeça. No grupo 04, uma presa exclama:

Oh dó, gente!

Ah lá, menina! Que isso!

Olha a carinha!

O Grupo 05 foi mais enfático:

Criança dentro de uma cadeia com a mãe, eu não gostei disso não. A mãe tá presa e a criança tá junto com a mãe, presa daquele jeito.

Mas na creche ficavam as mães com as crianças. Quando a gente tinha a creche aqui, um tempo ficava também, era assim, é a realidade, ué.

Mas eu não gostei não. De ver o filho preso com a mãe dentro da cadeia, isso eu não gostei não. O que que o filho tem a ver com a mãe presa?

Ela precisa amamentar ele também. Mas eu não gostei dessa parte não.

Outro ponto evidente, e que remete ao ser mulher, é a vaidade. A aparência corporal é um elemento central na interação social. Frinhani e Souza (2005) afirmam que tanto o cuidado com o local, quanto com a aparência sinalizam características do gênero feminino. Jodelet (2005) afirma que a imagem externa do corpo aparece como um mediador do lugar social onde o indivíduo está inserido. E esse foi um aspecto que chamou a atenção das presas que falaram da beleza física das apresentadoras, do quanto se arrumaram para aparecer, das roupas, da maquiagem.

Quem arrumou ela foi elas próprias. Esse programa não teve nem o privilégio do maquiador.

(Presas grupo 01)

Apresentando de vermelho? Se fosse um vestido desse, assim (aponta para uma revista) bacana, ia ser melhor.

(Presas grupo 02)

Bom que elas ficam de roupa normal lá, né? Lá não é SUAPI ainda não, né, igual aqui?

(Presas grupo 03)

Lá é bacana, pode usar relógio.

(Presas grupo 04)

Também quero maquiagem

(Presas grupo 05)

Nem é vermelho não, né? Tô cansada de ver um tanto de gente de vermelho.

(Presas grupo 05)

Pode-se perceber que as detentas têm reações que remetem à feminilidade, tanto nos comentários sobre moda, elegância, postura, quanto no trato pessoal. Registrado no diário de campo está o modo como as presas da PIEP cuidam de si. A grande maioria, tanto das que participaram dos grupos focais, quanto das presas que encontramos nos corredores, nos prédios da saúde, ou trabalhando na unidade, estavam maquiadas e com cabelos muito bem arrumados. Os uniformes da PIEP não têm falhas de costura, rasgos ou desbotamentos. Pelo contrário, a aparência das internas é impecável. As mulheres fazem sobrancelhas, maqueiam-se, cuidam do uniforme, que revela características do corpo feminino.

Apona também para a questão do gênero o relato de algumas presas ao afirmarem não saber como era a cadeia. Frinhani e Souza (2005) relatam que as informações que vêm da mídia televisiva frequentemente associam o espaço prisional ao mundo masculino. Sendo assim, muitas mulheres não se apropriam desse universo e chegam à prisão sem ter nenhum conhecimento ou associação com esse universo.

É a primeira vez que entro numa cadeia, eu não sabia como era uma cadeia, mas está fazendo muito mal pra mim. Choro todo dia. A cadeia lá que eu vi, prefiro aqui do que lá. Já vi que lá não dá pra ficar mesmo porque ficava com medo no meio dos presos assim. Então lá podia ser mais problema para mim, pode acontecer guerra, facada e aqui cada pessoa fica na cela e tem, como dizer, guarda, né? Vigilante que fica aqui. Eu acho que aqui tá mais seguro.

(Presas africana do grupo 01)

**Figura 6 – Maquiagem e amamentação mostrada no TV Cela.**



Fonte: [www.projetotvccla.blogspot.com.br](http://www.projetotvccla.blogspot.com.br)

### 5.2.3 Identificação e representação

A identificação, para Jodelet (2005), é um dos aspectos mais importantes e significativos da atividade representativa. As presas se identificaram e se solidarizaram com as reeducandas de Votorantim. Reconheceram-se enquanto grupo tanto pelo uso da expressão “a gente” e do pronome nós, por frases:

Ela representa todas nós naquele momento  
(Presa do grupo 01).

Os depoimentos que deram e a concordância expressa da grande maioria revelaram que as presas consideram que o programa TV Cela as representa enquanto grupo e tenta lhes dar voz extramuro prisional. Divergiram somente se esse papel de representação é cumprido integralmente ou parcialmente.

Percebeu-se também, como Frinhani e Souza (2005), que a representação social sobre a prisão é consideravelmente complexa, pois envolve as representações das internas sobre o espaço prisional em si, sobre as relações entre as internas, delas com a administração, os visitantes e familiares, bem como das práticas desenvolvidas no local e do significado social do encarceramento.

Jodelet (2002) salienta que a questão do passado como um conjunto de memórias, concepções, interpretações, ideias e sentimentos, na relação com a identidade do lugar, podem trazer à tona elementos de bem ou mal-estar e levar à identificação ou não com o lugar, segundo sua dinâmica de inclusão ou exclusão social.

A identificação e o sentimento de representação ficaram mais latentes nas presas que já passaram por cadeias parecidas com Votorantim e tomaram o TV Cela como um dispositivo de memória. Jodelet (2002) destaca, na perspectiva socioespacial, que o papel da memória na elaboração da identidade e das identificações urbanas é crucial. Assim, a identidade do lugar carrega elementos emblemáticos que conferem significados à memória pessoal e coletiva.

Como sugere Braun (2011), deve-se compreender o contexto em que vivem as apenadas, saber de onde vêm e como se organizam, como percebem as narrativas que permeiam as suas vidas e como narram a própria vida é fundamental para identificar como se forma a identidade dessas mulheres.

Nas presas que tiveram trajetórias parecidas com as de Votorantim, o reconhecimento do estar retirada da própria vida pelo estado de prisionização é percebido pelos relatos

peçoais, biográficos. É como se as presas se reconhecessem na figura das reeducandas de Votorantim, como se elas se reconhecessem por aquilo fazer parte da sua própria história, como se soubessem exatamente o que estão passando e aquilo fosse apenas um capítulo pregresso de suas vidas.

No Grupo 03, uma presa revela que já ficou presa na cadeia pública feminina de Votorantim:

Já tive em cadeia em São Paulo. A Votorantim é muito pequena.

No grupo 04, outras presas fizeram associações daquele espaço prisional a outros que já passaram. As três primeiras falas foram soltas, assistindo ao programa, e as demais se seguiram em diálogo.

Acho que o DI<sup>30</sup> tá lá em São Paulo.

É igual à cadeia pública de Fabriciano<sup>31</sup>.

É a segunda Furtos e Roubos.

No início da minha cadeia foi aquilo ali que eu passei.

Nós já passou no DI, inferno da Lagoinha, é igual aquilo ali.

Nossa, lá em Lagoa Santa<sup>32</sup>, então, em 2007, a cadeia tava interditada e eu fui pra lá. Até a caixa d'água tava contaminada de urina de rato. Todo mundo ficou com diarreia. Sem luz, sem água, sem nada.

Cadeião também é a de Vespasiano<sup>33</sup>, vaso pequeno, banho frio. Eu achei que não tinha isso mais, não podia nem imaginar.

Eu não sei, mas acho que depois que a gente cai aqui, se for sair aqui e ir pra um lugar daquele aí, parece que você começou a desgraça da sua vida toda de novo.

Tem outros lugar, eu vim de outro lugar, que a gente vai conversar com diretor e, com o perdão da palavra 'meu nome é desgraça!' É assim: 'você conhece o capeta? Eu sou o capeta'. Então, aqui quem não dá valor aqui, não quer ressocializar.

Eles batem, espanca mesmo. Leva pra um quartinho assim, com uma capa preta, com uma doze na mão, bate, fura os pés com agulha, põe fogo! Joga bomba perto do seu pé. Sabe como que sai daquele quartinho? Carregado dos dois lados, vomitando sangue. Fica no castigo 90 dias tomando remédio pra depois ter visita pra poder não ter direito a falar com os Diretos Humanos nem nada. Lá é assim que funciona.

<sup>30</sup> DI é a sigla do Departamento de Investigações da Polícia Civil de Minas Gerais, localizado na Lagoinha, em Belo Horizonte.

<sup>31</sup> Coronel Fabriciano, interior de Minas Gerais.

<sup>32</sup> Lagoa Santa é município da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

<sup>33</sup> Vespasiano é município da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Arrebenta mulher. Se a gente for falar, tem gente que fala assim, ah, tá comprando, mas é porque nós já vivemos essa situação.

É, quando eu tive lá em Betim eu vivi isso.

É, se me tirar daqui pra ir para um lugar desse, eu suicido lá. Se tiver muito tempo pra mim ficar? Suicido mesmo.

Vespasiano é uma cadeia mista e eles fazem muitas covardias com as mulher lá e elas não falam nada. Esses dias, presas jogou comida lá do lado de fora e começou um motim. Você tem que ver o tanto de bomba e de cachorro. A Tropa de cachorro lá fica na nuca da gente, com meio metro de língua pra fora e eles jogando bomba. O fogo da bomba vai lá no seu pé assim.

Algumas presas que já passaram por outras cadeias e penitenciárias, ainda solidárias e compreensivas, apontam para o trajeto das presas de Votorantim, mas também apontam suas preferências, uma vez que afirmaram que, se em Votorantim o desafio é físico, na PIEP o desafio é mental. Elas explicitam o poder da instituição total sobre elas, o abalo que sofrem e que as faz formarem uma nova identidade. Reiteram o que Matos e Machado (2007) apontam nas narrativas que analisaram que o maior desafio para as presas é a ida para a prisão e a permanência na instituição prisional.

Eu, pra ser sincera, tenho certas coisas que eu fico com medo de falar, porque dependendo de qualquer coisa que você fez errado, toma um castigo ou algo assim. Então o meu objetivo é ir embora pra casa, então as vezes eu prefiro deixar pra lá, pra não falar nada. Prefiro engolir a seco mesmo estando certa para não ter confusão. Tem umas que tratam a gente com muita educação, mas tem umas que gritam demais, fica ouvindo o que a gente tá falando, fica prestando atenção no que a gente tá falando, eu acho isso uma falta de respeito porque é pessoal, da gente. Tem umas que perguntam o que aconteceu, do telefone, antes de seis minutos desligam. Então tem muita coisa que fazem certo, que fazem errado, então é muita pressão psicológica. Um tapa nunca, mas a pressão psicológica as vezes é pior.  
(Presas grupo 01)

As presas apontam ainda a preferência ou não por outras unidades prisionais, que sugerem outros tipos de desafios. Segue abaixo o diálogo do grupo 01:

Porque em Bicas<sup>34</sup> é assim: ‘oh, presa, cala a boca, presa! não sei o que, vai pra parede, presa. Você tá achando que você é quem, presa? Você é igual um cachorro, presa!’ É assim que eles respondem a gente.

Eles nunca sabem seu nome.

Só de te chamar pelo nome... Presa? Todo mundo olha, ninguém sabe quem é, então todo mundo leva xingo. Aqui eles falam o seu nome, igual hoje eu tava descendo as

<sup>34</sup> Penitenciária de São Joaquim de Bicas.

escadas e a dona Jessica<sup>35</sup> falou comigo pra pegar uma garrafa, falou obrigado. Lá em Bicas é ‘faz isso’. É sua obrigação. Aqui o povo é educado, eu só não aguento os gritos da dona Luci.

Superdiferente daqui pra lá. Não tem nem comparação não.

Eu queria ver as agentes de lá.

Eu prefiro igual a Votorantim ou Bicas. Aqui é muita pressão na cabeça da gente, tudo aqui é motivo de castigo.

Aqui é muita pressão psicológica.

Eu preferia Bicas.

Tem certas coisas, vou te dar um exemplo: a gente tem direito ao telefone, são seis minutos. Às vezes, nem acabou os minutos e eles já tão pedindo pra gente desligar já. Então, nem todas agentes trata a gente com educação e vê o nosso direito.

As piores agentes daqui são melhores do que as de Bicas.

Também no grupo 01 foi feita a seguinte consideração.

Tem muitas pessoas que podem pensar assim: vou sair, pagar o que eu devo e começar uma vida nova. Mas aí tem pessoas que não pensam assim, elas vão se revoltar mais porque aqui mexe muito com o psicológico da pessoa, se ela não tiver estrutura, ela não aguenta.

Também em sua pesquisa, Frinhani e Souza (2005) afirmam que as representações sociais das detentas sobre a prisão contêm certa ambiguidade, porque se por um lado o contexto do encarceramento contribuiu para a construção de um espaço caracterizado como “um terror”, “o inferno” ou “tudo de ruim”, por outro as internas frisaram que aprenderam muito na prisão, representada também como uma segunda oportunidade dada por Deus para que revissem o modo como estavam vivendo e tomassem um novo rumo na vida.

E diálogo do grupo 02:

Eu sou a primeira vez que sou presa, apesar de que sou assim bem velhinha de aparência, mas é a primeira vez que eu sou presa. Mas assistir, olha, essas pessoas.. eu falo que assim é muito difícil passar por isso, viu. Faz dois anos e meio que eu to presa por causa de tráfico, 33, e é uma experiência que nunca mais eu quero passar. Eu aprendi uma lição assim... Não porque eu to presa e vou falar isso que nunca mais eu vou errar, mas não, eu nunca mais vou fazer, porque eu não aguento mais passar tudo que eu passei. É muito difícil. Eu acho que pra tá preso primeiro precisar ser muito guerreiro porque eu... eu até sou uma pessoa tranquila, sou calma, sabe assim, eu não discuto com ninguém, tenho bom comportamento, mas eu vejo muitas pessoas que entram de um jeito e eu convivo com elas no dia a dia e elas tomam remédio. Eu não tomo remédio. Então eu avalio essas pessoas, eu vejo como elas vão mudando, vão mudando, vão mudando tudo. Ficam totalmente esquisitas.

---

<sup>35</sup> Nome de uma agente penitenciária.

As pessoas às vezes não tomava remédio lá fora e começa a tomar aqui dentro.

As pessoas mudam. É difícil, é muito difícil.

Abala muito o psicológico da gente, né? A gente fica muito abalada, o sistema nervoso, o psicológico, a gente às vezes não consegue. É incontrolável nossa atitude aqui dentro.

Tem que pensar bem antes de fazer alguma coisa e vir pra cá.

Como afirma Angenot (2010), o discurso social implica uma visada totalizadora de um complexo entremeado de vozes que formam o relato de uma instância específica da história.

#### ***5.2.4 importância do TV Cela***

As presas reconhecem a importância do TV Cela tanto como um espaço de voz, quanto um meio de expressão que funcionaria como um espaço informativo, educativo, pedagógico. Salientam que, ao retratar o que acontece dentro dos muros da prisão, além de ganharem voz e expressão, a visibilidade midiática poderia servir para evitar crimes, uma vez que acreditam que as pessoas não conhecem o que acontece no interior de uma prisão e, por isso, arriscam-se no mundo do crime. Desnudar a cadeia, na visão delas, traria a chance da “pré-reflexão”, que muitas não tiveram.

Pode-se compreender, então, que entre a própria realidade e seu conhecimento há uma mediação, podendo-se dizer que mídias não apenas transmitem informações e opiniões, mas que mediante esses discursos a realidade social é construída, o mundo é constituído e o universo social é criado (RODRIGUEZ-PERAL; MILÁN, 2009). O TV Cela está para as presas nessa lacuna, elas veem uma necessidade de mediação de seu universo para construção dessa realidade para a sociedade ampla.

Não houve uma só participante da pesquisa que não reconhecesse a importância do programa. Nem todas as presas gostaram do formato, mas todas gostaram da proposta. A importância do programa também foi ressaltada por presas de outros grupos:

A gente ia poder expressar porque a gente fica muito calada, entendeu? A gente podia perguntar pra pessoa alguma coisa que perguntando pra advogada, ela sendo advogada, ela não ia poder responder. Posso perguntar pra pessoa da OAB diretamente assim. Pode ser bom pra tirar dúvidas e pra gente se expressar. (Presa grupo 01)

Eu acho que seria muito bom passar na televisão pra todos ver lá fora o que passamos aqui dentro, como que é. A aflição nossa, a ansiedade nossa. (Presa grupo 01)

Eu acho importante sim porque a gente pode tirar nossas dúvidas, relatar o que a gente tá passando, eu acho bacaníssimo passar para outras pessoas o que é aqui dentro, né. Para muitas pessoas é o fim, para outras pensam que tá bom. Eu acho bem bacana mesmo. (Presa grupo 03)

O programa vai estar ajudando a mostrar a realidade. (Presa grupo 05)

A construção social do discurso foi verificada no ambiente carcerário feminino levando em consideração seu contexto social, seu lugar à margem da sociedade e os valores simbólicos ali construídos. Conforme Van Dijk (2012), os contextos não são um tipo de situação social objetiva, mas construtos subjetivos de participantes socialmente fundamentados a respeito das propriedades que, para eles, são relevantes, e que caracterizam seu modelo mental. Assim, o contexto prisional pode ser entendido como algum tipo de modelo mental.

Temos, por exemplo, as falas no grupo 02:

(O TV Cela é importante) pras pessoas verem o que a gente passa na cadeia

Quem tá lá fora pensar mais antes de fazer as coisas erradas. Bom, eu ia gostar de saber antes de cair na cadeia.

No grupo 04:

Eu gostei, (do TV Cela) né? Pra mim foi um choque chamar a atenção que a população criminosa está aumentando muito, num tá tendo mais espaço, num tá acomodando.

As presas reconhecem que, embora a mídia não determine ou condicione comportamentos, como apontou Gastaldo (2009), esta acaba por possuir poderosa influência no campo social. Acreditam que caso a realidade fosse desnudada midiaticamente, a realidade delas também seria diferente, uma vez que, possivelmente, não cometeriam os crimes.

Eu vendia droga na rua. Se eu vesse um trem desse aí eu não vendia droga mais não. Que sofrimento da pessoa, ver a pessoa entre grades, onde a pessoa dorme, onde ela tem que viver. Você olha para uma cela daquela ali, a situação do lugar, você já fica com medo, sô. Vou falar uma coisa pra senhora, se meu pai assistir um trem daquele ali, ele chega na visita em desespero. 'Pelo amor de Deus, você tá nesse lugar? O que está acontecendo?' Se meu pai entrar na cela que eu tô, meu pai dá um infarto, coitado, que ele tem problema de coração. Encima assim tem as grades, eu me sinto um urso (risos). No teto assim, no teto. Eu acordo assim e na hora que eu olho assim, invés de ver o teto, antes de ver, eu vejo as grades. (Presa grupo 04)

E, enfim, no grupo 05, a presa conclui:

E também serve de exemplo para muitas que estão lá fora aprontando e depois que vê a situação das presas aqui, vai servir de exemplo pra elas.

Stasiak e Barichello (2007) também defendem que a mídia tem o poder de iluminar fatos, permear os discursos sociais e influenciar as decisões dos indivíduos. As presas concordam com essa posição ao dizerem que um programa como o TV Cela, que desnudasse a cadeia, traria a chance de uma reflexão, que muitas não tiveram, um exemplo que poderia mudar o comportamento.

Se eu vesse um trem desse aí eu não vendia droga mais não (sic).  
(Presa grupo)

Quem tá lá fora pensar mais antes de fazer as coisas erradas. Bom, eu ia gostar de saber antes de cair na cadeia.  
(Presa grupo)

A família da gente tá vendo, os filhos da gente. Porque a maioria das pessoas apronta, faz coisas que não devem fazer porque talvez não conhecem a realidade de uma cadeia. Aí vai tá podendo ver, né?  
(Presa grupo 05)

A voz que a mídia pode proporcionar às presas, em condição de uma invisibilidade social em função do aprisionamento, é reconhecida por elas que admitem que não só a mídia massiva, mas as mídias alternativas também poderiam cumprir o papel.

É até bom você falar que tem na internet, que a minha família tá precisando de ver, minhas irmãs mais velhas, pra eles verem a realidade da vida.

O olhar para a família também é bem ressaltado por elas e a preocupação das presas é uma só: preservá-la. Esse desejo é manifesto seja da forma como a família verá a detenta retratada na mídia, como na preocupação em não aparecer para não envergonhar a família.

Pra família importante é triste, eu acho. Bom, a minha família, por exemplo, não ia gostar de me ver na situação que eu me encontro, presa. Às vezes tô com vontade de fazer uma coisa e não posso, tomar uma 'tchela<sup>36</sup>' e não posso. (risos)  
(Presa grupo 02)

Muito importante, porque a família vai procurar correr atrás mais, vai se preocupar mais com elas, vai dar mais apoio. Porque se a família da gente passasse mais a gente

---

<sup>36</sup> Cerveja.

no que a gente antes tava tentando não fazer de errado, nós não estávamos aqui. Como a gente não recebeu apoio de família, da sociedade, de ninguém, cometemos delitos e viemos presas, infelizmente. A gente que é assim dependente químico, no meu caso, não sei o caso das demais, eu vim parar na cadeia por causa da droga. Se eu tivesse tido o apoio da minha família de me acolher dentro da minha casa pra tá me dando uma ajuda, uma força, eu não teria ido praticar nenhum crime para consumir droga.  
(Presas grupo 05)

Pode-se dizer, como Maia (2006), que os indivíduos utilizam as informações e notícias na mídia como subsídio para debater, pois precisam adquirir informações para pensar sobre aquilo que não faz parte da sua experiência diária. A visibilidade que a mídia oferece para determinados assuntos contribui para um diálogo público generalizado.

No grupo 01:

O dia-a-dia. A maioria da família da gente tem vontade de ver o dia a dia da gente. Seria interessante para mostrar para a família da gente. Minha vó mesmo já pediu para abrir o pano da cela para mostrar onde você ficava. Meu pai já pediu. Não tem como, a família da gente quer ver onde a gente fica.

É a primeira vez que eu venho presa. Foi um susto muito grande para a minha família, então eles ficaram com muito medo, né. Os outros falam muito de bater, de ..., sabe, como ia ser a convivência... essas coisas. Como era o lugar... O lugar que eu fiquei, o presídio que eu estava, a comida era uma lavagem, então eles ficavam preocupados com tudo. Então, se a sociedade visse o jeito que era lá, eles iam mudar um pouco o modo deles pensarem e poderia ajudar a gente. Porque tem muitas pessoas presas que querem mudar, a maioria, porque não é fácil. Não tá sendo fácil nem lá fora, imagina aqui dentro, entendeu? Então eu acho que seria muito bom mostrar. Um lugar que tem alojamento precário igual é em São Joaquim de Bicas, do jeito que as presas vivem, seria muito bom mostrar.

O olhar denunciativo também é algo que as detentas esperam da mídia. Ao desnudar, após a sociedade ver a rotina do presídio via imprensa, os grupos acreditam que providências seriam tomadas ao ganharem visibilidade. Acreditam na mídia como ator social que, ao exercer uma pressão sobre as autoridades competentes, conseguiria modificar efetivamente o modo como vivem.

No grupo 01, procedeu-se o diálogo:

Eles (autoridades) vendo que a sociedade viu, eles iam procurar o que? Responder as nossas perguntas agindo. Uma pressão em cima deles, né. Não só a gente expressando, a família da gente vendo, mudando o pensamento dos outros, com a gente mesmo fazendo, uma forma da gente conseguir o que a gente precisa. Só de você poder perguntar pra pessoa do alto porque que tá isso pra você e a sociedade inteira ver... ah, eu ia me sentir. "oh, seu juiz, por que eu to aqui até hoje, já paguei minha cana toda!

Igual hoje em dia, uma resposta de uma apelação demora um ano. Isso é muita injustiça. Continuamos pagando cadeia, mesmo que você vá embora, eles te deixam lá. A minha resposta da minha sentença demorou 5 meses, 5 meses...

Mas vai ser uma pressão em cima dele, eles vão ter que fazer alguma coisa, vão ter que trabalhar.

Nesse sentido, muitas preocupações têm sido relacionadas à inclusão da diferença na esfera pública via mídia. Para Witschge (2011), a deliberação nesse foco centra-se na abertura e na igualdade na interação entre diferentes discursos, em que a abertura se refere ao favorecimento do debate para diferentes participantes, tipos de discursos e posições.

E a fala de uma presa também do grupo 01:

Porque ali elas já estão tirando as dúvidas delas e ao mesmo tempo o moço já sai dali pensando, ela me tirou essa e essa dúvida e vai passar na televisão, ah então eu vou fazer isso.

No grupo 05:

(O Programa) ajuda e muito. Você acha que tem muitas ali que foi presa por quê? Dependente química. A maioria. (inaudível) governo, sei lá fazer alguma coisa por elas. Ao invés de mandar pra cadeia, manda para uma clínica.

Outro ponto levantado pelas presas foi que a mídia poderia mudar a imagem que a sociedade faz do preso. Elas dizem que, além de a maioria das pessoas não saber o que se passa dentro de uma penitenciária, muitas pessoas ainda têm ideias erradas. Acreditam que o programa poderia, além de lhes dar expressão do que necessitam, ainda poderia diminuir o preconceito. Peixoto (2006) destaca que a mídia pode proporcionar o ingresso na esfera pública com equidade, sem privilégios, na condição de pessoa livre em termos de pensamento e discurso, sujeito de razão e consciência. De algum modo, assim é a crença de muitas das detentas ao referirem-se às possibilidades do TV Celas.

Da mesma forma, na pesquisa realizada por Frinhani e Souza (2005) junto a detentas do Espírito Santo, ouviu-se discurso similar: uma delas (nome fictício Ivone) não sabia que existia a penitenciária feminina, pensava que prisão era como em filmes. Diz que perdeu tudo por estar presa. Na cadeia, aprendeu a bordar e a fazer artesanato, mas não trabalhava no presídio. Preferia a ala das condenadas, que é mais calma e as pessoas têm atividades distintas. Para ela, a prisão significa uma escola de vida. Pretendia voltar para o ex-marido quando sair, mesmo dizendo que não o ama. Declarou que não é muito de conversar porque “onde tem mulher tem muita fofoca”. Achava que as pessoas iriam olhá-la com outros olhos quando saísse da cadeia, e que seria difícil arranjar emprego em razão da ficha suja e da falta

de qualificação profissional. Achava que às vezes a justiça prende pessoas inocentes e os que “são errados eles colocam na rua”. Acreditava que a cadeia conserta as pessoas que querem mudar e que as pessoas não ficam mais ou menos revoltadas porque estão na prisão. Em sua concepção, a prisão não transforma para o mal.

No grupo 01:

Um programa desses ia mudar muita coisa. Quem tá lá fora não sabe o que a gente tá vivendo aqui dentro, né? A gente, às vezes, tá preso julgado pelos outros.

Tem gente que pensa que preso é só comer e dormir, mas isso aqui mexe muito com psicológico da gente.

E dependendo a pessoa sai, chega lá fora e não tem uma oportunidade, por causa do fato da discriminação que é muita, então é muito difícil. Não consegue. Dependendo, demora muito para conseguir as coisas, conseguir um bom serviço, conseguir até em faculdade que com certeza vai sempre ter um olhar diferente, um olhar maldoso. Então, dependendo da pessoa, ela fica revoltada com isso e volta a fazer o que fazia antes aí volta pra cá. Aqui dentro é um lugar muito difícil de conviver de todas as maneiras.

Para a sociedade, as prisões estão legitimadas como espaço pedagógico necessário de punição, correção e, em relação à própria sociedade, de proteção à sua segurança e sobrevivência (CUNHA, 2010). Para as encarceradas, a invisibilidade midiática não permite à sociedade conhecer e valorizar as presas – em função do modo como são apresentadas, ou seja, com preconceito e discriminação. Elas, dessa forma, reconhecem o que apontam Stasiak et al (2007), de que o poder simbólico de influência que a mídia exerce a partir de seus meios e mensagens é enorme.

Eles tá lá dentro e eles pensam que preso só come e dorme, né? Já levantam e continua a mesma coisa. Não é. A gente tá aqui dentro e tá aprendendo muita coisa aqui dentro que lá fora as pessoas não sabem.

Exatamente. Isso aqui é uma escola, a gente aprende muita coisa.

Tem muitas pessoas que vive no mundo das drogas lá fora e conheceu o serviço, aqui dentro, trabalha. Pessoa que usava droga lá fora, aqui dentro estuda. Então, em cadeia que eu já tirei e em cadeião também igual DI da vida era uma cadeia que eu deitava, né, bem dizer, acordava, comia e deitava. Porque não tinha serviço igual na cadeia aqui tem e nem escola, entendeu? Então lá eu podia falar que eu levantava, comia e deitava de novo, então a minha cabeça continuava a mesma coisa que não tinha nada pra eu me ocupar. Então saía da cadeia e fazia a mesma coisa.

Frinhani e Souza (2005) também constataram discursos similares na pesquisa realizada no Estado do Espírito Santo. Na penitenciária, uma das entrevistadas se reencontrou com Deus e hoje cumpre papel importante na evangelização das presas, compondo louvores que são cantados pelas detentas. Quando sair, pretende fazer um trabalho para ajudar as pessoas a

se livrarem do mundo das drogas. Para ela, a prisão a ajudou a mudar a cabeça, a pensar na mãe e nas filhas, na vida que ela levava, pensar que poderia estar morta. Em sua opinião (nome fictício Geralda), a cadeia transforma a pessoa para o bem. Segundo ela, se a prisão não fizer o bem, mal não faz. Mantém visitas íntimas mensais com o companheiro (preso na Colônia Agrícola). Afirma ser muito grata ao juiz que a colocou na prisão, porque estando presa é que ela se transformou na pessoa que é hoje.

O cárcere modifica as presas. Um espaço midiático para expressão dessa nova pessoa é valorizado pelas presas que têm consciência dos seus direitos limitados ao não figurarem na mídia. Elas têm consciência que não conseguem se revelar para a sociedade e do quanto isso é nocivo para a vida que levarão pós-confinamento. O ponto de viragem, apontado por Matos e Machado (2007), a viragem positiva na vida das presas, uma vez que não é comunicada à sociedade de forma efetiva, não é legitimada por ela.

### **5.2.5 TV Cela mineiro: propostas**

Conforme Gomes (1999), não há na sociedade contemporânea espaço de exposição, visibilidade, discurso, discussão e debate com volume e importância comparável ao sistema dos meios de comunicação de massa. O autor diferencia dois fenômenos que compõem a esfera pública: a esfera de visibilidade pública (a dimensão da vida social visível, acessível, disponível ao conhecimento e domínio públicos e a esfera de discussão pública) e a esfera da discussão pública, que se fundamenta nas requisições de razões públicas, de padrões argumentativos inclusivos que atendem as exigências de uma comunicação dialógica e que prima pela justificação e argumentação das proposições levadas ao público.

Em todos os grupos, todas as detentas pediram um programa como o TV Cela gravado na PIEP. As presas ficavam animadas quanto à possibilidade e discutiram como seria o programa em Minas, a temática, dinâmica e nome para o programa.

Além de TV PIEP, sugeriram diversos nomes como “TV Cadeia”, “TV Casinha Rosa” (a PIEP é pintada externamente de rosa), “TV Casa da Barbie” (também fazendo uma alusão ao rosa da pintura e ao nome informal que tratam a PIEP). Também surgiram nomes como “TV Sofrimento”, “TV Carcerária”, “TV Alojamento”. Em relação a esses últimos nomes sugeridos, pode-se afirmar que reforçam o que Frinhani e Souza (2005) colocaram como a ambiguidade presente na representação social das presas: de o contexto ser qualificado como um espaço de pavor e a pena ter a função da ressocialização. Todos os nomes sugestionados

fazem alusão. Também surgiram nomes sarcásticos para a Penitenciária de Votorantim, como “A Casa do Espanto”, “Cine *Trash*”, “filme de terror”.

Entra pro código da triagem... Só Jesus Cristo! Essa cadeia é horrorosa. Desce no código para vocês verem como a PIEP é linda!

A função da ressocialização foi apontada como possível de validação em um programa mineiro:

TV Recuperandas – a gente quer ressocializar! E a gente precisa de um apoio, ninguém faz essa propaganda toda aqui! Na hora que a gente sai ali fora tem um emprego, entendeu dona? ‘Ah, a safadeza tá voltando?’ Uai, tô, ué, eu tenho culpa? Eu tenho que vestir, eu tenho que beber...

Pode-se perceber que, como sugerem Barichello e Scheid (2007), [as detentas] priorizam-se assuntos relacionados à forma como as pessoas ocupam um contexto de visibilidade para tematizar questões de seu interesse e agrupar um número maior de sujeitos comunicantes, ampliando o debate.

Além do nome para o programa mineiro, as presas indicaram quem gostariam de entrevistar. Elas demonstram expreso interesse em conversar com pessoas da área jurídica, que as esclarecessem mais sobre a situação carcerária ou que possam interferir concretamente na realidade delas. O nome mais citado é o do juiz de execução penal de Belo Horizonte.

Não só por mim, por todas! Porque eu vejo muita gente passando coisas que só o juiz pode responder. Então, eu tenho certeza que se fosse para pegar um caderno, chamar todo mundo e fazer uma pergunta: “qual pergunta você faria, o que você queria saber, não do seu processo, alguma coisa”, igual ela tava perguntando, (...) a maioria das meninas ia querer resposta. No meu caso, eu entrevistaria ele. A maioria daqui praticamente no albergue tá dependendo desse homem, do dr. Guilherme. Primeiramente a Deus, depois vem ele.  
(Presa grupo 05)

Além do juiz de execução penal de Belo Horizonte, citado em todos os grupos e por cerca de 90% das entrevistadas, outros nomes também surgiram, como a presidente Dilma, o ministro da Justiça, a agente penitenciária que as acompanha e a diretora da PIEP.

A gente ia querer falar com o povo da OAB, porque demoram os processos, porque tem os processos estão parados. Seriam as mesmas perguntas que tavam ali, aqui também.  
(Presa grupo 01)

Eu ia querer conversar com Sr. Juiz. Tinha que passar esse programa lá fora pra pessoas darem um pouco mais de valor a vida.  
(Presa grupo 02)

Eu queria chamar atenção. “Oh, Dilma, a senhora que tá aí, tá me ouvindo, gostaria de pedir pelas minhas colegas de sofrimento, eu já passei por isso”. Eu queria falar pra Dilma.  
(Presa do grupo 04)

E apontam os apelos, o que falariam – o que reitera nosso apontamento em relação à falta de voz e expressão e a sobra de apelos:

Investe mais (inaudível), dá mais oportunidade, mais segurança e já que o mundo tá crescendo mesmo, do crime, toma isso daqui como modelo e tal e tudo e dá chance pra gente ressocializar num lugar desse, porque igual aquilo ali a gente vai ficar só desgraça mesmo.  
(Presa do grupo 04)

Eu ia falar com a Dilma o seguinte: já que a gente tá numa penitenciária de ressocialização, então a maioria dos presos, a maioria, né, 99,9% dos recuperandos que estão aqui têm boa conduta. Então esses que tem pena alta, né? (riso). Que já vai ter progressão de regime pro semiaberto, que eles liberassem esse tal negócio da pulseirinha, que já tá ressocializado mesmo, ia abrir vagas para muitos que precisam.

Para autores como Verón (1997), a mídia ocupa um lugar central nas relações entre as instituições e os sujeitos, afetando o modo como essas interações ocorrem (VERÓN, 1997), já que mídias se converteram numa realidade mais complexa em torno da qual se constituiria uma nova ambiência, novas formas de vida, e interações sociais atravessadas por novas modalidades do trabalho de sentido (FAUSTO NETO, 2007).

A temática jurídica também é a que mais interessa às presas. Esse é um aspecto que tomaram como prioritário e que gostariam de comunicar à sociedade e viram pouco retratado no TV Cela, uma vez que não aprovaram a temática de entretenimento trazida pelo programa. Elas não demonstraram satisfação ao assistirem aos programas com os artistas – Supla e Sabrina Parlatore – e criticaram os programas como superficiais, desinteressantes, ruins. Nos programa sobre entretenimento descansavam, assistiam mais desinteressadas, desviavam o olhar da televisão. Prestavam mais atenção ao programa com tema jurídico, balançando as cabeças em concordância com as falas apresentadas e mostravam-se mais concentradas, com mais foco, mais interesse. Também frisaram que artista não interessa para elas, em virtude da situação de confinamento.

Pra gente é mais interessante o presidente da OAB porque é o que a gente mais interessa, mais precisa no momento essas coisas ficam meio vagas. Nesse momento que a gente tá passando a gente não interessa muito por essas coisas não<sup>37</sup>, a gente interessa mais ter algum benefício pra gente mesmo. É porque a gente tá passando por essa situação. Se fosse lá fora, ah não quero falar com advogado não, quero falar com artista.

---

<sup>37</sup> Refere-se aos artistas.

(Presa grupo 03)

A mudança da identidade apontada por Hardy (2005) afeta à prisionização apontada por Thompon (2002) e se refletem no compartilhamento dos valores e no modo de pensar modificado pela situação do cárcere. No novo sujeito surgido na cadeia mudaram os parâmetros, os interesses, os valores:

(Programa) do advogado foi mais bacana. Agora, artista? O que nós vamos precisar de artista dentro de cadeia? Não faz sentido não. Na rua (faz), mas aqui?

(Presa grupo 03)

Algumas presas viam no programa uma oportunidade não só de tirar as dúvidas gerais, mas de aproveitar o espaço para sanar dúvidas e dificuldades pessoais. Segue diálogo de detentas do grupo 02.

Eu também ia chamar advogado porque tem um tempo que eu não via a cara dele.

E eu? Tem 7 meses que eu tô aqui, vai fazer 8 e o homem nunca veio aqui. Uai, que isso? Chamaria ele para ser entrevistado para ele ver.

Essas falas confirmam Braga (2007), no sentido de que midiaticização está intimamente ligada à prática social e, nesse sentido, não se pode afirmar ao certo onde começa uma e termina outra.

Elas também sugerem outra dinâmica para o programa, com mais depoimentos, mais imagens da vida diária e menos entrevistas. Também dão sugestões como novos lugares para exibição.

Se a gente pudesse fazer como a gente quisesse, nós mesmas filmar a gente aqui... ia ser legal. Filmar o dia-a-dia, entendeu?

(Presa grupo 01)

Eu ia pedir pro juiz passar um dia aqui. Pelo amor de Deus, passa só um dia.

(Presa grupo 01)

Mas eu acho que devia apresentar esse programa em via pública, onde está todo mundo errando, porque dentro de casa não tem ninguém fazendo nada de errado não. O erro está é fora de casa.

(Presa grupo 05)

Pelas declarações acima, percebe-se que a midiaticização é mais que uma mediação singular, pois os processos midiáticos são compreendidos como um novo modo de ser no mundo (GOMES, 2006).

Embora as presas tenham aprovado as apresentadoras, elogiando a beleza delas e coragem para aparecer, elas não se dispõem a aparecer em um possível programa mineiro. Não querem, pelo menos inicialmente, serem entrevistadoras e nem entrevistadas. Não querem aparecer nas filmagens sob a alegação de que não gostariam que todos soubessem que estão presas. Isso reafirma a fala de Frinhani e Souza (2005) de que as mulheres, quando presas, sentem-se diminuídas pelo encarceramento e com vergonha. As falas demonstram tanto vergonha de aparecer, como a vergonha que sentam da própria família. Não querer mostrar o rosto e aparecer na mídia para não envergonhar a família é uma característica do novo sujeito que nasceu intramuro prisional, resultado da prisionização, apontada por Thompson (2002) – um sujeito afetado e modificado. Se a fama pudesse ser algo esperado pela maioria das pessoas, em uma situação de prisão, essas mulheres abandonariam inicialmente esse valor.

Eu não ia por minha cara ali não. Ficar marcada pra sempre, tá doida? Eu, um dia, vou ter um filho! “Olha a mamãe ali na cadeia!” Ai, eu não ia não. Ai, eu ia ter vergonha. Eu tenho vergonha de estar presa, eu ia aparecer na televisão?  
(Presa grupo 02)

Porque a gente aparecer lá desse jeito? Pra decepcionar outros presos? Não precisa.  
(Presa grupo 03)

Quando eu tava na rua, eu já fui filmada e assistindo televisão meu filho viu e ficou doente. Por causa do meu filho de 7 anos que eu tenho. Mexe com psicológico dele né. Eu não ia gostar.  
(Presa grupo 05)

O diálogo do grupo 01 mostra que o recuo em aparecer desaparece durante as conversas. Inicialmente, as presas não queriam aparecer em um possível programa mineiro, mas muitas mudaram de opinião durante as conversas, quando a possibilidade de instalação de um programa desses foi realmente vislumbrada.

Eu tenho vergonha é de passar na televisão. Não é de falar, de conversar, é o mundo inteiro vendo você, é isso que eu tenho vergonha. Mas eu acho que, no momento, a curiosidade é tanta pra saber o que ele tem pra falar, que a vergonha passa. Eu faria.  
(Presa grupo 01)

Mas sabe quando a gente toma vergonha na cara? Quando a gente ganha cadeiada. Eu fui, voltei, fui, voltei, fui. Agora que tomei cadeiada, nunca mais, minha filha. Só quando a gente toma uma tapa de luva da vida que a gente aprende.  
(Presa grupo 01)

E tem quem desacredite não no programa em si, mas de que esse formato de programa possa interferir em sua realidade.

Eu acho que ajudaria, acho que sim, dependendo muito, mas acho que perguntas às vezes não resolvem. Acho que perguntas, respostas, às vezes não resolvem porque, as vezes, fala que vai acontecer isso, que é assim, assim e assim, mas não é nada daquilo. Isso só cria esperança, a gente vive de esperança e esperar. Esperança e esperar. Somente o que a gente vive criando aqui e cada dia mais. Chega um e fala assim, vai ser assim e assim. Chega outro e fala e nada disso acontece.  
(Preso grupo 01)

A música e a dança da Kelly Kilo também não foram as atrações que as detentas mineiras valorizaram ou apontaram como uma possível pauta para o programa mineiro. Pelo contrário, não querem se mostrar, não querem dançar, inclusive riram muito da apresentação da detenta paulista.

Além disso, as detentas da PIEP sinalizaram estar mais conscientes de sua situação jurídica com maior ênfase que as de Votorantim, pois desejam um tipo de TV Cella em Belo Horizonte com outro formato, sendo as pessoas selecionadas para entrevistas personalidades jurídicas que as esclareçam, apoiem-nas e as ajudem a retornar para o mundo exterior, e nunca mais para a realidade prévia à penitenciária. É como se o período prisional fosse uma escola para o bem, apesar de todas as dificuldades inerentes ao ambiente.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas considerações sobre a pesquisa “Detentas mineiras e as representações midiáticas do TV Cela” podem ser iniciadas por uma declaração de Auterives Maciel Júnior, filósofo e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)<sup>38</sup>, para quem “existem duas formas de lidar com a instituição prisional: imaginá-la como algo definitivo ou ir além dela. Para ir além, teríamos de deixar de viver em uma sociedade individualista, é preciso problematizar uma forma de resistir a isso”. Este estudo buscou uma forma de reflexão a esse respeito.

Pode-se afirmar que, no caso do encarceramento feminino, há uma histórica omissão dos poderes públicos, manifesta na ausência de políticas públicas efetivas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, às suas especificidades advindas das questões de gênero. A Lei de Execuções Penais, ao dispor sobre os direitos - saúde, educação, assistência social, exercício do trabalho e de atividades intelectuais - no caso das mulheres em gestação, reclusão em estabelecimento compatível, direito à amamentação, entre outros (art. 41, 83 e 89), dispôs, também, sobre a obrigação do Estado em oferecer condições materiais à execução desses direitos..

Contudo, neste trabalho o objetivo geral, embora visualizasse esses parâmetros, consistiu em observar, principalmente, os efeitos relacionados aos conteúdos veiculados nos Programas TV Cela e como detentas da PIEP, de Belo Horizonte, processariam sua recepção, identificando como gostariam de se ver representadas.

O TV Cela é um programa produzido também por mulheres em condição de privação da liberdade, aprisionadas na cadeia pública de Votorantim, São Paulo. Uma equipe pioneira paulista se interessou em problematizar o cotidiano das detentas, criando e implementando o programa midiático, entendido como um espaço social que as presas possuem para manifestar seu discurso, dar voz a quem não a tem, promovendo inclusão pela comunicação. Por meio das entrevistas e da veiculação do programa em TVs comunitárias, educativas e culturais, as encarceradas estabelecem contato com o universo exterior ao cárcere, porque o público-alvo é composto por diversos segmentos da sociedade que interagem com as detentas por meio da produção do TV Cela.

---

<sup>38</sup> Artigo ‘Psicólogos e direitos humanos’, Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro, v.2, n.8, p.10, 2005. Disponível em: <http://www.crprj.org.br/publicacoes/jornal/jornal08-sistema-prisional.pdf>.

No dia-a-dia, a mídia televisiva atinge os mais diversos públicos, cumprindo um papel social e psíquico de reconhecimento das pessoas por um mundo que se faz visível. Sabe-se, também, que a midiaticização pode ser pensada como uma tecnologia de sociabilidade, de relações sociais, como afirma a literatura e, nesse sentido, foram questionados, nesse trabalho, quais aspectos as presas priorizam em seu cotidiano e desejariam comunicar à sociedade e se o conteúdo veiculado no programa TV Cela retrata o que as detentas da PIEP desejariam ver retratado.

Não se trata de uma pesquisa aplicada, mesmo porque os objetivos secundários foram perceber como as detentas da PIEP de Belo Horizonte gostariam de ser vistas, de se fazer representar e como gostariam de expressar seu universo, analisar seus processos discursivos produzidos e buscar identificar as necessidades de suas manifestações cidadãs, além de identificar sua necessidade de voz por meio de algum canal de mídia.

A seguir, destacamos os principais apontamentos apresentados pelas detentas que participam desta pesquisa ao referirem-se às possibilidades do TV Cela, como um recurso para mitigar a invisibilidade social em que se encontram:

- i) Gostariam de ser vistas como seres humanos de direito, e não apenas intramuros, pois mesmo antes de serem presas sua realidade era muito difícil. *‘Como a gente não recebeu apoio de família, da sociedade, de ninguém, cometemos delitos e viemos presas, infelizmente’*. Querem ser chamadas pelo nome, ser reconhecidas como cidadãs de bem pós-prisão e querem, acima de tudo, o apoio da família. *“Pra mim seria de boa, eu ia mostrar para minha família mesmo, que o que eu quero é recuperar meu filho, quero sair dessa vida das drogas porque falar com você, essa vida das drogas tá destruindo cada dia mais. Tipo assim, se eu puder falar, eu falo”*; *“Cadeia não foi feita nem para animal. Não mesmo. Eu dava tudo, eu dava até a minha vida para estar perto da minha família”*; *“Se eu tivesse tido o apoio da minha família de me acolher dentro da minha casa pra tá me dando uma ajuda, uma força, eu não teria ido praticar nenhum crime para consumir droga”*; E, enfim: *“Se eu tivesse tido o apoio da minha família de me acolher dentro da minha casa pra tá me dando uma ajuda, uma força, eu não teria ido praticar nenhum crime para consumir droga”*;

- ii) Gostariam de se fazer representar como sujeitos que são. As presas reconheceram-se enquanto grupo, tanto pelo uso da expressão “a gente” e do pronome “nós”, como por declarações como *”essa apresentadora representa todas nós aqui”*. A grande maioria achou legítima a representação midiática no programa e concordou expressamente que o TV Cela as representa enquanto grupo, tentando ter voz extramuro prisional: *“Esse programa fala no lugar de nós”*. Muitas presas, por terem vivenciado situações bastante parecidas com as mostradas no programa, enxergaram o TV Cela como um registro de sua trajetória, como se as imagens estivessem retratado um capítulo progresso de suas vidas.
- iii) Expressaram seu universo valorizando o espaço da PIEP após a exibição dos vídeos. As presas se identificaram e se solidarizaram com as reeducandas de Votorantim, manifestando certo alívio por estarem em um lugar com melhores condições de infraestrutura. Compararam a infraestrutura penitenciária de Votorantim com outras nas quais passaram. *‘Quem não dá valor aqui, não quer ressocializar’*. *‘O presídio é horrível, né. Ali não tem como recuperar ninguém, né. Presídio para 40 pessoas, 50 pessoas e tem 200? É uma situação trágica, né. Você sai de lá pior’*. *‘Aqui na PIEP nós temos lavanderia, nós temos tudo certinho. Então, a gente não precisa ficar igual elas. Elas tão sofrendo muito mais que a gente. Tá presa e ainda tem que fazer tudo. E ficar naquela cadeia toda bichada lá? Suja? Elas precisam ali de alguém lá para ajudar, né? Ajudar na organização, limpeza do lugar que elas vivem. Senão quando elas saírem de lá vão estar todas desestruturadas, totalmente, mais desorganizadas do que entraram! Nossa Senhora!’*;
- iv) As presas da PIEP reconheceram a importância do TV Cela tanto como um espaço de voz, um meio de expressão que funcionaria, como um espaço informativo, educativo e pedagógico. Afirmaram que ao retratar o que acontece intramuros da prisão, além de ganharem voz, essa voz poderia servir para evitar crimes, uma vez que acreditam que as pessoas não conhecem o universo prisional. As presas acreditam que sua voz na mídia serviria para melhorar a própria sociedade. Além de ganharem visibilidade, reconhecimento e passarem a existir para uma grande parcela da população, que desconhece o universo

prisional, o programa serviria de “exemplo a não ser seguido” e possibilitaria uma reflexão que muitas não tiveram antes do cometimento dos crimes ‘*Se eu vesse(sic) um trem desse aí eu não vendia droga mais não*’ (sic); ‘*Quem tá lá fora pensar mais antes de fazer as coisas erradas. Bom, eu ia gostar de saber antes de cair na cadeia*’. Não houve uma que não reconhecesse a importância do programa. ‘*Eu acho que seria muito bom passar na televisão pra todos ver lá fora o que passamos aqui dentro, como que é. A aflição nossa, a ansiedade nossa*’. Nem todas as presas gostaram do formato de entrevistas do programa, mas todas gostaram da proposta;

- v) As detentas da PIEP diferiram quanto às necessidades de manifestações cidadãs em relação às detentas de Votorantim, porque entendem necessárias apenas as presenças de quem pode ajudá-las, por exemplo, representantes do Ministério Público e Juízes de Execuções Criminais, nenhum artista ou celebridade, porque esses não contribuiriam em nada para sua realidade. ‘*Se a gente tivesse lá fora, bom, ia ser diferente, mas aqui?*’ Falaram sobre os artistas “*ah, esse aí eu não gostei não, falou mais da carreira dele, falou dos problemas dele. Não falou da cadeia nada assim.*”; “*É porque a gente tá passando por essa situação. Se fosse lá fora, ah não quero falar com advogado não, quero falar com artista*’, “*Eu achei interessante. Só não artista, mas por que? Por causa da situação de presa*”. Com relação aos juristas, foram enfáticas: ‘*eles (autoridades) vendo que a sociedade viu, eles iam procurar o que? Responder nossas perguntas agindo. Uma pressão em cima deles, né. Não só a gente expressando, a família da gente vendo, mudando o pensamento dos outros, com a gente mesmo fazendo, uma forma da gente conseguir o que a gente precisa. Só de você poder perguntar pra pessoa do alto porque que tá isso pra você e a sociedade inteira ver... ah, eu ia me sentir. Assim: ô, seu juiz, por que eu to aqui até hoje, já paguei minha cana toda!*’. Pelo fato de o TV Cela mobilizar juristas, as detentas da PIEP ouviram de uma detenta de Votorantim ‘*Obrigada, TV Cela, por tudo, se não fosse por vocês, ninguém saberia o que tinha atrás desse muro*’.

vi) Quanto à criação de um programa midiático como o TV Cela, disponível em redes alternativas, a aceitação é unânime. “*Eu acho que devia*

*apresentar esse programa em via pública, onde está todo mundo errando, porque dentro de casa não tem ninguém fazendo nada de errado não. O erro está é fora de casa.” Para outras ‘é até bom você falar que tem na internet, que a minha família tá precisando ver, minhas irmãs mais velhas, pra eles verem a realidade da vida’. Um grupo afirmou que ‘se a sociedade visse o jeito que era lá, eles iam mudar um pouco o modo deles pensarem e poderia ajudar a gente. Porque tem muitas pessoas presas que querem mudar, a maioria, o que não é fácil. Não tá sendo fácil nem lá fora, imagina aqui dentro, entendeu? Então eu acho que seria muito bom mostrar. Um lugar que tem alojamento precário igual é em São Joaquim de Bicas, do jeito que as presas vivem, seria muito bom mostrar. Aqui é ótimo’* Querer um programa mineiro não implica, para elas, aparecer em um programa mineiro. As mineiras não querem atrelar sua imagem pessoal à condição de aprisionada, seja para não magoar a família, seja para não carregar esse estigma eternizado por uma gravação midiática. *‘Minha família, por exemplo, não ia gostar de me ver na situação que eu me encontro, presa’.*

Este projeto partiu do desejo de, ao se aproximar das detentas da PIEP, poder compreender melhor suas preocupações, mas também expectativas em relação ao modo como são percebidas pelo conjunto da sociedade. Ao promovermos a interação das presas mineiras com o programa TV Cela, produzido por detentas da Cadeia Pública de Votorantim (SP), pudemos perceber as distintas reações das detentas, seja em relação à condição de confinamento, às relações que constroem dentro do presídio ou, com mais ênfase, à relação das presas com o Estado, que lhes mantém sob custódia, e os inúmeros questionamentos existentes em relação aos complexos processos de progressão penal. Fica evidente nas falas das detentas o entendimento de que a existência de um canal de comunicação, um programa televisivo como o TV Cela, que fosse mais comprometido com a “verdade” das presas contribuiria muito para que a sociedade tivesse uma outra percepção acerca das reeducandas.

Percebeu-se, dessa maneira, a necessidade da voz por meio de algum canal midiático pelas mineiras. Almendra (2012) pontua em sua pesquisa a necessidade de voz dos presos, e as detentas mineiras reafirmam que querem essa voz midiaticamente. As presas mineiras gostariam de ser vistas, almejam essa visibilidade midiática e valorizam o programa, tanto que

reivindicam um programa nos mesmos moldes, porém mineiro. Não querem, entretanto, aparecer, relacionar sua imagem pessoal ao contexto prisional.

Os aspectos no cotidiano prisional de Votorantim e Minas mostram-se bastante coincidentes, embora as presas mineiras tenham preferido apenas os programas da área jurídica. Dessa maneira, o TV Cela mostra-se um espaço de representação midiático, uma janela para a sociedade, mas que não atende completamente aos anseios das presas mineiras, que questionaram o formato e gostariam de um programa com outros parâmetros, mais documental e que versasse apenas sobre o “estar presa”.

Reconhecem que o programa TV Cela tenta, mas afirmam que ele não alcança o que as presas mineiras gostariam de mostrar mais do cotidiano, da rotina do presídio, de discutir as causas que as levaram para a prisão, gostariam de discutir e apresentar o universo prisional de uma maneira diferente. Assim, as presas mineiras reconhecem a expressão, a voz, mas ainda sobram os apelos quanto ao conteúdo veiculado pelo programa e as presas sentem-se apenas parcialmente representadas.

Em síntese, parafraseando Braun (2011), olhares profissionais atentos podem problematizar questões de gênero, de ressocialização e de formação de uma mídia mais responsável. O resgate da cidadania das encarceradas pode ser feito midiaticamente e há que se pensar que as políticas públicas voltadas para o setor penitenciário não podem ser definidas e executadas exclusivamente nas esferas jurídicas e de segurança pública. A cidadania das encarceradas é possível de ser completada com possibilidade de expressão midiática e dar às detentas o direito de expressar-se midiaticamente pode as resgatar, e, inclusive, resgatar e enriquecer a sociedade mais ampla, que entra em contato com uma realidade invisibilizada e tem a oportunidade de apreender a visão dos presos.

## REFERÊNCIAS

- ALMENDRA, Dinaldo. **“Paz”, “Voz” e “Medo”: Práticas e Repertórios da Violência Urbana na visão de jovens presos por tráfico de drogas no interior do Paraná.** Curitiba: IV ENCONTRO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO – Anais do ENPECOM, 2012.
- ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique; GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os métodos Qualitativos.** Petrópolis - RJ, Vozes, 2012.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- ANGENOT, M. **El discurso social: los límites de lo pensable y lo decible.** Trad. Hilda H. García. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2010.
- ANTUNES, Marco Antonio. **Comunicação, Público e Multidão em Gabriel Tarde: análise.** 2008. 43p. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/antunes-marco-antonio-comunicacao-publico-multidao.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2012.
- ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p.127-147, nov. 2002.
- ASSIS, S. G. & CONSTANTINO P. **Filhas do Mundo: Infração Juvenil no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001, 284p.
- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. **Gênero, rádio & educomunicação: caminhos entrelaçados.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2005.
- AZEVEDO, Sandra Raquew dos Santos. Ong's, democracia participativa e visibilidade na mídia. 2007. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/azevedo-sandra-ongs-democracia-participativa.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2012.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BARICHELLO, Eugenia Mariana da Rocha; SCHEID, Daiane. O processo de visibilidade e as lógicas de legitimação das instituições no contexto de midiaticização da sociedade contemporânea. 2007. Disponível em: <[http://www.projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos\\_externos/Artigo\\_EugeniaBarichelloDaianeScheid.pdf](http://www.projeto.unisinos.br/midiaticom/conteudo/artigos/2007/artigos_externos/Artigo_EugeniaBarichelloDaianeScheid.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2012.
- BASTOS, M. **Cárcere de mulheres.** Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **O que falar quer dizer.** São Paulo: EDUSP, 1996.

BRAGA, José. Luiz. Mediatização como processo interacional de referência. In: MEDOLA, A. S.; ARAUJO, D.; BRUNO, F. **Imagem, visibilidade, cultura midiática**. Porto Alegre: Sulina, 2007, p. 141-167.

BRASIL, André. Sob o risco da estética. In: PINTO, Julio; SERELLE, Márcio (Org.). **Interações Midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.103-115.

BRAUN, Helen Garcez. **As prisões femininas: os impactos da mídia na massa carcerária feminina**. CONFEDERACIÓN IBEROAMERICANA DE ASOCIACIONES CIENTÍFICAS Y ACADÉMICAS DE LA COMUNICACIÓN. CONFIBERCON 2011, 31 jul.-04 ago. 2011, São Paulo. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/st13-braunhelen.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das mídias. Trad. Angela S. M. Corrêa. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información: la construcción del espejo social**. Barcelona: Gedisa, 2003.

CHIZZOTTI, A.. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2010.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Porcentagem de mulheres encarceradas dobrou nos últimos 10 anos**. 29/06/2011. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/14915:porcentagem-de-mulheres-encarceradas-dobrou-nos-ultimos-10-anos>>. Acesso em: 26 maio 2012.

COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática nos movimentos sociais. IN: PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Vozes Cidadãs: aspectos teóricos e análises das experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora, 2004.

COLEMAN, S.; ROSS, K. **The media and the public: "Them" and "us" in media discourse**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

COULDRY, N. **Why voice matters: culture and politics after neoliberalism**. London: Sage, 2010.

CUNHA, Elizangela Lelis. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. Cedes**, Campinas, v.30, n.81, p. 157-178, mai.-ago. 2010.

DARDE, V. W. S. A construção de sentidos sobre a homossexualidade na mídia brasileira. Em *Questão*, Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, v.14, n.2, 2008.

DOWNEY, J.; FENTON, N. New Media, Counter Publicity and the Public Sphere. **New Media & Society**, v.5, n.2, 185-202, 2003.

DRYZEK, J. S. **Deliberative democracy and beyond**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UNB, 2001.

FALCONE, Karina. O acesso dos excluídos ao espaço discursivo do jornal. PG LETRAS 30 ANOS, v.1, n.1, p.542-555, 2006. **Anais...**

FÁTIMA, Conceição Viana de. **DANÇA: linguagem do transcendente**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica De Goiás, Departamento de Filosofia e Teologia, Goiânia.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma “analítica” da midiatização”. **Revista Matrizes**, São Paulo, ECA/USP, v.1, n.1, 2007, p.89-105, 2007.

FAUSTO NETO, Antonio. Midiatização, prática social-prática de sentido. SEMINÁRIO SOBRE MUDIATIZAÇÃO, Rede Prosul, São Leopoldo, Unisinos, 2005. **Anais..** São Leopoldo: UNISINOS, 2006.

FERREE, M. M.; GAMSON, W. A.; GERHARDS, J.; RUCHT, D. **Shaping abortion discourse: democracy and the public sphere in Germany and the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. Trad. de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

\_\_\_\_\_. The History of Sexuality: an introduction, vol.1. Translated by Robert Hurley. New York: Pantheon, 1978, p.74-159. Disponível em: <[http://tan.anarchyplanet.org/files/2011/03/foucault\\_sexuality\\_pt4pt5.pdf](http://tan.anarchyplanet.org/files/2011/03/foucault_sexuality_pt4pt5.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2012.

FREITAS, R. A periferia da periferia: mídias alternativas em ambientes não metropolitanos. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, Santos, SP, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

FRINHANI, Fernanda de Magalhães; SOUZA, Lídio. Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representações sociais. **Psicologia Teoria e Prática**, v.7, n.1, p.61-79, 2005.

GASTALDO, Édison. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, v.11, n.22, p. 352-369, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n22/n22a13.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

GLAVINIC, Tonei. Exclusion, Misrepresentation and Discrimination: still prevalent for women in American Media and Politics. **Student Pulse**, v.2, n.1, p.1-2. 2010. Disponível em: <<http://www.studentpulse.com/articles/129/2/exclusion-misrepresentation-and-discrimination-still-prevalent-for-women-in-american-media-and-politics>>. Acesso em: 22 jul. 2012.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, Itânia Maria Mota. **A atividade do receptor, um modo de se conceber as relações entre Comunicação e Poder**. In: Revista Intercom, n 37. NET, Rio de Janeiro, 2002. Disponível no site <<http://www.intercom.org.br/papers/viiiisipec/gt03/37>> Acesso em: 21/09/2012.

GOMES, Itânia Maria Mota. **Efeito e Recepção: a interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media**. Rio de janeiro: e-papers, 2004a.

GOMES, P. G. **A filosofia e a ética da comunicação na mediatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GOMES, P. G. O processo de mediatização da sociedade e sua incidência em determinadas práticas sociossimbólicas na contemporaneidade. A relação mídia e religião. In: FAUSTO NETO, Antonio et al. **Mediatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media II. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G.; PINTO, M. J. (ed.) **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999, p.201-231.

GOMES, Wilson. Esfera pública política e media: com Habermas, contra Habermas. In: RUBIM, Antônio Albino C. (org.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, p.155-186.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GUREVITCH, M.;LEVY, M. *Mass Communication Review Yearbook*. vol 5. California: Sage, 1985.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARDY, C; LAWRENCE, T. B.; GRANT, D. Discourse and collaboration: the role of conversations and collective identity. **Academy of Management Review**, v.30, n.1, p.58-77, 2005.

HIND, D. **The return of the public**. London: Verso, 2010.

IBCCRIM. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Políticas Penitenciárias Femininas. 2011. Disponível em: <[http://www.ibccrim.org.br/site/noticias/conteudo.php?not\\_id=13476](http://www.ibccrim.org.br/site/noticias/conteudo.php?not_id=13476)>. Acesso em: 20 mar. 2012.

JODELET, Denise. Les Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (ed.). *Les représentations Sociales*, Paris, Presses Universitaires de France PUF, 1989.

JODELET, Denise. Representações sociais: histórias e avanços teóricos: vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. (Org.) Representações sociais, uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p.11-21.

JODELET, Denise. Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In: S. Moscovici (ed.) **La psychologie sociale**. Paris : Presses Universitaires de France PUF, 1992, p.357-389.

JODELET, Denise. Le corps, la persone et autrui. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie sociale dès relations à autrui* (pp. 41-68). Paris:Nathan, 1994.

KARATZOGIANNI, A. The politics of 'cyberconflict'. **Politics**, v.24, n.1, p.46-55, 2004.

KUROWSKY, Cristina Maria. **Análise crítica quanto a aspectos de implantação e funcionamento de uma creche em penitenciária feminina**. Porto Alegre, 1990. 37 f.

LEMGRUBER, Julita **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres** 2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIVINGSTONE, S. On the relation between audiences and publics. In: LIVINGSTONE, S. M. (ed.). **Audiences and publics**: when cultural engagement matters for the public sphere. Bristol: Intellect, 2005, 17-42.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Pesquisas de Recepção e Educação para os Meios. *Comunicação & Educação*, São Paulo, 161: p. 41-46, mai./ago. 1996.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Mediações na recepção: um estudo brasileiro dentro das tendências internacionais. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de BUONANNO Milly (org.) **Comunicação no Plural. Estudos de Comunicação no Brasil e na Itália**. São Paulo: Intercom/EDUC, 2000.

LOUBACK, Rita. A comunicação no contexto da globalização: uma ágora planetária? In: PINTO, Julio; SERELLE, Márcio (Org.). **Interações Midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.189-197.

LYCARIÃO, Diógenes. Esfera pública e sistema midiático: tensões entre visibilidade e discutibilidade. **Contemporânea**, v.8, n.1, p.1-19, jul.2010.

IOLANDA, Macedo. Cultura hip hop como possibilidade de voz e resistênência para as periferias brasileiras. In Anais do XI Encontro Regional da Associação Nacional de História – ANPUH/PR "Patrimônio Histórico no Século XXI", 2008. Jacarezinho. Anais... Jacarezinho: 2008.

MAIA, Rousiley. Mídia e vida pública: modos de abordagem. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (Org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.11-46.

MALDONADO, A. Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. In: GT Comunicação e Cidadania, XX ENCONTRO COMPÓS, UFRGS, Porto Alegre, 14-17 de junho de 2011.

MARTIN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. Figuras da democracia, metáforas do public. In: MARTIN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. Trad. Jacob Gorender. 2 ed. São Paulo: Editora Senac, 2004, p.81-95.

MARTINS, André Ricardo Nunes. Grupos excluídos no discurso da mídia: uma análise de discurso crítica. Delta n.21, p. 129-147, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502005000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jul. 2012.

MATOS, Raquel; MACHADO, Carla. Reclusão e laços sociais: discursos no feminino. *Análise Social*, n.185, p.1041-1054, 2007. Disponível em: <[http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3783/1/art-nac-arb\\_2007\\_FEP\\_1446\\_Matos\\_Raquel\\_01.pdf](http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/3783/1/art-nac-arb_2007_FEP_1446_Matos_Raquel_01.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2012.

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona: Paidós, 2009. 284p.

McCOMBS, M. **A Teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009

McGLONE, M. S. Contextomy: the art of quoting out of context. **Media Culture and Society**, v.27, n.4, p.511-512, 2005.

MENIN, M. S. S. Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. **Psicologia: reflexão e crítica**, n. 13, 2000, p. 59-71.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2004.

MITRA, A. Voices from the marginalized on the Internet: examples from a website for women of South Asia. **Journal of Communication**, v.54, n.3, p.492-510, 2004.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. **La psychanalyse, son image et son public**. Paris: Puf, 1961.

\_\_\_\_\_. **Social representations: explorations in social psychology**. Cambridge: Polity Press, 2000.

\_\_\_\_\_. NEMETH, Charlan. **Social psychology: classic and contemporary integrations**. Oxford, England: Rand McNally, 1974.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Fevereiro 2007. Disponível em:

<[http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio\\_oea.pdf](http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio_oea.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2012.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz. **Tratado de Metodologia Científica**: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PEIXOTO, Ovídio Mota. **MST, mídia e inclusão social**. Tese [Doutorado em Comunicação e Cultura, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. 249p.] Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

PINTO, Julio; SERELLE, Márcio. Apresentação. In: PINTO, Julio; SERELLE, Márcio (org.). **Interações Midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.9-12.

PLOU, Sabanes Dafne. E as questões de gênero na sociedade da informação? In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2005.

PORTUGUES, Manoel, R. Educação de Adultos Presos. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 2001. P.198

PRADO, Marco Aurélio Máximo. Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço público contemporâneo. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.193-212.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUEZ-PERAL, Eva Matarín; MILÁN, Maria Jesús Rosado. Construcción del discurso social. Editorial, **Prisma Social**, n.2, p.1-4, junio 2009. Disponível em: <[http://www.isdfundacion.org/publicaciones/revista/pdf/editorial\\_num2.pdf](http://www.isdfundacion.org/publicaciones/revista/pdf/editorial_num2.pdf)>. Acesso em: 19 maio, 2012.

ROESE, A.; GERHARDT, T. E.; SOUZA, A. C. de; LOPES, J. M. Diários de campo: construção e utilização em pesquisas científicas. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v.5, n.3, 2006.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

SACRAMENTO, Igor. A midiatização da retórica. Revista Fronteiras - estudos midiáticos, v.11, n.2, p.89-102, maio-agosto 2009. Disponível em: <<http://www.frenteiras.unisinos.br/pdf/69.pdf>>. Acesso em 25 maio 2012.

SATURNINO JR., Jessé. Referências de temporalidade em uma Instituição Penal. Revista Pensar, Belo Horizonte, v.1, n.1, jul.2011, p.1-26. Disponível em: <<http://www3.promovebh.com.br/revistapensaradm/art/a01.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2012.

SILVA, Alcina Maria Testa Braz; CONSTANTINO, Gustavo Daniel; PREMAOR, Vânia Ben. A contribuição da teoria das representações coais para análise de um fórum de discussão virtual. **Temas em Psicologia**, v.19, n.1, p.233-242, 2011.

SILVA, Paulo Napoleão. **Curso de direito constitucional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1996.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.) **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. P. 73-102.

SODRÉ, Muniz. O ethos midiaticizado. In: SODRÉ, Muniz. **Antropológica do Espelho: por uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SODRÉ, Muniz. Prefácio. In: PINTO, Julio; SERELLE, Márcio (Org.). **Interações Midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.7-9.

STASIAK, Daiana; BARICHELLO, Eugenia M. Mariano da Rocha. Miatização, identidades e cultura na contemporaneidade. **Contemporânea**, n.9, p.107-117, 2007.

Disponível em:

<[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_09/contemporanea\\_n9\\_107\\_stasiak\\_barichello.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_09/contemporanea_n9_107_stasiak_barichello.pdf)>. Acesso em 20 maio 2012.

STASIAK, Daiana; KEGLER, Jaqueline Quincozes; BARICHELLO, Eugenia M. Mariano da Rocha. A comunicação organizacional na perspectiva da miatização. **La Salle Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v.12, n.2, p.65-74, jul./dez. 2007.

THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In BARROS, A. e DUARTE, J. (org.) **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

TV CELA. **Projeto TV Cela foi tema de programa no Canal Futura**. 28 jun. 2011.

Disponível em: <<http://projetotvcela.blogspot.com.br/>>. Acesso em 20 mar. 2012.

UNITED STATES CENSUS BUREAU. **USA Quickfacts**, 2011. Disponível em: <http://quickfacts.census.gov/qfd/states/00000.html>. Acesso em: 20 jul. 2012.

VALA, J. Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. (org.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987, cap. XIII, p. 335-384.

VALADEZ, J. M. **Deliberative democracy, political legitimacy, and self-determination in multicultural societies**. Boulder, CO: Westview Press, 2001.

VAN DIJK, Teun A. Discourse, Power and Access. In: CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa; COULTHARD, Malcolm (ed.) **Texts and Practices: Readings in Critical Discourse Analysis**. London and New York: Routledge, 1991, p.85-104.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. **Revista Diálogos de la Comunicación**, n. 48, 1997.

WAGNER, W. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: PAREDES, A. S.; OLIVEIRA, D.C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998, p.3-25.

WEBER, Maria Helena. Visibilidade e Credibilidade: tensões da comunicação política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola (org.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.117-136.

WIDENFEL, B. M.; TREFFERS, P. D. A.; et al. Translation and cross-cultural adaptation of assessment instruments used in psychological research with children and families. **Clinical Child and Family Psychology Review**, v.8, p.135 - 147, 2005

WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.23, n.1, p.27-32, 2001.

WITSCHGE, Tamara. From confrontation to understanding: in/exclusion of alternative voices in online discussion. **Global Media Journal**, German Edition, v.1, n.1, p.1-22, Spring 2011.

WITSCHGE, Tamara. Online deliberation: possibilities of the Internet for deliberative democracy. In: SHANE, P. (ed.). **Democracy online**: the prospects for political renewal through the Internet. New York: Routledge, 2004, p.109-122.